

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL
CENTRO DE TECNOLOGIA
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Talita Renata dos Santos

**ANÁLISE DA PERCEPÇÃO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM
ALUNOS DE DIFERENTES MODALIDADES DE ENSINO DE UMA
ESCOLA PÚBLICA DE NÍVEL MÉDIO EM MONTENEGRO, RS**

Encantado, RS
2018

Talita Renata dos Santos

**ANÁLISE DA PERCEPÇÃO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM ALUNOS DE
DIFERENTES MODALIDADES DE ENSINO DE UMA ESCOLA PÚBLICA DE
NÍVEL MÉDIO EM MONTENEGRO, RS**

Trabalho de conclusão apresentado ao Curso de Especialização em Educação Ambiental (EaD), da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do título de **Especialista em Educação Ambiental.**

Orientadora: Ana Caroline Paim Benedetti

Encantado, RS
2018

Talita Renata dos Santos

**ANÁLISE DA PERCEPÇÃO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM ALUNOS DE
DIFERENTES MODALIDADES DE ENSINO DE UMA ESCOLA PÚBLICA DE
NÍVEL MÉDIO EM MONTENEGRO, RS**

Trabalho de conclusão apresentado ao
Curso de Especialização em Educação
Ambiental (EaD), da Universidade Federal
de Santa Maria (UFSM, RS), como
requisito parcial para obtenção do título
de **Especialista em Educação
Ambiental.**

Aprovado em 24 de novembro de 2018:

Dra. Ana Caroline Paim Benedetti (UFSM)
(Presidente/Orientadora)

Dr. Djalma Dias da Silveira (UFSM)

Dra. Bruna Denardin da Silveira (UNIPAMPA)

Encantado, RS
2018

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho aos meus pais Erto e Sonia pelo amor incondicional e pelo apoio de sempre, vocês são as minhas maiores fontes de inspiração.

AGRADECIMENTOS

A realização deste trabalho só foi possível pelo auxílio, compreensão e dedicação de algumas pessoas. Agradeço a todos que, de alguma forma, contribuíram para a conclusão de mais uma etapa da minha vida, de uma maneira especial, agradeço:

- aos meus pais Erto e Sonia, que sempre me incentivaram tanto, me dando todo o suporte emocional e financeiro necessário, o amor incondicional de vocês é o que eu tenho de mais precioso nesta vida;

- ao meu namorado Nicolás, por todo amor, paciência e compreensão, fostes o meu ponto de paz durante esta jornada, sou muito grata em poder dividir a minha vida contigo, te amo;

- a todos os meus professores do curso de Pós-Graduação em Educação Ambiental da Universidade Federal de Santa Maria, por todos os ensinamentos, reflexões e atenção dedicada a minha formação, com toda a certeza vocês fizeram grande diferença na minha vida e os ensinamentos de cada um de vocês irão ecoar na minha trajetória como Especialista em Educação Ambiental;

- à minha querida professora orientadora Ana Caroline Paim Benedetti, por toda ajuda e compreensão na execução deste trabalho de conclusão;

- aos tutores e demais funcionários da UFSM que me deram todo o suporte necessário para o esclarecimento de dúvidas e questões técnicas;

- aos meus amigos e colegas de trabalho, que souberam entender a minha ausência e que sempre me deram incentivo, em especial a minha amiga Helena que sempre quando eu precisei me ajudou resolvendo diversas questões diretamente no campus da UFSM em Santa Maria;

- a todos os alunos, professores e demais membros da escola onde este trabalho foi realizado que me ajudaram na execução do mesmo, concedendo entrevistas e apoio;

- à Universidade Federal de Santa Maria e a Universidade Aberta do Brasil pela oportunidade de estudar e de me formar Especialista em Educação Ambiental em universidades públicas, gratuitas e de qualidade;

A todos vocês o meu muito obrigada e a minha eterna gratidão

Nem todo mundo vai compreender
isso tudo que você é
O que não significa que você deva
se esconder ou se calar
O mundo tem medo de mulheres
extraordinárias

(Ryane Leão)

RESUMO

ANÁLISE DA PERCEPÇÃO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM ALUNOS DE DIFERENTES MODALIDADES DE ENSINO DE UMA ESCOLA PÚBLICA DE NÍVEL MÉDIO EM MONTENEGRO, RS

AUTORA: Talita Renata dos Santos
ORIENTADORA: Ana Caroline Paim Benedetti

O presente trabalho teve o intuito de investigar o modo como alunos de diferentes modalidades de ensino de uma escola pública de nível médio, localizada no município de Montenegro, RS, percebem a Educação Ambiental, através da aplicação de questionários semiestruturados, visando elaborar propostas de Educação Ambiental passíveis de serem aplicadas na escola, de modo a suprir as carências e anseios diagnosticados, caracterizando uma ação prática do profissional especialista em Educação Ambiental. Tendo em vista que os professores possuem papel de mediadores na formação destes alunos, os mesmos também foram entrevistados por meio de questionários semiestruturados a fim de identificar e analisar as orientações existentes e a percepção dos docentes em relação ao desenvolvimento da Educação Ambiental formal. Neste sentido, foi possível verificar que há um distanciamento em relação às legislações vigentes que amparam o desenvolvimento da Educação Ambiental e a escola, uma vez que a maior parte dos professores não recebe formação e capacitação para o desenvolvimento da mesma. Tal realidade impacta diretamente na percepção de Educação Ambiental dos alunos, onde a maioria a reduz aos aspectos naturais do meio, conceituando de forma genérica e desconexa com o meio que estão inseridos. É urgente a necessidade de formação e capacitação do corpo docente da escola para o desenvolvimento de uma Educação Ambiental que desperte a consciência da sustentabilidade local, regional e global sadia para a construção de um mundo ambientalmente e socialmente mais justo. Tal processo de formação continuada dos professores pode ser organizado pelo profissional especialista em Educação Ambiental.

Palavras-chave: Legislação Ambiental. Diagnóstico. Educação. Ensino Médio. EJA.

ABSTRACT

ANALYSIS ON THE PERCEPTION OF ENVIRONMENTAL EDUCATION IN STUDENTS FROM DIFFERENT TEACHING MODALITIES OF A MEDIUM LEVEL PUBLIC SCHOOL IN MONTENEGRO, RS

AUTHOR: Talita Renata dos Santos
ADVISOR: Ana Caroline Paim Benedetti

The present study aimed to investigate the way on how students from different modalities of a medium level public school, located in the city of Montenegro, RS, perceive the Environmental Education, through the application of semi-structured questionnaires, aiming to elaborate proposals for Environmental Education that are possible to be applied at the school, in a way it will supplement the diagnosed needs and yearnings, characterizing a practical activity of the Environmental Education professional. Given that the teachers have the role of mediators on these students' formation, they were also interviewed through semi-structured questionnaires with the objective of identifying and analyzing the existing orientations and the teachers' perception towards the development of the conventional Environmental Education. In this sense, it was possible to verify that there is a distancing regarding the current legislation that supports the development of the Environmental Education and the school, since that most part of the teachers don't receive formation and training for the development of it. Such reality impacts directly on the students' perception of Environmental Education, where most of them reduce it to the natural aspects of the environment, conceptualizing it in a generic and disconnected way to the environment they're inserted in. In this sense, it is urgent the need of formation and capacity training of the faculty's teachers for the development of an Environmental Education that awakens the conscience for a healthy local, regional and global sustainability in order to build a more environmentally and socially fair world. Such process of continued formation for the teachers can be organized by the specialized professional in Environmental Education.

Keywords: Environmental legislation. Diagnosis. Education. High School. EJA.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Localização do Município de Montenegro, RS.....	33
Figura 2 - Cartão postal da cidade: Rio Caí e Morro São João.....	34
Figura 3 - Hidrografia do rio Caí.....	35
Figura 4 - Município de Montenegro em épocas de inundações.....	36
Figura 5 - Vista aérea do morro São João, Montenegro, RS.....	37
Figura 6 - Questão 2.1: “Você já ouviu falar em Educação Ambiental na sua vida escolar?” – Resultados por modalidades de ensino e geral.....	55
Figura 7 - Questão 2.2: “Se você respondeu sim na questão anterior, afirmando que já ouviu falar em educação Ambiental na sua vida escolar, defina em que modalidade de ensino isso já aconteceu” – Resultados por modalidades de ensino e geral.....	56
Figura 8 - Questão 2.3: “Para você, o que é Educação Ambiental?” - Resultados por modalidades de ensino e geral, divididos por categorias.....	62
Figura 9 - Questão 2.4 “Você se considera uma pessoa que pratica a Educação Ambiental na sua vida cotidiana?” – Resultados por modalidades de ensino e geral.....	63
Figura 10 - Questão 5: “Se você respondeu sim na questão anterior, afirmando praticar a Educação Ambiental na sua vida cotidiana, cite as suas principais ações:”. - Resultados por modalidades de ensino e geral, divididos por categorias.....	65
Figura 11 - Questão 2.6: “Você acha que sua escola atual poderia desenvolver melhor a Educação Ambiental?” – Resultados por modalidades de ensino e geral.....	67
Figura 12 - Questão 2.7: “Se a sua escola atual desenvolvesse um projeto de Educação Ambiental, você acha que isso te ajudaria a se tornar uma pessoa de hábitos mais saudáveis?” – Resultados por modalidades de ensino e geral.....	68
Figura 13 - Questão 2.8: “Cite assuntos relacionados à Educação Ambiental que você gostaria de trabalhar na escola:” Resultados por modalidades de ensino e geral, divididos por categorias.....	73

Figura 14 - Identificação do Professor: “Realizou alguma capacitação ou curso de extensão que lhe dê subsídios para desenvolver a Educação Ambiental em sala de aula?”	77
Figura 15 - Questão 2.2: “Você trabalha a EA em suas aulas?”	79
Figura 16 - Questão 2.3: “Se você respondeu que trabalha a Educação Ambiental em suas aulas, como você faz isso?” - Resultados divididos por categorias.....	80
Figura 17 - Questão 2.4: “Se você respondeu que trabalha a Educação Ambiental em suas aulas, você trabalha com:”	82
Figura 18 - Questão 2.5: “Se você respondeu que trabalha a Educação Ambiental em suas aulas, a escolha dos assuntos é proveniente de:”	83
Figura 19 - Questão 2.7: “De forma geral, você considera que a escola trabalha a Educação Ambiental de forma eficaz com os alunos diante dos problemas ambientais atuais? (...)”	86
Figura 20 - Questão 2.8: “Em sua opinião, há a necessidade de se criar uma disciplina específica para o ensino de Educação Ambiental?”	88
Figura 21 - Elementos a serem abordados em cursos de capacitação de professor	96

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Principais correntes de Educação Ambiental	18
Tabela 2 - Principais espécies que compõem a cobertura vegetal do morro São João	38
Tabela 3 - Listagem de espécies de aves descritas e/ou observadas na área do morro São João	40
Tabela 4 - Listagem de algumas espécies de mamíferos observadas na área do morro São João	42
Tabela 5 - Répteis com possível ocorrência no morro São João	42
Tabela 6 - Eixos da Plataforma Cidades Sustentáveis e seus respectivos objetivos gerais.....	44
Tabela 7 - Número de turmas correspondentes às modalidades de ensino e seus respectivos turnos da escola analisada.....	50
Tabela 8 - Número de alunos entrevistados com base no número de turmas de cada modalidade de ensino da escola	51
Tabela 9 - Respostas que compõem a categoria 6 – Ações de Educação Ambiental citadas pelos alunos, organizadas por modalidade de ensino.....	66
Tabela 10 - Respostas que compõem a categoria 7 – Assuntos relacionados à Educação Ambiental que os alunos responderam que gostaria de trabalhar na escola, resultados organizados por modalidade de ensino	73
Tabela 11 - Identificação dos professores participantes do presente estudo – Primeira parte do questionário semiestruturado.....	75
Tabela 12 - Questão 2.6: “Se você respondeu que trabalha a Educação Ambiental em suas aulas, quais assuntos você já trabalhou?” – Resultados organizados em assuntos com sua respectiva frequência por professor entrevistado	84

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
1.1 PROBLEMA	14
1.2 OBJETIVOS	14
1.2.1 Objetivo Geral	15
1.2.2 Objetivos Específicos.....	15
1.3 JUSTIFICATIVA	15
2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	17
2.1 CONSIDERAÇÕES SOBRE EDUCAÇÃO AMBIENTAL.....	17
2.1.1 História da Educação Ambiental.....	19
2.1.2 Educação Ambiental na Legislação Brasileira e Gaúcha	26
2.2 MUNICÍPIO DE MONTENEGRO	32
2.2.1 Rio Caí.....	34
2.2.2 Morro São João	36
2.2.3 Educação Ambiental na legislação municipal de Montenegro	43
3 METODOLOGIA	49
3.1 DESCRIÇÃO DA ESCOLA ANALISADA.....	49
3.1.1 Aplicação do questionário semiestruturado aos alunos	51
3.1.2 Aplicação do questionário semiestruturado aos professores	52
3.1.3 Elaboração de propostas de Educação Ambiental passíveis de serem aplicadas na escola analisada	54
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO	55
4.1 EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA PERSPECTIVA DOS ALUNOS ENTREVISTADOS	55
4.2 EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA PERSPECTIVA DOS PROFESSORES ENTREVISTADOS	75
4.3 ANÁLISE GERAL DOS RESULTADOS OBTIDOS NO PRESENTE ESTUDO...89	
4.4 PROPOSTA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA A ESCOLA ANALISADA: AÇÃO PRÁTICA DO PROFISSIONAL ESPECIALISTA EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL.....	95
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	99
REFERÊNCIAS	100
APÊNDICE A – Questionário aplicado aos alunos	107
APÊNDICE B – Questionário aplicado aos professores	108

1 INTRODUÇÃO

Atualmente vive-se em uma sociedade que consome mais do que o planeta é capaz de sustentar, situação que se agrava com o crescimento populacional que alarga o fosso entre os ricos e pobres. A produtividade agrícola aumentou, há alimentos sobrando no mundo, apodrecendo em armazéns, enquanto 40 milhões de pessoas morrem de fome por ano. As cidades tornaram-se superpovoadas, imersas em problemas crônicos de saneamento e serviços. Paralelo a tudo isso, inúmeras alterações ambientais globais, introduzidas por dimensões humanas, acabaram por agravar a crise ambiental, produzindo mudanças indesejáveis para o planeta, como a poluição atmosférica, alterações climáticas, destruição de habitats, extinção de espécies e de diversidade de ecossistemas e a contaminação dos recursos hídricos, deixando como consequência um planeta em crise (DIAS, 2004).

Considerando esse cenário de completa desordem, Mazzoti (1997) afirma que é necessária a construção de um novo estilo de vida e de uma nova racionalidade. Esta racionalidade por sua vez deve ser holística, implicando assim em uma nova ética de respeito à diversidade biológica e cultural, formando a base de uma sociedade sustentável. Neste contexto, ações educativas são de extrema valia para a formação de um novo homem, sendo este capaz de viver em harmonia com a natureza. Logo, o papel da Educação Ambiental (EA) tornou-se urgente na sociedade atual (DIAS, 2004).

O Ministério da Educação, afirma que:

A incorporação da questão ambiental no cotidiano das pessoas pode propiciar uma nova percepção nas relações entre o ser humano, a sociedade e a natureza, promover uma reavaliação de valores e atitudes na convivência coletiva e individual e, sem dúvida, reforçar a necessidade de ser e agir como cidadão na busca de soluções para problemas ambientais locais e nacionais que prejudiquem a qualidade de vida (BRASIL, [2018?], p. 4)

Tendo em vista a necessidade do desenvolvimento da Educação Ambiental, a legislação ambiental brasileira garante como dever do Estado o desenvolvimento da EA formal e não formal. A legislação federal dispõe da lei nº 9.795/99 a qual institui a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), nesta é estabelecido em seu artigo 2º que: “a educação ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis

e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não-formal” (BRASIL, p. 1, 1999). Do mesmo modo, a PNEA determina como princípio básico da EA o pluralismo de ideias e concepções pedagógicas, na perspectiva da inter, multi e transdisciplinaridade de forma contínua e permanente no processo educativo.

Para auxiliar neste processo, em 2004 foi criado o Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA), o qual atribui a EA como uma abordagem sistêmica capaz de integrar os múltiplos aspectos da problemática ambiental contemporânea, sendo esta abordagem interligada com os âmbitos naturais, culturais, históricos, sociais, econômicos e políticos, tendo como diretriz a transversalidade e a interdisciplinaridade (BRASIL, 2005).

Baseado neste contexto, o estado do Rio Grande do Sul estabeleceu a sua própria Política Estadual de Educação Ambiental, através da Lei n.º 13.597/2010, a qual dispõe no seu artigo 13º que: “a educação ambiental deverá ser desenvolvida como uma prática educativa integrada, contínua e permanente em todos os níveis e modalidades do ensino formal” (RIO GRANDE DO SUL, 2010).

Além disso, a Organização das Nações Unidas (ONU) estabeleceu a Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável. Esta agenda consiste em um plano para as pessoas, para o planeta e para a prosperidade, buscando fortalecer a paz universal com mais liberdade e erradicar a pobreza em todas as formas e dimensões, sendo esse um requisito indispensável para o desenvolvimento sustentável. Neste documento constam 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 16 metas integradas e indivisíveis que equilibram as três dimensões do desenvolvimento sustentável: a econômica, a social e a ambiental, tendo como objetivo guiar as ações para os próximos 15 anos (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2015).

Mesmo tendo ciência de todos esses movimentos que buscam o desenvolvimento da Educação Ambiental em escala global, federal e estadual, no município de Montenegro, RS, não existe nenhuma política ou programa municipal de Educação Ambiental. Do mesmo modo, não há a publicação de nenhuma análise em relação à percepção da Educação Ambiental de alunos da educação básica do município.

Tendo em vista esse contexto, o presente trabalho teve como objetivo a realização de um diagnóstico a respeito da percepção da Educação Ambiental em alunos de diferentes modalidades de ensino de uma escola pública de nível médio,

localizada no município de Montenegro, RS, visando à posterior elaboração de propostas de Educação Ambiental cabíveis de serem desenvolvidas na escola, de modo a suprir as carências e anseios diagnosticados e caracterizar uma ação prática do profissional especialista em Educação Ambiental.

1.1 PROBLEMA

Sob a premissa que a Educação Ambiental é um componente essencial e permanente da educação brasileira, devendo estar presente em todas as modalidades do processo educativo, espera-se que o desenvolvimento da mesma proporcione aos educandos uma percepção de Educação Ambiental eficaz para a superação dos problemas ambientais locais e globais, presentes e futuros. Oferecendo subsídios para compreensão das questões ambientais em diferentes contextos, bem como, discernimento para a tomada de decisões sustentáveis no dia-a-dia.

Para que este processo contínuo de tomada de consciência não seja uma utopia na sociedade e, conseqüentemente, a Educação Ambiental prevista pela legislação seja realmente eficaz, é necessário avaliar este processo para, se necessário, sugerir e implantar mudanças. Sendo assim, uma das formas de avaliar tal processo é investigar a percepção de Educação Ambiental dos alunos dos últimos anos da educação básica, como o ensino médio e a Educação de Jovens e Adultos (EJA).

Deste modo, o presente trabalho tem como problemática a investigação do modo como alunos de diferentes modalidades de ensino de uma escola pública de nível médio, localizada no município de Montenegro, RS, percebem a Educação Ambiental.

1.2 OBJETIVOS

Apresentam-se a seguir o objetivo geral e os objetivos específicos norteadores do presente trabalho:

1.2.1 Objetivo Geral

O presente trabalho buscou diagnosticar a percepção da Educação Ambiental em alunos de diferentes modalidades de ensino de uma escola pública de nível médio, localizada no município de Montenegro, RS, através da aplicação de questionários semiestruturados, visando elaborar propostas de Educação Ambiental passíveis de serem aplicadas na escola, de modo a suprir as carências e anseios diagnosticados, caracterizando uma ação prática do profissional especialista em Educação Ambiental.

1.2.2 Objetivos Específicos

- Identificar e analisar possíveis discrepâncias entre as percepções de Educação Ambiental de alunos oriundos do ensino médio de tempo integral, ensino médio regular e Educação para Jovens e Adultos (EJA);
- Avaliar os resultados obtidos no diagnóstico de percepção da Educação Ambiental em relação ao contexto em que a escola, alunos e municípios estão inseridos;
- Identificar e analisar as orientações existentes e a percepção dos professores em relação ao desenvolvimento da Educação Ambiental formal.

1.3 JUSTIFICATIVA

A Educação Ambiental caracteriza-se como uma possível resposta no âmbito da educação aos desafios atuais enfrentados pela sociedade, devendo promover a educação para a sustentabilidade dos cidadãos, no que diz respeito ao uso dos recursos naturais e questões sociais. Inserindo-se como parte integrante neste processo as relações econômicas, políticas, culturais e de gênero. Logo, o desenvolvimento da Educação Ambiental em nossa sociedade atual torna-se imprescindível (DIAS, 2004).

Corroborando tal importância, a legislação brasileira assegura a Educação Ambiental como parte essencial e permanente da educação, devendo estar presente em todos os níveis e modalidades de ensino formal. Neste sentido, como parte

integrante deste processo, diagnosticar a percepção de Educação Ambiental de alunos de diferentes modalidades de ensino de uma escola pública de nível médio, localizada no município de Montenegro, RS, se faz de grande valia. Uma vez que os resultados obtidos através da análise deste diagnóstico servirão como base para a elaboração de propostas de Educação Ambiental passíveis de serem aplicadas na escola, de modo a suprir as carências e anseios diagnosticados, caracterizando uma ação prática do profissional especialista em Educação Ambiental.

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Neste capítulo serão abordadas algumas considerações importantes a respeito da Educação Ambiental, bem como, a história da mesma, desde o seu surgimento, com os primeiros movimentos ambientalistas, até chegar à atualidade, com uma sucinta retrospectiva dos principais acontecimentos que marcam a história da evolução da EA. Além disso, será abordada a legislação federal, estadual e municipal e os demais documentos que normatizam o desenvolvimento da Educação Ambiental. Por fim, há uma breve descrição do município em estudo e da escola em que o mesmo foi aplicado.

2.1 CONSIDERAÇÕES SOBRE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

É importante compreender que existem diferentes entendimentos e abordagens de Educação Ambiental. Cabe ressaltar que as diferentes linhas de educação ambiental trazem interpretações distintas sobre os conceitos e formas de ação (...) (SÃO PAULO, 2013, p. 11).

Educação Ambiental pode ser interpretada como uma dimensão da educação voltada para uma prática social, imprimindo ao desenvolvimento individual um caráter social em sua relação com a natureza e com os outros seres humanos, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade. Logo, não se trata de uma tarefa fácil educar ambientalmente, uma vez que a EA pretende estimular mudanças nos hábitos culturais, sociais e econômicos com a finalidade de alterar costumes que promovem o consumismo e priorizam o desenvolvimento econômico a qualquer custo (ADMS, 2012; BRASIL, 1999; BRASIL, 2012).

Dias (2004) define a EA e a sua prática como um processo permanente no qual os indivíduos e a comunidade tomam consciência do seu meio ambiente e adquirem conhecimento, valores, habilidades, experiências e determinação que os torna aptos a agir e resolver problemas ambientais presentes e futuros com base em soluções sustentáveis e sob uma ótica interdisciplinar. Carvalho (2006) ainda acrescenta que a Educação Ambiental deve ser acima de tudo um ato político voltado para a transformação social.

No entanto, a autora Lucie Sauv  (2003) destaca que no campo da Educa o Ambiental, apesar da preocupa o comum com o meio ambiente e do reconhecimento do papel central da educa o para a melhoria da rela o do homem

com o meio ambiente, os diversos autores abordam diferentes discursos sobre a EA. Existem aproximadamente 15 principais correntes de Educação Ambiental, na Tabela 1 há um pequeno resumo das mesmas:

Tabela 1: Principais correntes de Educação Ambiental

Correntes	Objetivos da EA
Naturalista	Reconstruir uma ligação com a natureza.
Conservacionista/ Recursista	Adotar comportamentos de conservação. Desenvolver habilidades relativas à gestão ambiental
Resolutiva	Desenvolver habilidades de resolução de problemas: do diagnóstico à ação.
Sistêmica	Desenvolver o pensamento sistêmico: análise e síntese para uma visão global.
Científica	Compreender as realidades ambientais, tendo em vista decisões apropriadas.
	Adquirir conhecimentos em ciências ambientais. Desenvolver habilidades relativas à experiência científica.
Humanista	Conhecer seu meio de vida e conhecer-se melhor em relação a ele.
	Desenvolver um sentimento de pertença.
Moral/ Ética	Dar prova de ecocivismo.
	Desenvolver um sistema ético.
Holística	Desenvolver as múltiplas dimensões de seu em interação com o conjunto de dimensões do meio ambiente.
	Desenvolver um conhecimento “orgânico” do mundo e um atar participativo em e com o meio ambiente.
Biorregionalista	Desenvolver competências em ecodesenvolvimento comunitário, local ou regional.
Prática	Aprender em, para e pela ação.
	Desenvolver competências de reflexão.

Crítica	Desconstruir as realidades socioambientais visando transformar o que causa problemas.
Feminista	Integrar os valores feministas à relação com o meio ambiente
Etnografia	Reconhecer a estreita ligação entre natureza e cultura. Aclarar sua própria cosmologia. Valorizar a dimensão cultural de sua relação com o meio ambiente.
Ecoeducação	Experimentar o meio ambiente para experimentar-se e formar-se em e pelo meio ambiente. Construir uma melhor relação com o mundo.
Projeto de desenvolvimento sustentável	Promover um desenvolvimento econômico respeitoso dos aspectos sociais e do meio ambiente. Contribuir para esse desenvolvimento.

Fonte: Adaptado de SAUVÉ (2003, p. 40 – 42).

Estas diferentes correntes da Educação Ambiental possuem a mesma preocupação, caracterizando a EA como um processo contínuo de inserção de novos saberes e valores, frente à relação do ser humano com o ambiente que o cerca e com a natureza em toda a sua complexidade. Para que o educador possa atuar e entender a EA, é necessário mergulhar em suas tipologias e concepções para finalmente alcançar à práxis necessária, caso contrário, o que se terá é apenas teoria dissociada da prática ou prática dissociada da teoria (CÓRDULA, 2014).

2.1.1 História da Educação Ambiental

“Redescobrir! Esta deverá ser a atividade mais sensata quando estivermos buscando alternativas de solução para os nossos problemas ambientais. A maioria desses problemas já fazia parte das preocupações dos nossos antepassados” (DIAS, 1992 p. 24).

A Educação Ambiental visando à construção de sociedades sustentáveis não surgiu nos dias de hoje, mas sim transpassa as gerações, as quais estão, felizmente, cada vez mais tomando consciência das consequências dos seus atos em relação ao meio ambiente. Segundo Silva (2012), as discussões sobre a

Educação Ambiental surgiram da necessidade de uma reflexão sobre a relação do homem com a natureza, na tentativa de buscar alternativas sustentáveis.

No período pós-guerra, nas décadas de 50 e 60, ocorreram diversos avanços tecnológicos, possibilitando ao ser humano a ampliação da sua capacidade de alterar o ambiente natural, principalmente nos países desenvolvidos. Os efeitos negativos da qualidade de vida, a partir destas alterações já eram visíveis na década seguinte. De acordo com Cascino (1999), na década de 60, ocorreram grandes movimentos revolucionários como o dos hippies, a explosão do feminismo, o movimento negro – Black Power -, o pacifismo, a liberação sexual e a “pílula”, as drogas, o rock-and-roll e as manifestações anti Guerra Fria. Junto a esses movimentos, surgiu o movimento ambientalista.

Neste período, em 1962, a escritora Rachel Carson publicou um clássico na história do movimento ambientalista, o livro “Primavera Silenciosa” o qual alertava sobre os efeitos danosos de inúmeras ações humanas sobre o ambiente, como por exemplo, o uso indiscriminado e excessivo de produtos químicos e os efeitos destes para o meio ambiente (DIAS, 1992).

No ano de 1968, foi criado o Conselho para Educação Ambiental, no Reino Unido. No mesmo ano, em Roma, foi realizada uma reunião, com trinta especialistas de várias áreas, para discutir o consumo e as reservas de recursos naturais não renováveis e o crescimento da população mundial até o século XXI. A partir desta reunião, foi fundado o Clube de Roma que, em 1972, produziu o relatório “Os Limites do Crescimento” (The Limits of Growth) (DIAS, 1992). Esse, segundo Dias (1992), denunciava que o crescente consumo mundial levaria a humanidade a um limite de crescimento e possivelmente a um colapso. Sobre essa premissa, foram estudadas ações para a obtenção de um mundo em equilíbrio com a redução do consumo. Ainda em 1968, é sugerida uma abordagem global para a busca de soluções contra o agravamento dos problemas ambientais pela delegação da Suécia na Organização das Nações Unidas (ONU), a qual chamava a atenção da comunidade internacional para a crescente degradação do ambiente humano (ZANARDI, 2010).

Em 1971, com o apoio de políticos, cientistas e entidades relacionadas à revista britânica *The Ecologist* foi elaborada a publicação “A Blueprint for Survival” (Um Esquema para a Sobrevivência). (ZANARDI, 2010). Atualmente, essa obra é

considerada um clássico e de acordo com Dias (1992), a mesma propunha medidas para se atingir um ambiente saudável.

No entanto, segundo Brasil (2005) a Educação Ambiental somente reconhecida como uma estratégia para a construção de sociedades sustentáveis a partir do ano de 1972, quando a Organização das Nações Unidas (ONU) realizou em Estocolmo, Suécia, a Primeira Conferência Mundial de Meio Ambiente Humano. Dias (1992), afirma que essa conferência

Gerou a Declaração sobre o Ambiente Humano e estabeleceu o Plano de Ação Mundial com o objetivo de inspirar e orientar a humanidade para a preservação e melhoria do ambiente humano. Reconheceu o desenvolvimento da Educação Ambiental como o elemento crítico para o combate à crise ambiental no mundo, e enfatizou a urgência da necessidade do homem reordenar suas prioridades. A Conferência de Estocolmo, ao reconhecer a importância da EA em trazer assuntos ambientais para o público em geral, recomendou o treinamento de professores e o desenvolvimento de novos recursos institucionais e métodos (DIAS, 1992, p. 26).

Além disso, segundo Medina (1997), a partir da Declaração de Estocolmo a Educação Ambiental passou a ser um campo pedagógico, adquirindo relevância e vigência nacional. Esta conferência ainda gerou dois marcos fundamentais para o desenvolvimento da EA: a criação do programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) e a recomendação para que se criasse o Programa Internacional de Educação Ambiental (PIEA), conhecido como a “Recomendação 96” a qual sugere que: “se promova a educação ambiental como uma base de estratégias para atacar a crise do meio ambiente” (DECLARAÇÃO DE ESTOCOLMO, 1972).

Com base no que foi proposto em Estocolmo, em 1975, na Iugoslávia, a Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) promoveu o Encontro de Belgrado onde foi finalmente formulado e consolidado o Programa Internacional de Educação Ambiental (PIEA) e a escrita da Carta de Belgrado, sendo essa última, o primeiro documento oficial dedicado integralmente a Educação Ambiental. A Carta de Belgrado apresenta como meta ambiental “melhorar todas as relações ecológicas, incluindo a relação da humanidade com a natureza e das pessoas entre si” (CARTA DE BELGRADO, 1975). A mesma ainda coloca entre as diretrizes básicas dos programas de Educação Ambiental, a necessidade de um processo de EA contínuo e permanente tanto dentro, como fora

da escola, de forma interdisciplinar, enfatizando a participação ativa na prevenção e solução dos problemas ambientais.

Em 1977, foi realizado em Tbilisi, na Geórgia, ex-União Soviética, o Primeiro Congresso Mundial de Educação Ambiental, organizado também pela UNESCO, no qual foram definidos objetivos, funções, estratégias, características, princípios e recomendações para o desenvolvimento da Educação Ambiental. De acordo com Dias (1992, p. 67) “constituiu-se no marco mais importante da evolução da EA”. Deste congresso, foi redigido um documento chamado “A Educação Ambiental: as grandes orientações da Conferência de Tbilisi”. Nesse documento consta que:

a EA, devidamente entendida, deveria constituir uma educação permanente, geral, que reaja às mudanças que se produzem em um mundo em rápida evolução. Essa educação deveria preparar o indivíduo, mediante a compreensão dos principais problemas do mundo contemporâneo, proporcionando-lhe conhecimentos técnicos e as qualidades necessárias para desempenhar uma função produtiva, com vistas a melhorar a vida e proteger o meio ambiente, prestando a devida atenção aos valores éticos (DIAS, 1992, p. 68).

Contudo, foi apenas na década de 80 que o termo “Educação Ambiental” popularizou-se definitivamente no mundo, segundo Guimarães (1995). O autor ainda destaca que nesta década começam a surgir de forma mais intensa trabalhos acadêmicos no Brasil abordando esta temática, juntamente com o maior envolvimento da sociedade nesta causa. Vale lembrar que o regime político brasileiro encontrava-se em transição para um regime mais democrático com o final da ditadura militar.

Em 1984, foi criada a Comissão Mundial para o Ambiente e o Desenvolvimento, integrando 21 países. A partir de então, ocorreram reuniões em vários lugares do mundo, inclusive no Brasil, para a discussão dos problemas ambientais e das soluções encontradas após a Conferência de Estocolmo. (CASCINO, 1999). Os resultados dessas reuniões foram publicados na obra “O Nosso Futuro Comum”, de 1987, o qual, segundo Cassino (1999), forneceu subsídios temáticos para a Rio-92, que ocorreu posteriormente no Rio de Janeiro.

Ainda em 1987, a UNESCO promoveu em Moscou, Rússia, o Congresso Nacional sobre Educação e Formação Ambientais. Neste, conforme Guimarães (1999), foram reafirmados os princípios expostos na Conferência de Tbilisi, de modo a avaliar o desenvolvimento da EA desde Tbilisi até o momento, e traçados planos

de ação para o desenvolvimento da Educação Ambiental para a década de 90. O documento final deste congresso chamado de Estratégias Internacionais de Educação e Formação Ambiental para a década de 1990, o qual foi publicado pela UNESCO em 1988, inclui a EA em todos os níveis de ensino, insistindo na necessidade de treinar e qualificar professores universitários e especialistas ambientais (GUIMARÃES, 1999).

Já na década de 90, no ano de 1992, o Brasil sediou a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e desenvolvimento, na cidade do Rio de Janeiro, sendo esta conferência também conhecida como Rio-92 ou ECO-92. Segundo Reigota (2009), esta foi a primeira conferência na qual a sociedade civil pode participar, caracterizando o protagonismo dos cidadãos e cidadãs diante dos problemas e desafios ambientais, fazendo com que a militância pela Educação Ambiental adquirisse uma visibilidade pública. Neste evento foi desenvolvido o Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global, sendo assinada na Jornada Internacional de Educação Ambiental, no Fórum Global, que ocorreu paralelo a Rio-92 (ZANARDI, 2010).

Além disso, os cerca de 179 países participantes da Rio-92 acordaram e assinaram a Agenda 21 global, a qual, afirma Reigota (2009), traz uma série de indicações aos governos, como a promoção da Educação Ambiental, e tratados elaborados pela sociedade civil, como o tratado sobre a Educação Ambiental para as sociedades sustentáveis. Dias (1998) destaca a Rio-92 como o encontro internacional mais importante desde que o homem se organizou em sociedades, Cascino (1999) ressalta que, após esse evento, o planeta Terra passou a ser visto de uma maneira diferente, sendo revisto, rediscutido e analisado, desenvolvendo assim a ideia de desenvolvimento sustentável na sociedade como um todo.

Ainda na década de 90, um dos eventos mundiais mais importantes para a Educação Ambiental, pós Rio- 92, segundo Marcatto (2002), foi a “Conferência Meio Ambiente e Sociedade: Educação e Consciência Pública para a Sustentabilidade”, organizada pela UNESCO, em dezembro de 1997, na cidade de Thessaloniki, Grécia. Nesse evento, de acordo com a Declaração de Thessaloniki (1997), foi reconhecido pela comunidade internacional que nos passados cinco anos da Rio-92, houve um progresso insuficiente do desenvolvimento da EA (MARCATTO, 2002).

Conforme descreve Cascino (1999, p. 61), a Declaração de Thessaloniki

chama atenção para a necessidade de se articularem ações de EA fundadas nos conceitos de ética e sustentabilidade, identidade cultural e diversidade, mobilização para a construção de fundos de financiamentos para ações de educação e defesa do meio ambiente, práticas interdisciplinares.

No ano de 2002, em Johannesburgo, África do Sul, ocorreu a Conferência das Nações Unidas para o desenvolvimento Sustentável, sendo conhecida como Rio+10, a qual, segundo Marcatto (2002), teve como finalidade avaliar as decisões tomadas na conferência Rio-92. Neste evento foi elaborada a Agenda Rio+10 onde constavam ações para viabilizar a mudança ambiental nos próximos anos.

A última conferência internacional realizada para debater a Educação Ambiental foi a Rio+20, realizada em 2012, no Rio de Janeiro, vinte anos após a Rio-92. Bortolon e Mendes (2014) destacam que a partir dessa conferência, inicia-se uma nova era a qual propõe um desenvolvimento que integre plenamente a necessidade de promover prosperidade, bem-estar e proteção do meio ambiente.

Como produto da Rio+20,

há um documento final acordado por 188 países, o qual dita o caminho para a cooperação internacional sobre desenvolvimento sustentável. Do mesmo modo, governos, empresários e outros parceiros da sociedade civil registram mais de 700 compromissos com ações concretas que proporcionem resultados no terreno para responder a necessidades específicas, como energia sustentável e transporte. Os compromissos assumidos no Rio incluem 50 bilhões de dólares que ajudarão um bilhão de pessoas a ter acesso à energia sustentável (BORTOLON; MENDES, 2014, p. 122).

Além disso, na Rio+20 foi reconhecida a necessidade de estabelecer alguns Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), as quais, de acordo com a Rio+20, seriam ações orientadas, concisas e de fácil compreensão possuindo natureza global e universalmente aplicáveis a todos os países (ONU, 2012).

No final do ano de 2015 foi então lançada pela ONU a Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável, onde há 17 ODS e 16 metas integráveis e indivisíveis de natureza global e universalmente aplicáveis, tendo em conta as diferentes realidades, capacidades e níveis de desenvolvimento nacionais e respeitando as políticas e prioridades de cada país. Estes objetivos e metas estimularão ações para os próximos 15 anos a partir do ano de 2016. A Agenda 2030 consiste em um plano de ações para as pessoas, para o planeta e para a prosperidade, buscando fortalecer a paz universal com mais liberdade e a erradicação da pobreza em todas

as suas formas e dimensões, sendo esse um requisito indispensável para o desenvolvimento sustentável. Espera-se todos os países e todas as partes interessadas atuando em parceria colaborativa, implementando esta Agenda por meio de uma parceria global para o desenvolvimento sustentável com base em um espírito de solidariedade (NAÇÕES UNIDAS, 2016).

Os 17 ODS trazidos pela Agenda 2030 para transformar o nosso mundo são:

- Objetivo 1. Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares;
- Objetivo 2. Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável;
- Objetivo 3. Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades;
- Objetivo 4. Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos;
- Objetivo 5. Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas;
- Objetivo 6. Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todos;
- Objetivo 7. Assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia para todos;
- Objetivo 8. Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos;
- Objetivo 9. Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação;
- Objetivo 10. Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles;
- Objetivo 11. Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis;
- Objetivo 12. Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis;
- Objetivo 13. Tomar medidas urgentes para combater a mudança climática e seus impactos;
- Objetivo 14. Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável;
- Objetivo 15. Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade;
- Objetivo 16. Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis;
- Objetivo 17. Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável (NAÇÕES UNIDAS, 2016, p. 18 e 19).

A Agenda 2030 afirma que nós podemos ser a primeira geração a ter sucesso em acabar com a pobreza, assim como também podemos ser a última a ter a chance de salvar o planeta. “O mundo será um lugar melhor em 2030 se alcançarmos os nossos objetivos” (NAÇÕES UNIDAS, 2016, p.16). Para que esse processo ocorra com êxito é preciso que os governos invistam no desenvolvimento da Educação Ambiental, seja ela formal ou não formal, de modo a formar uma

sociedade mais consciente e solidária, tanto com a natureza como com o próximo, tornando o mundo um lugar melhor para todas as formas de vida.

2.1.2 Educação Ambiental na Legislação Brasileira e Gaúcha

A educação ambiental surge no Brasil muito antes da sua institucionalização pelo governo federal, marcada, no início dos anos 70, pela emergência de um ambientalismo que se une às lutas pelas liberdades democráticas. No campo educativo, esse movimento se manifesta por meio da ação isolada de professores, estudantes e escolas, em pequenas ações de entidades da sociedade civil ou mesmo por parte de prefeituras municipais e governos estaduais com atividades educacionais relacionadas à recuperação, conservação e melhoria do ambiente (BRASIL, 2014, p.15).

Segundo Souza (2015), o Brasil possui uma legislação ambiental considerada a mais completa do mundo, contudo, a mesma não é cumprida de maneira adequada. Esse processo teve início em 1973 com a criação da Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA), vinculada ao antigo Ministério do Interior, a qual estabeleceu “o esclarecimento e a educação do povo brasileiro para o uso adequado dos recursos naturais, tendo em vista a conservação do meio ambiente” (BRASIL, 1973 apud BRASIL, 2005). Sendo responsável, de acordo com Brasil (2014), por algumas iniciativas de capacitação de recursos humanos e de sensibilização de setores da sociedade para as questões ambientais.

Mais tarde, a Lei 6.938 de 1981 estabelece a Política Nacional de Meio Ambiente (PNMA), a qual determinou em seu artigo 2, item X, que cabe ao poder público garantir “educação ambiental a todos os níveis de ensino, inclusive a educação da comunidade, objetivando capacitá-la para participação ativa na defesa do meio ambiente” (BRASIL, 1981). Esta Lei, de acordo com Czapski (1998), é a primeira lei que coloca a Educação Ambiental como instrumento para ajudar a solucionar problemas ambientais.

No ano de 1987, foi aprovado pelo Ministério da Educação (MEC) o Parecer nº 226/87, do conselheiro Arnaldo Niskier, o qual inclui a Educação Ambiental nos currículos escolares de 1º e 2º graus (atualmente Ensino Fundamental e Médio). Neste parecer, segundo Czapski (1998 p. 41),

ficou enfatizada a urgência da introdução da Educação Ambiental, propondo-se que fosse iniciada "a partir da escola, numa abordagem interdisciplinar, levando à população posicionamento em relação a fenômenos ou circunstâncias do ambiente"

No ano seguinte, em 1988, foi promulgada a nova Constituição Federal, a qual contém um capítulo inteiro dedicado ao meio ambiente, e, conforme Czapski (1998, p. 39), “colocou nossa Lei Maior entre as leis mais completas do mundo, especialmente no que se refere à área ambiental”.

De acordo então com esta nova Constituição Federal Brasileira (1988), mais precisamente no artigo 225, consta que:

Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo, e preservá-lo, para o bem das atuais e futuras gerações.

Para que este direito seja efetivo, o capítulo VI, parágrafo 1 do artigo 225 ainda incumbe ao Poder Público, entre outras providências, “promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente”. (BRASIL, 1988). Tornando, desta forma, a Educação Ambiental um dever do Estado.

Já nos anos 90, de acordo Pedrini (2000), a Portaria 678 do MEC, de 1991, determinou que todos os currículos nos diversos níveis de ensino deveriam complementar a EA, no entanto, sem a criação de matérias e disciplinas específicas. O documento ainda enfatiza a necessidade da capacitação de professores.

Contudo, a Lei 9.394 de 1996, a qual institui a Lei de Diretrizes e Bases (LDB), não estabeleceu nenhuma disposição sobre a Educação Ambiental, a mesma não é sequer citada ao longo do documento. “Apenas com muita boa vontade é que se pode atribuir ao legislador alguma intenção de tratar esse tema ainda que de modo indireto” (BARBIERI, 2002, p. 10). No entanto, esta estabelece em seu artigo 23, que no ensino fundamental “os currículos devem abranger obrigatoriamente o conhecimento do mundo físico e natural e da realidade social e política, especialmente do Brasil” (BRASIL, 1996).

Em 1997, foram divulgados os Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN, os quais abordam a necessidade de serem trabalhados nas escolas temas sociais urgentes, de abrangência nacional, denominados como temas transversais. O meio ambiente, assim como a ética, pluralidade cultural, orientação sexual, trabalho e consumo foram os temas transversais eleitos por esse documento, com a possibilidade de serem elencados outros temas relevantes, de acordo com a realidade das instituições de ensino. Czapski (1998) afirma que, este documento

oferece pela primeira vez indicações de como incorporar a dimensão ambiental na forma de tema transversal nos currículos de ensino fundamental.

Todavia, somente houve de fato a legitimação da Educação Ambiental como política pública, segundo Brasil ([2018?]), através da Lei nº 9.795, de 1999, a qual dispõe sobre a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), determinando a inclusão da EA de modo organizado e oficial no sistema escolar brasileiro. Ainda em Brasil ([2018?], p. 13), destaca-se que:

[...] a Política Nacional de Educação Ambiental, Lei nº 9.795/99, após quase cinco anos de debates e discussões nacionais, reconhece a EA como um componente urgente, essencial e permanente em todo o processo educativo, formal e/ou não-formal. Pela primeira vez uma lei responsabiliza os sistemas de ensino como responsáveis diretos pela EA nas escolas e reserva um capítulo específico (cap.II, seção II) para a EA formal, onde define suas especificidades.

A PNEA estabelece em seu artigo 2º que “a educação ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não-formal” (BRASIL, p., 1999). Esta Política ainda determina como princípio básico da EA o pluralismo de ideias e concepções pedagógicas, na perspectiva da inter, multi e transdisciplinaridade de forma contínua e permanente no processo educativo.

Em 2001, a Lei nº 10.172 aprova o Plano Nacional de Educação (PNE), este determina diretrizes, objetivos e metas para o período de 10 anos (de 2001 a 2010) garantindo, segundo Brasil ([2018?]), coerência nas prioridades educacionais neste período para o país. Este PNE propõe em seus objetivos e metas para o Ensino Fundamental e Ensino Médio que: “A Educação Ambiental, tratada como tema transversal, será desenvolvida como uma prática educativa integrada, contínua e permanente em conformidade com a Lei nº 9.795/99” (BRASIL, 2001).

No ano seguinte, foi publicado o decreto 4.281/2002 o qual regulamenta a Lei nº 9.795/99, com base neste decreto, o PNEA criou em 2004 o Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA),

[...] cujo caráter prioritário e permanente deve ser reconhecido por todos os governos, tem como eixo orientador a perspectiva da sustentabilidade ambiental na construção de um país de todos. Suas ações destinam-se a assegurar, no âmbito educativo, a interação e a integração equilibradas das múltiplas dimensões da sustentabilidade ambiental – ecológica, social, ética,

cultural, econômica, espacial e política – ao desenvolvimento do país, buscando o envolvimento e a participação social na proteção, recuperação e melhoria das condições ambientais e de qualidade de vida (BRASIL, 2005, p. 33).

Do mesmo modo, o ProNEA atribui a EA como uma abordagem sistêmica, capaz de integrar os múltiplos aspectos da problemática ambiental contemporânea, sendo esta abordagem interligada com os âmbitos naturais, culturais, históricos, sociais, econômicos e políticos, tendo como diretriz a transversalidade e a interdisciplinaridade, além da sustentabilidade socioambiental e democracia e participação social.

Baseado neste contexto, o estado do Rio Grande do Sul estabeleceu a sua própria Política Estadual de Educação Ambiental, através da Lei n.º 11.730/2002, posteriormente atualizada para a Lei nº 13.597/2010, a qual dispõe no seu artigo 13º que: “a educação ambiental deverá ser desenvolvida como uma prática educativa integrada, contínua e permanente em todos os níveis e modalidades do ensino formal” (RIO GRANDE DO SUL, 2010). Indo de encontro com a legislação federal, a Política Estadual de Educação Ambiental afirma no seu artigo 4º que estão entre os princípios básicos da EA o pluralismo de ideias e concepções pedagógicas, tendo como perspectiva a interdisciplinaridade e a transdisciplinaridade. Esta legislação ainda cria o Programa Estadual de Educação Ambiental, contudo, até o presente momento, não há a publicação de nenhum documento norteador específico para este programa, semelhante às publicações a nível federal feitas por meio do ProNEA.

No que diz respeito à EA formal, conforme descreve a Proposta de Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental,

As legislações educacionais regulamentadoras (tais como decretos, resoluções e portarias) ainda não explicam como se dará, na prática, a abordagem desta temática nos estabelecimentos de ensino, nem prescrevem os princípios, diretrizes operacionais e pedagógicas para o seu trato transversal nos níveis e modalidades da educação (BRASIL, [2018?], p. 2).

Visto esta necessidade, foi publicada a Resolução nº 02, de 15 de junho de 2012, a qual estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental (DCNEA), sendo essa referência para a promoção da Educação Ambiental em todos os níveis e modalidades do ensino formal. A mesma ainda fixa

como um dos seus objetivos, no artigo 1º, item II, que “[...] a concepção de Educação Ambiental como integrante do currículo supere a mera distribuição do tema pelos demais componentes” (BRASIL, 2012, p. 2).

Segundo a mesma Resolução, em seu texto introdutório afirma-se que:

O atributo “ambiental” na tradição da Educação Ambiental brasileira e latinoamericana não é empregado para especificar um tipo de educação, mas se constitui em elemento estruturante que demarca um campo político de valores e práticas, mobilizando atores sociais comprometidos com a prática político pedagógica transformadora e emancipatória capaz de promover a ética e a cidadania ambiental (BRASIL, 2012, p. 1-2).

Esta resolução aborda em seu corpo as inúmeras possíveis vertentes da Educação Ambiental passíveis de serem desenvolvidas nas salas de aulas, sejam estas de educação infantil e nos ensinos fundamental, médio ou superior.

Além disso, em 25 de julho de 2014 foi sancionada a Lei nº 13.005, a qual institui o Plano Nacional de Educação - PNE. Nesse, estão definidos os objetivos e metas para o ensino em todos os níveis, desde a educação infantil ao ensino superior, a serem executados nos próximos dez anos. O PNE 2014-2024 traz em seu 2º artigo dez diretrizes, sendo a última delas a “promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental”.

O termo Educação Ambiental não é citado entre as diretrizes do PNE e nem ao longo do corpo do texto deste documento. Contudo, a última diretriz, a qual cita a promoção do respeito à sustentabilidade socioambiental, pode ser interpretada como um dos vieses da Educação Ambiental. Porém, em relação a esta questão ambiental, o PNE sofreu fortes críticas. De acordo com o Manifesto Sustentabilidade e Educação Ambiental no Plano Nacional de Educação (2014, p.1),

[...] contraditoriamente, no momento de traduzir tal diretriz em ações efetivas, o texto da Câmara e o substitutivo do Senado não apresentam metas ou estratégias contemplando tal diretriz. Não há compromisso concreto com escolas sustentáveis envolvendo currículo, espaço escolar e gestão democrática preocupada com a dimensão ambiental.

Em dezembro de 2017 foi aprovada e homologada a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para a educação infantil e ensino fundamental. O documento tem como objetivo nortear os currículos e propostas pedagógicas dos sistemas e redes de ensino das escolas públicas e privadas de todo o Brasil. (BRASIL, 2018). A BNCC estabelece:

[...] conhecimentos, competências e habilidades que se espera que todos os estudantes desenvolvam ao longo da escolaridade básica. Orientada pelos princípios éticos, políticos e estéticos traçados pelas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica, a Base soma-se aos propósitos que direcionam a educação brasileira para a formação humana integral e para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva. (BRASIL, 2018, n.p.)

A BNCC é desenvolvida por meio de dez competências gerais, as quais estão alinhadas com a Educação em Direitos Humanos e com a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável estabelecida pela ONU, de modo a contribuir para tornar a sociedade mais humana, justa e voltada para a preservação ambiental (BRASIL, 2018).

Além disso, a base é a mesma para todo o território nacional, no entanto, as competências e diretrizes são comuns, os currículos são diversos. Logo, cada instituição de ensino deve adaptar seu currículo de acordo com o contexto em que a escola e os alunos estão inseridos. Do mesmo modo, cabe aos sistemas e redes de ensino incorporar aos currículos e as propostas pedagógicas a abordagem de temas contemporâneos em escala local, regional e global, de forma transversal e integrada. Neste contexto, como tema contemporâneo que está elencada a Educação Ambiental (BRASIL, 2018).

A BNCC, segundo Brasil (2016, p. 38), ainda destaca a necessidade da superação da Educação Ambiental sob uma visão naturalista:

as práticas pedagógicas de educação ambiental devem adotar uma abordagem crítica, que considere a interface entre a natureza, a sociocultural, a produção, o trabalho e o consumo, superando a visão naturalista.

Em relação à BNCC do ensino médio, até o presente momento, a mesma ainda não foi implantada, contudo a proposta da base para o ensino médio já foi publicada, sendo necessária ser discutida pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) para a sua posterior aprovação e homologação. Em relação ao desenvolvimento da Educação Ambiental, a proposta segue o mesmo padrão da BNCC já aprovada para a educação infantil e ensino médio.

Do mesmo modo, no que diz respeito aos novos rumos da Educação Ambiental na legislação brasileira, desde 15 de abril de 2015, está em tramitação no Senado o Projeto de Lei do Senado (PLS) 221, de autoria do Senador Cássio Cunha Lima, o qual pretende alterar a Lei nº 9.394/1996, onde são fixadas as diretrizes e

bases da educação, e a Lei nº 9.795/99, a qual discorre sobre a EA e institui a PNEA.

Sendo assim, a PLS 221/2015 propõe, segundo Lima (2015, p. 1), “[...] incluir como objetivo fundamental da educação ambiental o estímulo a ações que promovam o uso sustentável dos recursos naturais e a educação ambiental como disciplina específica no ensino fundamental e médio”.

Até a data de entrega do presente trabalho, consta no portal do Senado Federal que a PLS 221/2015 foi aprovada pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. Essa segue, desde o dia 02 de maio de 2018, em relatoria com a Comissão de Educação, Cultura e Esporte cabendo a essa a última a decisão terminativa. Entretanto, várias Redes de EA e pesquisadores têm se manifestado contrários à PLS 221/2015, uma vez em que contradiz todos os documentos sobre Educação Ambiental.

Visto isso, entende-se que as leis, políticas, programas e projetos descritos nesta subseção são os responsáveis por normatizar o desenvolvimento da Educação Ambiental no Brasil e no estado do Rio Grande do Sul.

2.2 MUNICÍPIO DE MONTENEGRO

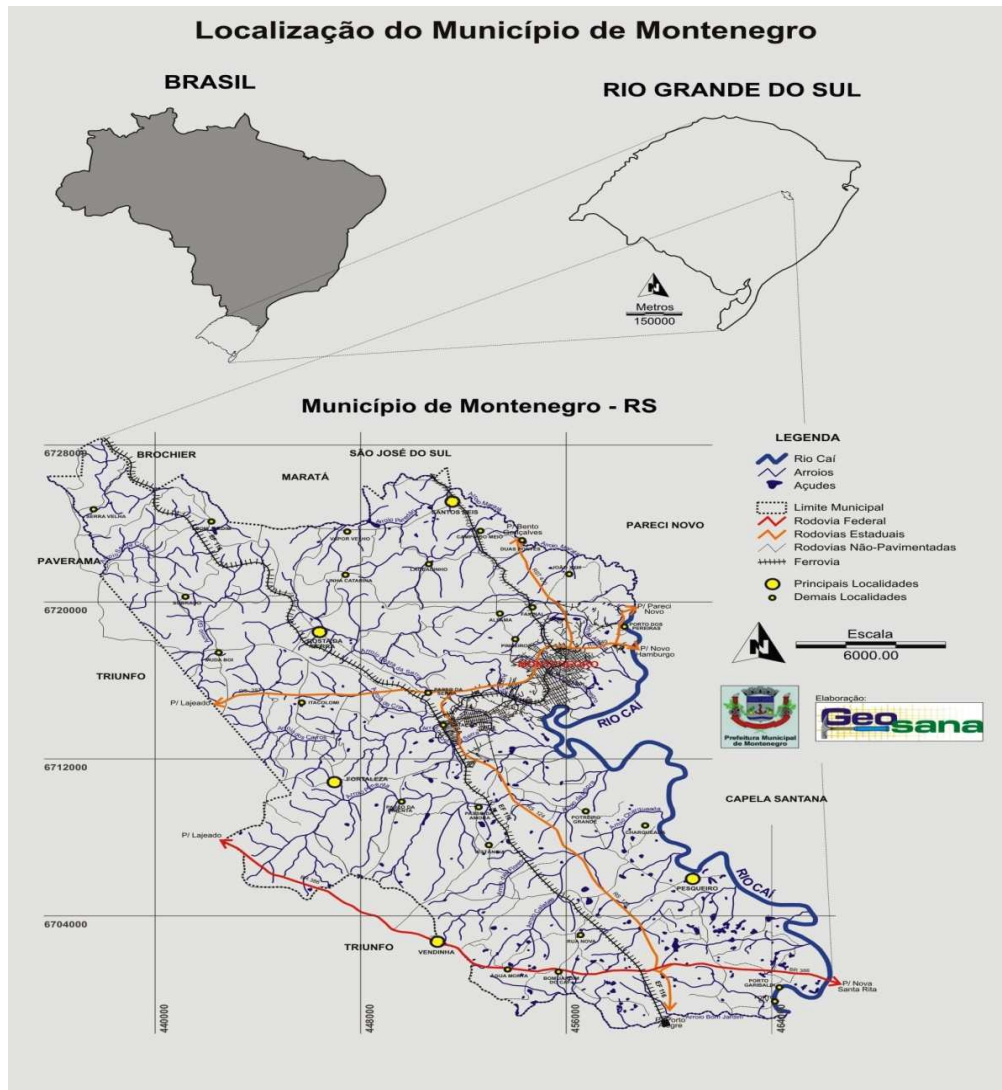
O município de Montenegro está localizado no estado do Rio Grande do Sul, distante aproximadamente de 55 km da capital do estado, Porto Alegre. A cidade apresenta uma população estimada, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), de 59.415 habitantes e uma área territorial de 424, 013 km², dividida em 26 bairros e 6 distritos, pertencendo ao Vale do Caí, na encosta inferior nordeste. Montenegro é o município mais antigo da região do Vale do Caí, sendo recentemente inserido na região metropolitana de Porto Alegre (MONTENEGRO, 2018).

Em relação à economia, Montenegro possui indústrias, principalmente, do ramo alimentício, plástico, metalúrgico, automotivo, agrícola, transformação e extrativa. A cidade caracteriza-se por uma economia que não aposta em um segmento apenas, mas sim convivem na matriz produtiva o tanino, frutas cítricas, aves, proteínas, plásticos, produtos de informática e máquinas agrícolas. Isso faz com que Montenegro seja atualmente o 23º município do Estado em arrecadação de

Impostos sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e 9º no ranking dos maiores exportadores. (MONTENEGRO, 2018).

A Figura 1 ilustra a localização do município de Montenegro em relação à federação brasileira, bem como, ao estado do Rio Grande do Sul:

Figura 1: Localização do Município de Montenegro, RS



Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTENEGRO, 2018.

A paisagem de Montenegro é caracterizada principalmente por dois pontos: o rio Caí e o morro São João, ambos podem ser encontrados no centro da cidade e servem como pontos de referência. A Figura 2 é um cartão postal da cidade, no qual podem ser visualizados, na mesma imagem, esses dois importantes pontos paisagísticos:

Figura 2: Cartão postal da cidade: Rio Caí e Morro São João



Fonte: PREFEITURA DE MONTENEGRO, 2018.

2.2.1 Rio Caí

O município de Montenegro é banhado pelo rio Caí, o qual corre no sentido norte-sul por cerca de 40 km junto à cidade. O mesmo faz parte da bacia do Guaíba, desaguando no rio Jacuí. A área municipal corresponde a 10% da área total da bacia do rio Caí, no entanto, há uma grande influência no estado geral da bacia devido ao crescimento das atividades industriais e da população urbana do município (GEOLINK,1998).

A bacia do Caí possui uma área de, aproximadamente, 4.775km², abrangendo os municípios de: Canela, Gramado, Nova Petrópolis, Caxias do Sul, Farroupilha, Feliz, Salvador do Sul, Barão, São Pedro da Serra, São José do Sul, Maratá, Brochier, Carlos Barbosa, Tupandi, Pareci Novo, Harmonia, São Vendelino, Bom Princípio, Capela de Santana, Vale Real, Linha Nova, Alto Feliz, São Sebastião do Caí, Dois Irmãos, Ivoité, Montenegro, e Morretes (Canoas). Além disso, do rio Caí afluem 20 arroios: Muniz, do Joá, Macaco, Piai, Pinhal, Belo, do Ouro, Ferromeco, São Salvador, Maratá, Montenegro, São Miguel, Passo da Cria, das Amoras, Charqueadas e das Paulistas – na margem direita; Caracol, Guaçú, Rio Cadeia e Mineira- na margem esquerda. Destes arroios, cinco estão localizados no município

de Montenegro: Alfama, Montenegro, São Miguel, Passo da Cria, Amora e Bom Jardim (MONTENEGRO, 2011). A Figura 3 ilustra a hidrografia do rio Caí:

Figura 3: Hidrografia do rio Caí



Fonte: COMITECAÍ, 2009.

Segundo a Fundação Estadual de Proteção Ambiental (FEPAM), o rio Caí pode ser dividido em três trechos com características distintas: curso superior, da nascente até a foz do rio Piaí; o curso médio, da foz do rio Piaí até o município de São Sebastião do Caí; e o curso inferior que vai do município de São Sebastião do Caí até a foz. Logo, a cidade de Montenegro faz parte do curso inferior do rio, o qual se caracteriza por ser a parte mais plana do rio e da bacia.

No trecho inferior, ainda segundo a FEPAM, o uso das águas é caracterizado pela irrigação – principalmente de arroz, navegação, recreação, abastecimento público e industrial, mineração – principalmente de argila, areia e cascalho e diluição de despejos domésticos e industriais. Assim como as demais cidades deste trecho, os esgotos do município de Montenegro não são tratados, sendo despejados no curso do rio.

Estima-se que a média de tratamento de esgotos no Rio Grande do Sul é de 15%, abaixo da média nacional que é de 42,7%, porém nos municípios que formam

a bacia hidrográfica do rio Caí, esta média é muito mais baixa, com índices inferiores a 5%. Esta realidade influencia diretamente no índice de poluição do rio Caí, o qual foi classificado como o terceiro rio mais poluído do estado do Rio Grande do Sul e o oitavo mais poluído do Brasil (GEOLINK, 1998; KUNZLER, 2015).

Além disso, vale ressaltar que um sério problema assombra Montenegro há décadas: as cheias do rio Caí, as quais provocam enchentes que deixam parte considerável da zona urbana central da cidade alagada, fazendo com que muitas residências, empresas e escolas fiquem completamente inacessíveis. Logo, as águas poluídas do rio Caí acabam por invadir a zona urbana do município e entram em contato direto com parte considerável da população, sendo um potencial problema de saúde pública (PEDROLLO, 2001).

A Figura 4 ilustra esta triste situação do município:

Figura 4: Município de Montenegro em épocas de inundações



Fonte: PEDROLLO, 2011.

2.2.2 Morro São João

Além do rio Caí, a paisagem de Montenegro também é caracterizada pela presença do morro São João, o qual possui aproximadamente 160 metros de altura, sendo este morro a inspiração da designação “Montenegro” ao município. O mesmo caracteriza-se ainda como um dos últimos pontos de ocorrência de mata nativa original da cidade, a Floresta Estacional Decidual, sendo parte integrante do bioma Mata Atlântica. Além disso, é o morro de maior altitude do município, constituindo assim um patrimônio cultural e natural da região. Contudo, a expansão urbana da cidade envolveu o morro e as áreas do sopé, os quais já se encontram bastante ocupadas por moradias e apresentam um grau considerável de urbanização (ruas e loteamentos). Este cenário mostra-se de forma preocupante tendo em vista a fragilidade geológica da área e o seu importante potencial de biodiversidade (MONTENEGRO, 2011; GEOLINK, 1998).

A Figura 5 ilustra o Morro São João e a expansão da cidade de Montenegro no seu entorno:

Figura 5: Vista aérea do morro São João, Montenegro, RS



Fonte: MONTENEGRO, 2011.

Em relação à biodiversidade existente no morro São João, em 2011 foi publicado uma avaliação ambiental do local a pedido da prefeitura municipal de Montenegro. De acordo com este material, a cobertura vegetal do morro São João é composta, principalmente, das seguintes espécies (Tabela 2):

Tabela 2: Principais espécies que compõem cobertura vegetal do morro São João

Nome popular	Nome científico
Angico-vermelho	<i>Parapiptadenia rígida</i>
Chá-de-bugre	<i>Casearia silvestris</i>
Catiguá	<i>Trichilia cleussenii</i>
Ipê-da-varzea	<i>Tabebuia pulcherrima</i>
Canjerana	<i>Cabrlea canjerana</i>
Camboatá-vermelho	<i>Cupania vernalis</i>
Caporocas	<i>Rapanea spp.</i>
Canela-mole	<i>Banara parviflora</i>
Rabo-de-bugio	<i>Dalbergia variabilis</i>
Aroeira-braba	<i>Lithraea brasiliensis</i>
Aroeira-vermelha	<i>Schinus terebinthifolius</i>
Camboatá-branco	<i>Matayba elaeagnoides</i>
Açoita-cavalo	<i>Luehea divaricata</i>
Chal-chal	<i>Allophylus edulis</i>
Tarumã	<i>Vitex megapotamica</i>
Esporão-de-galo	<i>Celtis tala</i>
Timbaúva	<i>Enterobium contortisiliquum</i>
Pau-d'arco	<i>Guarea macrophylla</i>
Embira	<i>Daphnopsis racemosa</i>
Topete-de-cardeal	<i>Calliandra tweediei</i>
Pitangueira	<i>Eugenia uniflora</i>
Guajuvira	<i>Patagonula americana</i>
Mata-olho	<i>Pachystroma longifolium</i>
Cedro	<i>Cedrela fissilis</i>
Caxeta	<i>Didymopanax morototonii.</i>
Canela-guaicá	<i>Ocotea puberula</i>
Canela-sassafrás	<i>Ocotea pretiosa</i>
Guatambu	<i>Baufourodendron riedelianum</i>

Cabreúva	<i>Myrocarpus frondosus</i>
Murta	<i>Blepharocalix salicifolius</i>
Carvalho-brasileiro	<i>Roupala brasiliensis</i>
Canela amarela	<i>Nectandra lanceolata</i>
Canela preta	<i>Nectandra megapotamica</i>
Cincho	<i>Sorocea bonplandii</i>
Laranjeira-do-mato	<i>Actinostemon concolor</i>
Guabirobeira	<i>Campomanesia xanthocarpa</i>
Guamirim	<i>Eugenia schüchiana</i>
Bacopari	<i>Rheedia gardneriana</i>
Pau-leiteiro	<i>Sebastiania brasiliensis</i>
Maria-preta	<i>Diospyrus inconstans</i>
Caxeta	<i>Didymopanax morototonii</i>
Louro-pardo	<i>Cordia trichotoma</i>
Parreira-brava	<i>Cissampelos pareira</i>
Urtiguinha	<i>Tragia volubilis</i>
Cipó-de-leite	<i>Forsteronia glabrescens</i>
Cipó-mil-homens	<i>Aristolochia triangularis</i>
Guaco	<i>Mikania cynanchifolia</i>
Cipó-são-joão	<i>Pyrostegia venusta</i>
Pente-de-macaco	<i>Pithecoctenium echinatum</i>
Cipó-unha-de-gato	<i>Macfadiena unguis-cetis</i>
Cipó-d'alho	<i>Clytostoma callistegioides</i>

Fonte: MONTENEGRO, 2011.

Estas formações vegetais - espécies remanescentes da cobertura vegetal, nativas do bioma Mata Atlântica, proporcionam alimentação, abrigo, atuam na regulação do micro clima local e formam um corredor ecológico entre as formações geológicas associadas (formação Botucatu, Serra Geral e depósito de Tálus e Colúvios) e o próprio rio Caí (Montenegro, 2011).

No que diz respeito à biodiversidade referente às espécies da fauna presentes no morro São João, estudos revelaram que mesmo o morro estando inserido em um contexto fortemente urbanizado e antrópico, o que contribui para a gradativa diminuição da fauna da área, ainda há uma fauna diversificada, representada principalmente por uma significativa diversidade de aves, répteis e mamíferos (MONTENEGRO, 2011). As Tabelas 3, 4 e 5 ilustram esta diversidade com as principais espécies de animais que podem ser encontrados neste local.

Tabela 3: Listagem de espécies de aves descritas e/ou observadas na área do morro São João

Nome popular	Nome científico
Gavião-carijó	<i>Rupornis magnirostris</i>
Maria-faceira	<i>Syrigma sibilatrix</i>
Garça-vaqueira	<i>Bubulcus ibis</i>
Urubu-de-cabeça-preta	<i>Coragyps atratus</i>
Quero-quero	<i>Vanellus chilensis</i>
Rolinha picui	<i>Columbina picui</i>
Rolinha roxa	<i>Columbina talpacoti</i>
Juriti-pupu	<i>Leptotila verreauxi</i>
Pomba-de-bando	<i>Zenaida auriculata</i>
Anu-preto	<i>Crotophaga ani</i>
Alma-de-gato	<i>Piaya cayana</i>
Anu-branco	<i>Guira-guira</i>
Sanhaçu-cinzento	<i>Thraupis sayaca</i>
Pula-pula-assobiador	<i>Basileuterus leucoblepharus</i>
Cambacica	<i>Coereba flaveola</i>
Tico-tico-rei	<i>Coryphospingus cucullatus</i>
Fim-fim	<i>Euphonia chlorotica</i>
Quem-te-vestiu	<i>Poospiza nigrorufa</i>
Canário-da-terra-verdadeiro	<i>Sicalis flaveola</i>
Tisiu	<i>Volatinia jacarina</i>

Coleirinho	<i>Sporophila caerulescens</i>
Tico-tico	<i>Zonotrichia capensis</i>
Chimango	<i>Milvago chimango</i>
Quiri-quiri	<i>Falco sparverius</i>
João-de-barro	<i>Furnarius rufus</i>
João-teneném	<i>Synallaxis spixi</i>
Andorinha-pequena-das-casas	<i>Notiochelidon cyanoleuca</i>
Andorinha-doméstica-grande	<i>Progne chalybea</i>
Garibaldi	<i>Agelaius ruficapillus</i>
Asa-de-telha	<i>Molothrus badius</i>
Sabiá-do-campo	<i>Mimus saturninus</i>
Sabiá-coleira	<i>Turdus albicollis</i>
Sabiá-poca	<i>Turdus amaurochalinus</i>
Sabiá-laranjeira	<i>Turdus rufiventris</i>
Pardal	<i>Passer domesticus</i>
Pica-pau-branco	<i>Melanerpes candidus</i>
Caturrita	<i>Myiopsitta monachus</i>
Narceja	<i>Gallinago gallinago</i>
Perdiz	<i>Nothura maculosa</i>
Beija-flor-dourado	<i>Hylocharis chrysura</i>
Beija-flor-branco	<i>Leucochloris albicollis</i>
Corruíra	<i>Troglodytes aedon</i>
Suiriri-cavaleiro	<i>Machetornis rixosus</i>
Irré	<i>Myiarchus swainsoni</i>
Bem-te-vi	<i>Pitangus sulphuratus</i>
Alegrinho	<i>Serpophaga subcristata</i>
Príncipe	<i>Pyrocephalus rubinus</i>
Tesourinha	<i>Tyrannus savanna</i>
Pitiguari	<i>Cichlaris gujanensis</i>

Tabela 4: Listagem de algumas espécies de mamíferos observadas na área do morro São João.

Nome popular	Nome científico
Tatú-mulita	<i>Dasypus hybridus</i>
Graxaim do campo	<i>Lycalopex gymnocercus</i>
Mão pelada	<i>Procyon cancrivorus</i>
Ouriço caxeiro	<i>Sphiggurus villosus</i>
Morcego-fruteiro	<i>Sturnira liliium</i>
Gambá	<i>Didelphis albiventris</i>
Preá	<i>Cavia aperea</i>
Lebre	<i>Lepus capensis</i>
Ratazana	<i>Rattus norvegicus</i>
Rato silvestre	<i>Delomys sp</i>

Fonte: MONTENEGRO, 2011.

Tabela 5: Répteis com possível ocorrência no morro São João

Nome popular	Nome científico
Lagarto-do-papo-amarelo	<i>Tupinambis maerianae</i>
Lagartixa-das-casas	<i>Hemidactylus mabouia</i>
Boipeva	<i>Waglerophis merrenii</i>
Coral-verdadeira	<i>Micrurus frontalis</i>
Jararaca	<i>Bothrops jararaca</i>
Cruzeira	<i>Bothrops alternatus</i>
Parelheira	<i>Philodryas patagoniensis</i>
Falsa-coral	<i>Phallostris lemniscatus</i>
Cobra-verde	<i>Liophis jaegeri</i>

Fonte: MONTENEGRO, 2011.

Deste modo, a biodiversidade de fauna, flora e de ecossistemas encontrados no morro São João caracterizam a importância ecológica e ambiental deste local, formando um refúgio de significativa variedade de espécies inserido no meio urbano

do município de Montenegro. Logo, a preservação deste morro é de extrema importância. Contudo, não há registros de publicações, de domínio público, de nenhum plano de manejo e conservação, licenciado pelo poder público, para o morro São João. Além disso, vale ressaltar que em abril de 2011, durante um evento de chuvas de grande intensidade ocorreram deslizamentos de terra neste morro, causando a obstrução da via de acesso de veículos ao topo do morro. Até o presente momento, passados mais de sete anos do ocorrido, este acesso ainda não foi totalmente recuperado (MONTENEGRO, 2011).

2.2.3 Educação Ambiental na legislação municipal de Montenegro

No que diz respeito à legislação municipal de Educação Ambiental, existe a Lei nº 4.293/2005 que institui o Código de Meio Ambiente do município. Nesta legislação, em seu artigo 3º, parágrafo XXI, está determinado que:

Compete ao Poder Executivo através do Departamento Municipal do Meio Ambiente – DAM: propor, implementar e acompanhar, em conjunto com a Secretaria Municipal de Educação e Cultura, os Programas de Educação Ambiental do Município (MONTENEGRO, 2005).

Além disso, no site oficial da prefeitura de Montenegro há um link chamado “Serviço de Educação Ambiental”, neste consta as seguintes informações:

O Serviço de Educação Ambiental tem por finalidade promover junto as Secretarias, aos Estabelecimentos Municipais e Estaduais de Ensino e demais Entidades, a educação ambiental de acordo com a legislação vigente.

Ao Chefe do Serviço de Educação Ambiental compete:

I – coordenar a proteção da flora, da fauna e da paisagem natural, vedando as práticas que coloquem em risco sua função ecológica e paisagística, que provoquem extinção de espécies ou que submetam os animais à crueldade;

II - incentivar e auxiliar tecnicamente movimentos comunitários e entidades de caráter cultural, científico e educacional;

III – realizar campanhas e eventos de caráter educativo, distribuição de impressos e outros materiais envolvendo a questão ambiental;

IV – executar tarefas de segurança ambiental, de acordo com a legislação vigente;

V – programar e executar programas de planejamento e preservação do meio ambiente.

VI - cuidar da observância dos dispositivos constantes da Lei Orgânica Municipal e promover ações permanentes de proteção, restauração e fiscalização do meio ambiente;

VII - tratar de todas as questões referentes ao equilíbrio ecológico e ao combate à poluição ambiental na área do município;

VIII - executar e fazer executar outras atribuições que forem solicitadas pela autoridade superior, dentro de sua competência (MONTENEGRO, 2018).

Fora esses dois itens, não há nenhuma outra legislação para o desenvolvimento da Educação Ambiental em Montenegro disponível nos meios de pesquisa digitais oferecidos para os demais cidadãos.

Contudo, é de grande valia ressaltar que está disposto no site oficial da prefeitura municipal, no link “Secretaria Municipal de Meio Ambiente” o Programa Cidades Sustentáveis, no qual o prefeito em exercício assinou em 19 de abril de 2017 a Carta Compromisso, comprometendo-se com os objetivos deste programa e inserindo o município de Montenegro como uma das cidades participantes. No estado do Rio Grande do Sul há, além de Montenegro, somente mais nove cidades participantes: Manoel Viana, Passo Fundo, Sapucaia do Sul, Bagé, Nova Santa Rita, Cachoeirinha, Larvas do Sul, Antônio Pardo e São Gabriel (PROGRAMA CIDADES SUSTENTÁVEIS, 2018).

O programa Cidades Sustentáveis tem como objetivo sensibilizar e mobilizar as cidades brasileiras para o exercício de um desenvolvimento economicamente, socialmente e ambientalmente sustentável. Para que isso ocorra, o Programa Cidades Sustentáveis oferece aos gestores públicos uma agenda de sustentabilidade urbana, a qual aborda as diferentes áreas da gestão pública em 12 eixos temáticos, ilustrados na Tabela 6, incorporando de maneira integrada as dimensões social, ambiental, econômica, política e cultural (PROGRAMA CIDADES SUSTENTÁVEIS, 2018).

Tabela 6: Eixos da Plataforma Cidades Sustentáveis e seus respectivos objetivos gerais

Eixos da Plataforma Cidades Sustentáveis	Objetivo Geral de cada eixo
Governança	Fortalecer os processos de decisão com a promoção dos instrumentos da democracia participativa.
Bens Naturais e Comuns	Assumir plenamente as responsabilidades para proteger, preservar e assegurar o acesso equilibrado aos bens

	naturais comuns.
Equidade, Justiça Social e Cultura de Paz	Promover comunidades inclusivas e solidárias.
Gestão Local para a Sustentabilidade	Implementar uma gestão eficiente que envolva as etapas de planejamento, execução e avaliação.
Planejamento e Desenho Urbano	Reconhecer o papel estratégico do planejamento e do desenho urbano na abordagem das questões ambientais, sociais, econômicas, culturais e da saúde, para benefício de todos.
Cultura para a Sustentabilidade	Desenvolver políticas culturais que respeitem e valorizem a diversidade cultural, o pluralismo e a defesa do patrimônio natural, construído e imaterial, ao mesmo tempo em que promovam a preservação da memória e a transmissão das heranças naturais, culturais e artísticas, assim como incentivem uma visão aberta de cultura, em que valores solidários, simbólicos e transculturais estejam ancorados em práticas dialógicas, participativas e sustentáveis
Educação para a Sustentabilidade e Qualidade de Vida	Integrar na educação formal e não formal valores e habilidades para um modo de vida sustentável e saudável.
Economia local, dinâmica, criativa e sustentável	Apoiar e criar as condições para uma economia local dinâmica e criativa, que garanta o acesso ao emprego sem prejudicar o ambiente.
Consumo Responsável e	Adotar e proporcionar o uso

opções de estilo de vida	responsável e eficiente dos recursos e incentivar um padrão de produção e consumo sustentáveis.
Melhor mobilidade, menos tráfego	Promover a mobilidade sustentável, reconhecendo a interdependência entre os transportes, a saúde, o ambiente e o direito à cidade.
Ação local para a saúde	Proteger e promover a saúde e o bem-estar dos nossos cidadãos.
Do local para o Global	Assumir as responsabilidades globais pela paz, justiça, equidade, desenvolvimento sustentável, proteção ao clima e à biodiversidade

Fonte: PROGRAMA CIDADES SUSTENTÁVEIS, 2018.

A agenda apresenta ainda com um conjunto de 260 indicadores básicos associados aos eixos do programa e aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), bem como, um banco de práticas com casos exemplares e referências nacionais e internacionais de excelência para serem seguidos pelos municípios, visando à melhora integrada dos indicadores municipais (PROGRAMA CIDADES SUSTENTÁVEIS, 2018).

Prefeitos de todas as cidades brasileiras e partidos políticos podem confirmar seu engajamento com o Programa Cidades Sustentáveis assinando a Carta-Compromisso. Do mesmo modo, os candidatos à Câmara Municipal também podem aderir ao programa assinando o documento específico para o legislativo. Os signatários deste programa deverão estar dispostos a promover a Plataforma Cidades Sustentáveis em suas cidades e a prestar contas das ações desenvolvidas e dos avanços alcançados por meio de relatórios, revelando a evolução, no mínimo, dos indicadores relacionados a cada eixo (PROGRAMA CIDADES SUSTENTÁVEIS, 2018).

As cidades participantes do Programa Cidades Sustentáveis possuem inúmeros benefícios, como a visibilidade em materiais de divulgação e nos meios de comunicação, acesso a informações estratégicas, troca de experiências com outros

municípios, além de, possivelmente, serem exemplos de desenvolvimento sustentável. Além disso, as cidades participantes podem utilizar o selo “Cidade Participante do Programa Cidades Sustentáveis” em suas publicações, além de estarem aptos a se inscreverem ao Prêmio Cidades Sustentáveis (PROGRAMA CIDADES SUSTENTÁVEIS, 2018).

O Programa Cidades Sustentáveis tem como ideal a ser atingido

a construção de cidades inclusivas, prósperas, criativas, educadoras, saudáveis e democráticas, que proporcionem uma boa qualidade de vida aos cidadãos e que permitam a participação da sociedade em todos os aspectos relativos à vida pública (PROGRAMA CIDADES SUSTENTÁVEIS, 2018).

A fim de alcançar os objetivos e ideais propostos pelo Programa Cidades Sustentáveis no município de Montenegro, foi publicado na própria plataforma do programa o plano de metas plurianual municipal 2018/2021 com os respectivos programas, ações e orçamentos envolvidos. Neste documento, como parte integrante deste processo de mudança paradigma, visando um município mais sustentável, estão envolvidos os diferentes segmentos da cidade: Câmara Municipal de Vereadores (CMV); Fundação Municipal de Artes (FUNDARTE); Secretaria Geral e Gabinete do Prefeito (SG/GP); Secretaria Municipal da Fazenda (SMF); Secretaria Municipal de Habitação, Desenvolvimento Social e Cidadania (SMHAD); Secretaria Municipal de Indústria e Comércio (SMIC); Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural (SMDR); Secretaria Municipal de Obras Públicas (SMOP); Secretaria Municipal de Viação e Serviços Urbanos (SMVSU); Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SMMA); Secretaria Municipal de Educação e Cultura (SMEC); Secretaria Municipal de Administração (SMAD); Secretaria Municipal de Saúde (SMS); Secretaria Municipal de Gestão e Planejamento (SMGEP); e Reserva de Contingência (MONTENEGRO, 2017).

Dentre todos os programas dos diferentes segmentos que fomentam a sustentabilidade está o programa “0214 – Educação Ambiental”, pertencente à SMMA. O mesmo tem como objetivos fomentar e qualificar a educação ambiental no Município e desenvolver ações de preservação do Meio Ambiente, através da divulgação de projetos, conscientizando a comunidade da necessidade de preservação. Para este programa foram orçados 100.000 mil reais, sendo este valor

dividido igualmente entre os anos do programa plurianual 2018/2021 (MONTENEGRO, 2017).

3 METODOLOGIA

A metodologia deste trabalho foi realizada através de diferentes instrumentos os quais estão dispostos nas subseções a seguir.

3.1 DESCRIÇÃO DA ESCOLA ANALISADA

Dentre as escolas do município de Montenegro, uma em especial foi escolhida para a execução deste trabalho, contudo foi definido que o nome da escola, bem como, os nomes dos alunos e professores envolvidos neste estudo não seriam divulgados.

A instituição analisada é uma escola estadual de ensino médio, tradicional do município de Montenegro. A mesma existe há 54 anos e, atualmente, segundo a equipe diretiva, seu quadro docente é composto por 37 professores, além de 7 funcionários e cerca de aproximadamente 500 alunos divididos nas modalidades ensino médio regular, ensino médio de tempo integral e Educação de Jovens e Adultos (EJA).

A escola foi uma das doze instituições de ensino médio contempladas pelo Estado do Rio Grande do Sul com o Decreto nº 53.913, de fevereiro de 2018, o qual institui o Programa de Educação em Tempo Integral no Ensino Médio. Este programa tem como objetivo o desenvolvimento de uma escola pública que cumpra com a sua função social de permitir aos estudantes o acesso ao conhecimento, contextualizado com o mundo em que vivem. Tal processo deve ser feito em turno único, diurno, com no mínimo 7 horas diárias, sendo as refeições fornecidas pela escola, atendendo preferencialmente alunos moradores próximos à escola, fornecendo atividades que qualifiquem o processo de aprendizagem e de enriquecimento cultural (RIO GRANDE DE SUL, 2018).

Logo, este é o primeiro ano em que a instituição oferece o ensino médio em tempo integral, sendo assim, há apenas turmas ingressantes do primeiro ano do ensino médio. O ensino médio regular ainda existe na escola nas turmas diurnas do segundo e terceiro ano, bem como, nas turmas noturnas do primeiro, segundo e terceiro ano.

Além disso, no período noturno a escola oferece as turmas da Educação de Jovens e Adultos (EJA). A EJA, diferente do ensino médio, o qual é dividido em séries com durabilidade de dois semestres, a modalidade de Educação de Jovens e Adultos é dividida em tonalidades com durabilidade de um semestre. As tonalidades vão desde a Tonalidade 1 (T1), correspondente ao 1º ano do ensino fundamental, até a Tonalidade 9 (T9), correspondente ao 3º ano do ensino médio.

Sendo assim, como a instituição de ensino analisada oferece apenas turmas de nível médio, a escola possui no turno da noite a Tonalidade 7 (T7), Tonalidade 8 (T8) e a Tonalidade 9 (T9), sendo estas respectivamente correspondentes aos três anos do ensino médio. No total, a instituição contabiliza atualmente 16 turmas, a Tabela 7 ilustra as mesmas de acordo com as modalidades de ensino e os turnos correspondentes:

Tabela 7: Número de turmas correspondentes às modalidades de ensino e seus respectivos turnos da escola analisada

Modalidade de ensino	Turmas
Ensino médio em tempo integral	4 turmas do 1º EM diurno
Ensino médio regular	1 turma do 1º EM noturno
	2 turmas do 2º EM diurno
	1 turma do 2º EM noturno
	1 turma do 3º EM diurno
	1 turma do 3º EM noturno
Educação de Jovens e Adultos	2 turmas da T7 noturna
	2 turmas da T8 noturna
	2 turmas da T9 noturna
Total	16 turmas

Fonte: Elaborado pela autora, 2018.

Com a implantação progressiva do ensino médio em tempo integral no período diurno, planeja-se que o ensino médio regular permaneça na escola analisada apenas no período noturno, juntamente com a Educação de Jovens e Adultos (EJA).

3.1.1 Aplicação do questionário semiestruturado aos alunos

Visando a elaboração de um diagnóstico a respeito da percepção de Educação Ambiental dos alunos das diferentes modalidades de ensino da instituição analisada, foi realizada uma pesquisa qualitativa através da aplicação de um questionário semiestruturado nos alunos, o mesmo segue exposto no apêndice A.

Foram entrevistados 15 estudantes de cada uma das 16 turmas da escola, totalizando assim 240 alunos entrevistados. O número de entrevistados foi determinado em virtude do número mínimo de alunos presentes nas salas de aula no dia da aplicação do questionário semiestruturado. Nesta ocasião, o número mínimo era de 15 estudantes presentes em cada turma, sendo assim, tal variável foi mantida para as demais turmas da escola.

A Tabela 8 ilustra o número de alunos entrevistados com base no número de turmas de cada modalidade de ensino:

Tabela 8: Número de alunos entrevistados com base no número de turmas de cada modalidade de ensino da escola

Modalidade de ensino	Número de alunos entrevistados de acordo com o número de turmas
Ensino médio em tempo integral	4 turmas: 60 alunos entrevistados
Ensino médio regular	6 turmas: 90 alunos entrevistados
Educação de Jovens e Adultos	6 turmas: 90 alunos entrevistados
Total	240 alunos entrevistados

Fonte: Elaborado pela autora, 2018.

Embora o número de alunos entrevistados por modalidade de ensino não tenha sido igual, esta variável não irá influenciar na análise dos resultados, uma vez que cada modalidade de ensino será analisada de forma separada e apenas os resultados finais, em porcentagens distintas, serão comparados entre si.

Seguindo os objetivos propostos pelo presente trabalho, foram analisadas apenas possíveis discrepâncias entre as percepções de Educação Ambiental de alunos oriundos do ensino médio de tempo integral, ensino médio regular e Educação para Jovens e Adultos. Não foram analisadas de forma isoladas variáveis como o turno que o aluno está matriculado, idade e nível de escolaridade. Caso haja a necessidade, demais variáveis serão analisadas dentro do contexto das modalidades de ensino da escola.

Em relação ao questionário semiestruturado aplicado aos alunos, o mesmo foi dividido em duas partes, a primeira parte do questionário referiu-se a identificação do aluno quanto à turma e a idade. A idade dos estudantes foi investigada com o objetivo de identificar possíveis variações em relação à percepção de educação ambiental entre estudantes com mais e menos idade, dentro do contexto das possíveis discrepâncias entre alunos de diferentes modalidades de ensino. Foram entrevistados alunos com idade entre 15 e 49 anos, sendo os mais velhos provenientes das turmas de Educação de Jovens e Adultos. Dados como o nome e o sexo dos estudantes não foram solicitados para este estudo.

A segunda parte do questionário foi reservada para as questões sobre Educação Ambiental, com 8 itens divididos entre questões objetivas, múltipla escolha e dissertativas (do item 2.1 ao 2.8). Propositamente não foram colocadas nas questões itens em que os entrevistados pudessem concluir como exemplos de Educação Ambiental, visando o não direcionamento das respostas. O questionário foi organizado da forma mais neutra possível, sem sugerir nenhuma possível ideia de resposta aos entrevistados. Após o preenchimento dos questionários os dados foram tabulados e organizados em planilhas Excel, gerando gráficos e tabelas para a análise, os quais serão expostos e analisados na seção de resultados e discussão.

3.1.2 Aplicação do questionário semiestruturado aos professores

Visando identificar e analisar as orientações existentes e a percepção dos professores em relação ao desenvolvimento da Educação Ambiental formal, os docentes da escola analisada também foram entrevistados por meio de um questionário semiestruturado. Dos 37 professores da escola, apenas 26 estavam, durante o período da execução do presente trabalho, atuando em sala de aula

ministrando aulas das diversas áreas do conhecimento. Os demais professores estavam de licença por algum motivo específico ou então ocupam cargos extras salas de aula, como equipe diretiva, orientação e supervisão pedagógica e biblioteca.

Além disso, o professor da Educação Especial, o qual atende os alunos de inclusão matriculados na escola, não foi entrevistado, pois entende-se que tal aspecto não pertence aos objetivos propostos pela presente pesquisa. Vale ressaltar também que o Programa de Educação em Tempo Integral no Ensino Médio, o qual a escola foi contemplada, estipula que os docentes trabalhem 40 horas na instituição, logo, os professores passam um maior período na escola de tempo integral, o que evita que os mesmos tenham que lecionar em mais escolas para fechar a carga horária. Neste sentido, tal realidade explica o baixo número de professores na instituição de ensino analisada.

Visto isso, para cada um dos 26 professores da escola aptos para participar da presente pesquisa, foi deixado um questionário, para o posterior preenchimento e devolução, em seu escaninho (local onde cada professor deve guardar os seus cadernos de chamada). Os professores foram avisados, em reunião pedagógica, da realização desta pesquisa e da entrevista por meio dos questionários, bem como, que os mesmos seriam deixados nos respectivos escaninhos.

Além disso, o questionário também foi disponibilizado em meio eletrônico aos professores por meio do grupo de *WhatsApp* dos docentes, onde o mesmo poderia ser enviado de volta respondido por e-mail ou pelo próprio aplicativo de mensagens, visando facilitar ao máximo este processo. Vale ressaltar que a equipe diretiva, supervisão e coordenação da instituição analisada foram extremamente receptivas e deram todo o apoio e incentivo necessário para a realização desta pesquisa. O questionário semiestruturado aplicado aos professores segue exposto no Apêndice B.

Contudo, dos 26 professores, apenas 14 deram retorno entregando o questionário semiestruturado respondido, o que equivale a um pouco mais da metade dos professores, 53,8%. Visto que todos os professores da escola foram devidamente avisados da realização da pesquisa e das formas de participação, bem como, do prazo de retorno dos questionários, entende-se que os 12 professores que não deram retorno ao questionário não apresentam interesse em contribuir com a pesquisa. Provavelmente, estes professores não possuem a compreensão

necessária a respeito da importância da Educação Ambiental no ensino formal e da sua obrigatoriedade perante a legislação federal e estadual. Do mesmo modo, a Educação Ambiental, infelizmente, não deve estar presente de forma efetiva na aula ministrada por estes docentes.

No entanto, os resultados serão explanados a partir do número total de questionários respondidos, correspondente aos 14 professores, 53,8%. Contudo, a variável correspondente aos professores que não deram retorno ao questionário será levada em consideração na análise final dos resultados.

Em relação ao questionário, assim como o aplicado aos alunos, o questionário dos professores também foi dividido em duas partes. A primeira parte do questionário referiu-se a identificação do professor, quanto à idade, formação, tempo de docência, disciplina que ministra atualmente, tempo de atividades nesta escola e se já realizou alguma capacitação ou curso de extensão que dê subsídios para desenvolver a Educação Ambiental em sala de aula. Novamente dados como o nome e o sexo dos professores não foram solicitados para este estudo.

A segunda parte do questionário foi reservada para as questões relacionadas à Educação Ambiental no currículo escolar, com 8 itens divididos entre questões objetivas, dissertativas e de múltipla escolha (do item 2.1 ao 2.8). Após o preenchimento dos questionários os dados foram tabulados e organizados em planilhas Excel, gerando gráficos e tabelas para a análise, os quais serão expostos e analisados na seção de resultados e discussão.

3.1.3 Elaboração de propostas de Educação Ambiental passíveis de serem aplicadas na escola analisada

Visando caracterizar uma ação prática do profissional especialista em Educação Ambiental, com base nos resultados e análises dos demais instrumentos metodológicos realizados neste trabalho, foram elaboradas propostas passíveis de serem aplicadas na escola de modo a suprir as carências e anseios diagnosticados. Tais propostas serão explanadas nas seções seguintes de resultados e discussão, bem como, na conclusão do presente trabalho.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

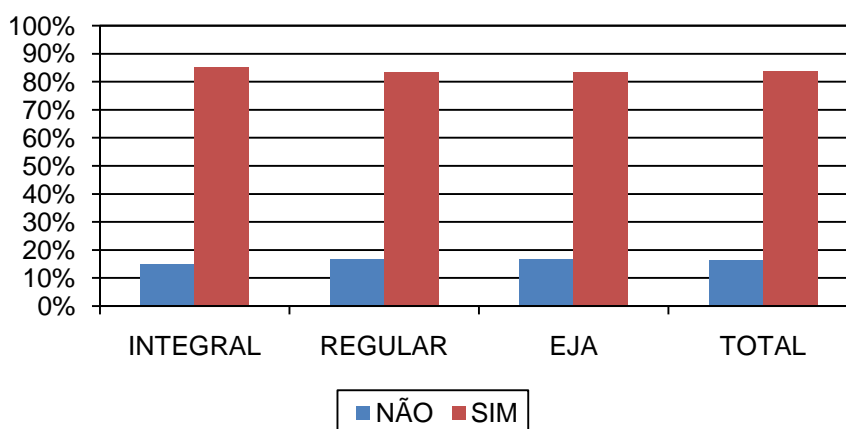
Neste capítulo serão discriminados os itens descritos na metodologia, de modo a apresentar seus respectivos resultados, análises e discussões com base nos objetivos definidos no presente trabalho.

4.1 EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA PERSPECTIVA DOS ALUNOS ENTREVISTADOS

Os resultados dos questionários foram tabulados e organizados visando apresentar as principais informações alcançadas. Os resultados obtidos em cada modalidade de ensino, juntamente com o resultado total da instituição de ensino analisada estão ilustrados a seguir. Para um melhor entendimento, os nomes das modalidades de ensino foram abreviados, sendo o ensino médio em tempo integral chamado apenas de integral; o ensino médio regular chamado apenas de regular; e a Educação de Jovens e Adultos chamada apenas de EJA. Do mesmo modo, o resultado geral dos alunos entrevistados foi chamado de total.

A primeira questão sobre Educação Ambiental do questionário semiestruturado aplicado aos alunos, o item 2.1, era objetiva e perguntava se os mesmos já ouviram falar em Educação Ambiental na sua vida escolar. A Figura 6 expõe os resultados obtidos nesta questão:

Figura 6: Questão 2.1: “Você já ouviu falar em Educação Ambiental na sua vida escolar?” – Resultados por modalidades de ensino e geral

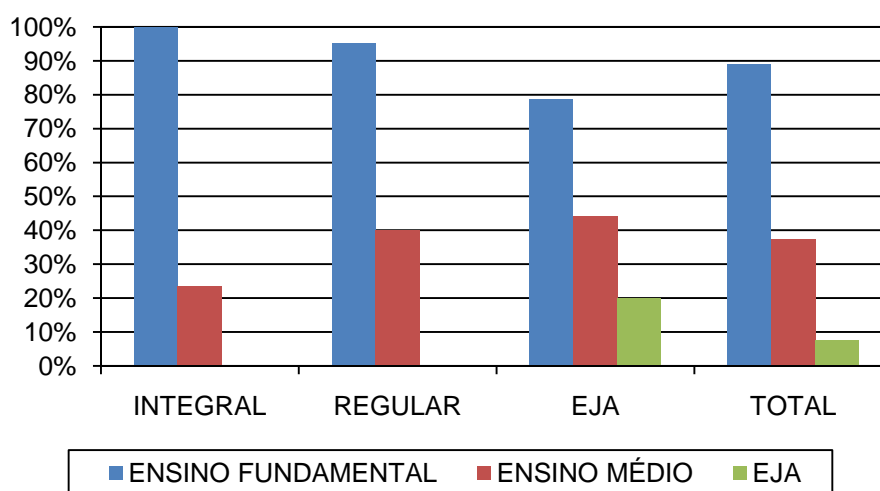


Fonte: Elaborado pela autora, 2018.

Do total de alunos entrevistados, 83,75% afirmaram que já ouviram falar em Educação Ambiental na sua vida escolar, enquanto apenas 16,25% responderam não ter ouvido falar. Nesta questão não foram observados resultados discrepantes entre as modalidades de ensino analisadas, uma vez que 85% dos alunos do ensino médio em turno integral e 83,3% dos alunos do ensino médio regular e da EJA assinalaram a opção sim.

A questão seguinte foi direcionada aos 83,75% dos alunos que na questão anterior afirmaram já ter ouvido falar em Educação Ambiental durante a vida escolar. A questão 2.2 era de múltipla escolha e perguntava em que momento da vida escolar este fato aconteceu, entre as opções de resposta estavam o ensino fundamental, ensino médio e Educação de Jovens e Adultos. Neste item os entrevistados foram certificados da possibilidade de marcar mais de uma alternativa se necessário. Os resultados obtidos estão dispostos na Figura 7:

Figura 7: Questão 2.2: “Se você respondeu sim na questão anterior, afirmando que já ouviu falar em educação Ambiental na sua vida escolar, defina em que modalidade de ensino isso já aconteceu” – Resultados por modalidades de ensino e geral



Fonte: Elaborado pela autora, 2018.

Dos 83,75% do total de alunos entrevistados que responderam já ter ouvido falar em Educação Ambiental na escola, 89% afirmaram que isso ocorreu no ensino fundamental, 37,3% no ensino médio e apenas 7,5% na Educação de Jovens e

Adultos. Contudo, tais resultados precisam ser avaliados separadamente, uma vez que existem importantes variáveis que podem influenciar neste processo.

Foi possível constatar que entre os alunos do ensino médio em turno integral que responderam já ter ouvido falar em Educação Ambiental na escola, 100% afirmaram que tal fato ocorreu no ensino fundamental, enquanto apenas 23,5% já tiveram a mesma experiência no ensino médio. No entanto, alguns pontos precisam ser levados em consideração, primeiramente vale lembrar que este é o primeiro ano que a escola é contemplada com o Programa de Educação em Tempo Integral no Ensino Médio, logo, apenas alunos no 1º ano do ensino médio foram entrevistados.

Além disso, na legislação deste Programa de Educação está previsto o atendimento preferencial aos alunos moradores próximos à escola, sendo assim é importante ressaltar que há uma escola de ensino fundamental municipal ao lado da instituição analisada. Neste contexto, foi dado início a um processo de intercâmbio dos alunos do ensino fundamental para a escola de ensino médio, por meio de atividades de visitas às dependências da instituição e jogos escolares, visando atrair tais alunos para o ensino médio em tempo integral.

Entretanto, foi verificado que nesta escola municipal de ensino fundamental vizinha há uma disciplina específica de Educação Ambiental no currículo escolar direcionada aos alunos do 1º ao 5º ano, contando inclusive com uma sala temática específica para o desenvolvimento da disciplina. Logo, tal fato explica onde, possivelmente, parte considerável dos alunos entrevistados já ouviu falar em Educação Ambiental no ensino fundamental.

Já no ensino médio regular verificou-se que 92% dos alunos já ouviram falar em Educação Ambiental no ensino fundamental, enquanto apenas 40% tiveram esta experiência no ensino médio. Não foram constatadas variações significativas entre os alunos entrevistados matriculados nos diferentes anos do ensino médio.

Em relação à Educação de Jovens e Adultos, 78,7% dos alunos entrevistados já ouviram falar em Educação Ambiental no ensino fundamental, enquanto 44% tiveram esta mesma experiência no ensino médio e por fim, apenas 20% na EJA. Contudo, vale ressaltar que se o aluno está matriculado na EJA significa que o mesmo não concluiu o ensino médio regular, mas pode ter frequentado parte dele.

Além disso, na EJA há alunos de diversas faixas etárias e oriundos de diferentes partes da cidade e de municípios vizinhos, uma vez que no município de Montenegro e arredores há somente duas escolas públicas que oferecem as

tonalidades da EJA correspondente ao ensino médio. Sendo assim, este público diferenciado de alunos matriculados na Educação de Jovens e Adultos na instituição analisada faz com que variáveis como a influência da escola de ensino fundamental vizinha não seja tão significativa. Em relação aos níveis das tonalidades da EJA, não foram encontradas variações significativas entre os alunos entrevistados matriculados nos diferentes semestres desta modalidade de ensino.

No que diz respeito ao resultado total obtido na escola, os valores referentes à Educação Ambiental na Educação de Jovens e Adultos foram muito baixos, apenas 7,5%. Isso pode ser explicado porque tanto os alunos do ensino médio regular, como os alunos do ensino médio em tempo integral, em tese, nunca frequentaram a EJA, ou seja, 62,5% dos entrevistados não tinham subsídios para assinalar este item na questão.

A questão seguinte, 2.3, apresentava cunho dissertativo e continha a seguinte indagação: “Para você, o que é Educação Ambiental?”. Com base nas respostas dos próprios alunos, os resultados desta questão foram organizados em cinco categorias:

- a) Categoria 1: Não respondeu, respondeu que não sabe ou que não lembra;
- b) Categoria 2: Respondeu algo relacionado ao estudo de como cuidar/ preservar/ conservar o meio ambiente e ou a natureza de modo geral;
- c) Categoria 3: Respondeu algo relacionado a tomada de consciência em relação aos seus atos visando a preservação/ cuidado do ambiente em que vivemos;
- d) Categoria 4: Respondeu exemplificando a Educação Ambiental com exemplos rasos e desconexos;
- e) Categoria 5: Respondeu com exemplos amplos de ações efetivas relacionadas a Educação Ambiental.

Os resultados obtidos nesta questão apontam que do total de alunos entrevistados, 17% não responderam, responderam que não sabiam ou que não lembram o que é a Educação Ambiental, correspondendo a categoria 1. Isso caracteriza o percentual de estudantes que não possui subsídios suficientes para conceituar a Educação Ambiental, nem que minimamente. Em alguns casos, os estudantes até afirmaram, nas questões anteriores, que já ouviram falar em Educação Ambiental em algum momento da vida escolar, mas mesmo assim, isso,

aparentemente, não foi suficiente ou eficaz para que os estudantes construíssem uma compreensão a respeito da Educação Ambiental.

Não foram observadas variações significativas entre as modalidades de ensino nesta categoria, uma vez que o maior percentual ficou com os alunos de ensino médio em tempo integral, 20%, e o menor com os alunos da EJA, 14,4%. Vale ressaltar que os alunos do ensino médio em tempo integral foram os que mais assinalaram, na questão 2,1, já ter ouvido falar em Educação Ambiental na sua vida escolar, cerca de 15%.

Já no que diz respeito à categoria 2, do total de alunos entrevistados, 52,5% entende que a Educação Ambiental é algo relacionado ao estudo de como cuidar/ preservar/ conservar o meio ambiente e ou a natureza de modo geral. Isso indica que maioria dos estudantes da escola analisada possui uma noção básica a respeito da Educação Ambiental, contudo de uma maneira simplista e distante:

“Ensino a respeito da preservação do meio ambiente” (aluno do ensino médio regular).

“Educação que estuda e cuida do meio ambiente” (aluno do ensino médio regular).

“É o cuidado do ambiente de uma forma mais saudável” (aluno do ensino médio em turno integral).

“Acredito que seja o cuidado do meio ambiente” (aluno da Educação de Jovens e Adultos).

Ao responder desta maneira, os estudantes referem-se à Educação Ambiental como algo distante, sem ligar esta definição descrita por eles como algo praticável no dia-a-dia, dentro das possibilidades do contexto em que estão inseridos. Novamente foram os alunos do ensino médio em tempo integral que mais definiram a Educação Ambiental a partir desta categoria, 58,3%, enquanto os alunos da EJA tiveram o menor índice, 47,8%.

As respostas organizadas na categoria 3 foram aquelas em que os alunos responderam que a Educação Ambiental é algo relacionado a tomada de consciência em relação aos seus atos visando a preservação/ cuidado do ambiente em que vivemos. Logo, ao responder desta maneira os estudantes colocaram-se como protagonistas, no papel de agentes de mudança, contextualizando com o mundo em que estão inseridos, colocando a Educação Ambiental em uma esfera palpável, capaz de ser entendida e praticada no dia-a-dia, de maneira mais ampla e completa em relação às respostas classificadas na categoria anterior:

“Para mim a Educação Ambiental é o modo como devemos tratar a natureza e o meio ambiente” (aluno do ensino médio em tempo integral).

“Educação Ambiental é uma forma de orientar jovens e adultos de como funciona o meio ambiente, para o que serve e porque devemos preservar” (aluno da Educação de Jovens e Adultos).

“É um processo de educação responsável por formar pessoas preocupadas com problemas ambientais” (aluno do ensino médio regular).

Muitos alunos ainda relacionaram a Educação Ambiental diretamente com a postura em relação as suas atitudes e a uma tomada de consciência:

“É quais são nossos deveres como cidadão para com o meio ambiente” (aluno da Educação de Jovens e Adultos).

“É ter cuidado com os seus atos perante o meio ambiente” (aluno da Educação de Jovens e Adultos).

“É ter consciência de que não podemos só usar a natureza, mas também cuidar dela” (aluno do ensino médio regular).

“Repensar as atitudes priorizando o bem-estar dos animais e de todo o resto do planeta” (aluno do ensino médio regular).

“É cada um fazer a sua parte para cuidar do meio ambiente” (aluno do ensino médio em tempo integral).

“Aprendemos o impacto de nossas ações no meio ambiente e como agir” (aluno da Educação de Jovens e Adultos).

Alguns ainda conseguiram contextualizar tais ações com o contexto em que estão inseridos, de uma forma ampla:

“Aprender sobre o mundo onde vivemos e cuidar dos nossos bens” (aluno do ensino médio regular).

“Conscientizar as pessoas da necessidade de cuidar do mundo onde vivemos e informar que se cada um fizer a sua parte é mais fácil” (aluno do ensino médio regular).

E de forma mais específica:

“Cuidar do ambiente em que vivemos, como a escola e trabalho” (aluno da Educação de Jovens e Adultos).

“É não sujar a escola e cuidar dela” (aluno do ensino médio regular).

“É melhorar a nossa escola, ambiente e outros lugares” (aluno do ensino médio em tempo integral).

Outros também conseguiram contextualizar com impactos futuros:

“É se conscientizar sobre o nosso futuro” (aluno da Educação de Jovens e Adultos).

A partir destes diversos modos a categoria 3 foi citada por um total de 21,7% dos alunos entrevistados. Apresentando o seu menor índice no ensino médio em tempo integral, com 11,7%, ao passo que atingiu 20% no ensino médio regular e 30% na EJA. Através destes resultados podemos perceber que o tempo maior de vivência pode, possivelmente, influenciar estes resultados, uma vez que os alunos do ensino médio em tempo integral são os mais novos da escola e, na sua maioria, não trabalham, uma vez que o turno integral é diurno.

Em contrapartida os alunos do ensino médio regular e principalmente os alunos da Educação de Jovens e Adultos acabam por possuir uma maior experiência de vida, uma vez que são relativamente mais velhos em relação aos alunos entrevistados do 1º ano do ensino médio integral. Do mesmo modo, a grande maioria destes alunos já trabalha, exercendo desde funções como menor aprendiz até cargos de carteira assinada, ou então gerindo seus próprios negócios de forma autônoma. Além disso, muitos alunos já constituíram sua própria família, não sendo mais dependentes dos pais.

Deste modo, menor é a alienação e imaturidade em relação às questões ambientais, ao passo que cada vez mais empresas procuram certificações e formas de diminuir os impactos ambientais, sendo assim, os alunos no papel de funcionários colaboradores estão inseridos neste processo de mudança de paradigma.

Por fim, tiveram os alunos que definiram a Educação Ambiental através de exemplos, contudo, os mesmos foram divididos em duas categorias. A categoria 4 refere-se aos exemplos rasos e desconexos de Educação Ambiental, que pouco correspondem com as definições corretas de EA. Felizmente apenas 2% dos alunos entrevistaram explicaram a EA deste modo:

“Cuidar dos matos” (aluno do ensino médio em tempo integral).

“Natureza e planta” (aluno do ensino médio em tempo regular).

“É a aula do meio ambiente” (aluno do ensino médio em tempo integral).

Novamente este índice foi maior nas respostas dos alunos do ensino médio em tempo integral, 6,7%. No ensino médio regular este índice foi de apenas 1,1%, entre os alunos da EJA não foram encontradas resposta pertencentes a esta categoria. Percebe-se que mais uma vez, possivelmente, fatores como maturidade e alienação influenciaram nestas respostas.

A categoria 5 também foi direcionada aos alunos que explicaram a Educação Ambiental através de exemplos, contudo, nesta categoria foram selecionados exemplos efetivos de ações práticas de EA:

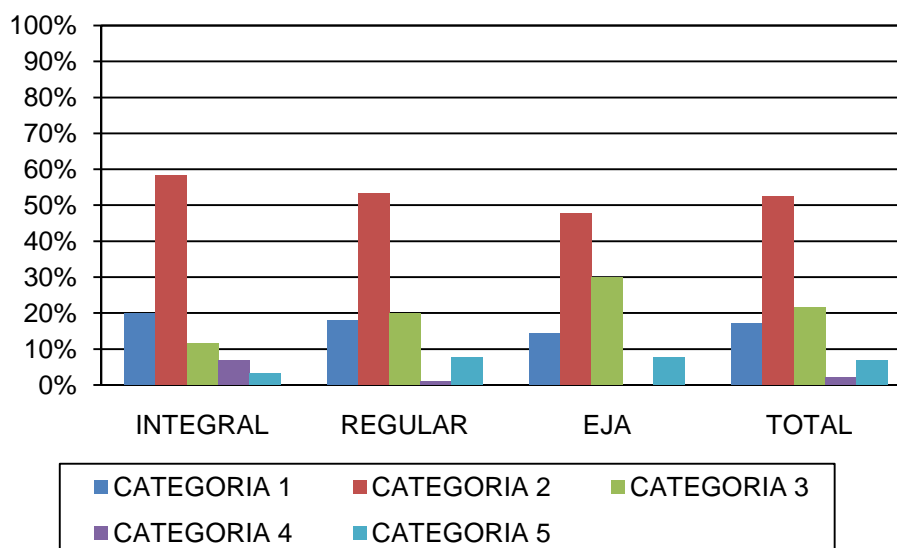
“É separar o lixo, não jogar na rua, não esbanjar água e reutilizar quando possível” (aluno da Educação de Jovens e Adultos).

“Cuidar dos animais, das plantas e não poluir” (aluno do ensino médio em tempo integral).

“É estudar assuntos como o aquecimento global e a poluição” (aluno da Educação de Jovens e Adultos).

Esta última categoria obteve um índice de 6,7% do total de alunos entrevistados. Entre as diferentes modalidades de ensino, os alunos do ensino médio em tempo integral contabilizaram 3,3%, enquanto os alunos do ensino médio regular e a EJA tiveram um índice de 7,8%. Os resultados obtidos nas cinco categorias nas diferentes modalidades de ensino da escola, bem como, o resultado total, seguem ilustrados na Figura 8:

Figura 8: Questão 2.3: “Para você, o que é Educação Ambiental?” - Resultados por modalidades de ensino e geral, divididos por categorias



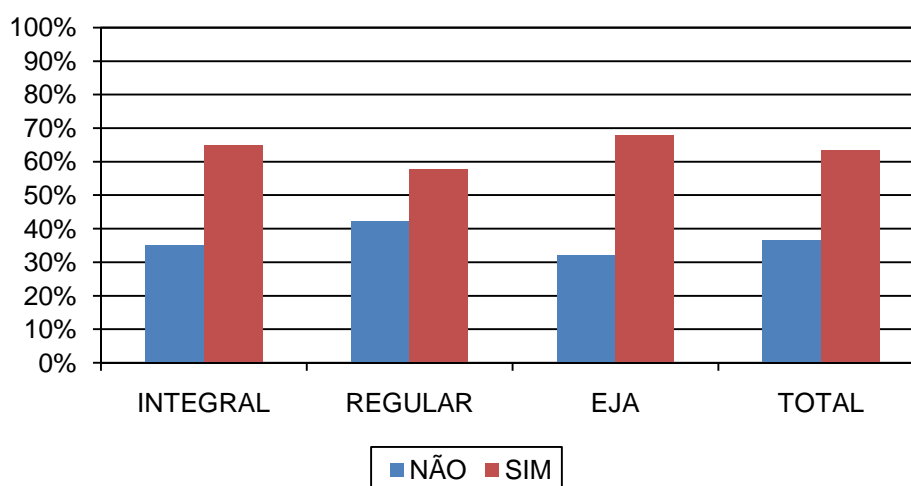
Fonte: Elaborado pela autora, 2018.

A questão seguinte, 2.4 era objetiva e questionava se os alunos se consideravam pessoas que praticam a Educação Ambiental na sua vida cotidiana. De uma forma geral, foram encontradas poucas variações entre as modalidades de

ensino da escola. Os alunos da EJA são os que mais se consideram praticantes da Educação Ambiental, 67,8%, enquanto alunos do ensino médio regular foram os que menos se consideram praticantes da EA em sua vida cotidiana, 57,8%, uma variação de 10% entre o menor e maior valor encontrado. Dos alunos do ensino médio em tempo integral entrevistados, 65% avaliaram-se praticantes da Educação Ambiental.

Considerando o total de alunos entrevistados, 36,7% não se avaliam praticantes da Educação Ambiental, enquanto 63,3% dizem praticar a EA em sua vida cotidiana. A Tabela 9 expõe os resultados obtidos nesta questão:

Figura 9: Questão 2.4 “Você se considera uma pessoa que pratica a Educação Ambiental na sua vida cotidiana?” – Resultados por modalidades de ensino e geral



Fonte: Elaborado pela autora, 2018.

A questão seguinte foi direcionada aos 63,3% do total de alunos entrevistados que na questão anterior consideraram-se praticantes da Educação Ambiental na sua vida cotidiana. A questão 2.5 tinha cunho dissertativo e continha o seguinte questionamento: “Se você respondeu sim na questão anterior, afirmando praticar a Educação Ambiental na sua vida cotidiana, cite as suas principais ações:”. Com base nas respostas dos próprios alunos, visando à melhor organização dos resultados, as mesmas foram classificadas em seis categorias:

- a) Categoria 1: Não respondeu, respondeu que não sabe ou que não lembra;
- b) Categoria 2: Foram citadas ações como separar o lixo, mandar o lixo para a reciclagem e ou coleta seletiva;

- c) Categoria 3: Foram citadas ações como não jogar o lixo no chão e jogar o lixo sempre no lixo;
- d) Categoria 4: Foram citadas ações como economia e reaproveitamento de água;
- e) Categoria 5: Foram citadas ações como a reutilização de diversos materiais;
- f) Categoria 6: Foram citadas outras ações específicas.

Neste sentido os alunos poderiam citar ações cotidianas pertencentes a mais de uma categoria. Os resultados obtidos nesta questão apontam que do total de alunos entrevistados, os quais responderam na questão anterior praticar a Educação Ambiental em sua vida cotidiana, 5,3% não responderam, responderam que não sabiam ou que não lembram quais são as suas principais ações de EA, correspondendo a categoria 1. Nesta categoria não foram observadas diferenças relevantes entre as modalidades de ensino da escola.

Em relação à categoria 2, ações como separar o lixo, mandar o lixo para a reciclagem e ou coleta seletiva foram citadas por 48% do total de alunos entrevistados os quais consideram-se praticantes da Educação Ambiental em sua vida cotidiana. Foi verificada uma variação significativa entre as modalidades de ensino, esta categoria obteve o maior índice entre os alunos da EJA, com 55,7%, enquanto os alunos do ensino médio regular ficaram logo atrás com 51,9%. Contudo, tais ações foram lembradas por apenas 30,8% dos alunos do ensino médio em turno integral.

Já a categoria 3, que também fazia referência ao lixo, porém com uma outra perspectiva, foi a categoria mais citada de um modo geral pelos alunos, 67,1%. Além disso, entre as três modalidades de ensino, todas apresentaram os maiores percentuais na categoria 3. Contudo a mesma apresentou o maior índice no ensino médio em tempo integral, onde 74,4% dos estudantes citaram, como ação cotidiana de Educação Ambiental, não jogar o lixo no chão e jogar o lixo sempre no lixo. Na Educação de Jovens e Adultos tais ações foram lembradas por 65,8% dos alunos, enquanto no ensino médio regular a mesma obteve um índice de 63,5%.

Na categoria 4 foram organizadas as ações que faziam referência a economia e reaproveitamento de água. Tal categoria foi lembrada de um modo geral por 27% dos estudantes como ação cotidiana de Educação Ambiental. Entre as modalidades de ensino, ações pertencentes a tal categoria foram citadas por 21,3% dos alunos

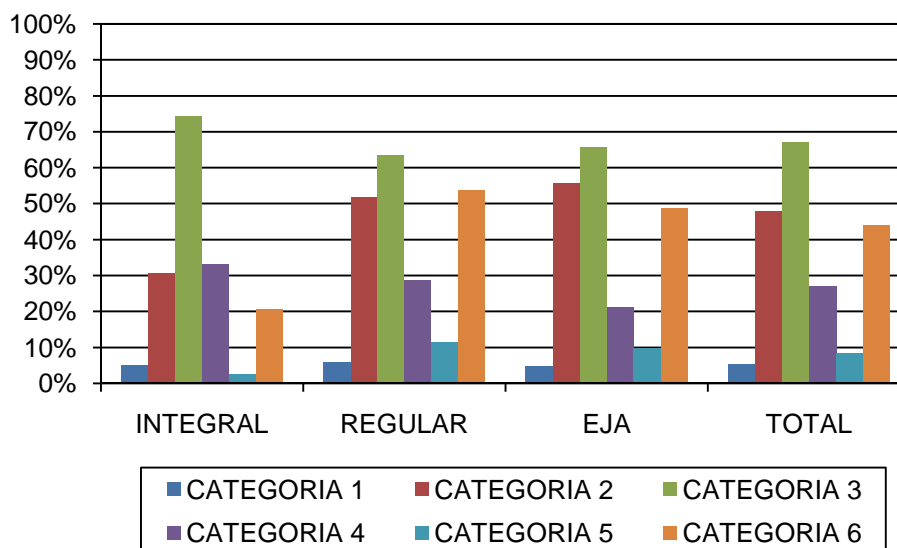
da EJA, 28,8% dos alunos do ensino médio regular e por 33,3% dos alunos do ensino médio em tempo integral, obtendo nesta modalidade de ensino o seu maior índice.

Outra ação lembrada pelos alunos foi a reutilização de diversos materiais, como garrafas pets, papel e embalagens, 8,6% dos alunos de um modo geral citaram tal ação como exemplo de prática de Educação Ambiental. Esta categoria foi a menos citada pelos alunos, contabilizando 11,5% na EJA, 9,8% no ensino médio regular e apenas 2,6% no ensino médio em tempo integral.

As categorias 1, 2, 3, 4 e 5 foram assim organizadas pois foram citadas por todas as modalidades de ensino como uma frequência significativamente relevante. Contudo, além das ações classificadas nestas categorias, outras ações foram citadas com uma menor frequência. Sendo assim, as mesmas foram organizadas na categoria 6. A Figura 10 ilustra os resultados obtidos nesta questão, organizados nas seis categorias de respostas:

Figura 10: Questão 5: “Se você respondeu sim na questão anterior, afirmando praticar a Educação Ambiental na sua vida cotidiana, cite as suas principais ações:”.

- Resultados por modalidades de ensino e geral, divididos por categorias



Fonte: Elaborado pela autora, 2018.

Em relação à categoria 6, onde foram citadas pelos alunos outras ações de Educação Ambiental praticadas por eles em suas vidas cotidianas, de um modo geral tal categoria apresentou um índice geral de 44,1% e nas modalidades de

ensino um índice de 20,6% no ensino médio em tempo integral, 48,8% na EJA e 53,7% no ensino médio regular, onde houve uma maior diversidade de ações práticas de Educação Ambiental citadas. Visando uma melhor exposição das respostas que compõem a categoria 6, as mesmas foram organizadas na Tabela 9, com seus respectivos índices em cada modalidade de ensino da instituição analisada:

Tabela 9: Respostas que compõem a categoria 6 – Ações de Educação Ambiental citadas pelos alunos, organizadas por modalidade de ensino

Ações	Integral	Regular	EJA
Não usar canudinho de plástico	2,6%	3,8%	0%
Reutilizar restos de alimento como adubo/ composteira	2,6%	1,9%	1,6%
Cuidado com os animais	5,1%	1,9%	6,5%
Cuidar da natureza/ meio ambiente	7,7%	0%	0%
Ajudar/ respeitar o próximo, ser educado	0%	5,8%	1,6%
Não poluir	0%	1,9%	4,9%
Descartar o óleo de cozinha em local correto	0%	7,7%	1,6%
Descartar pilhas em local correto	0%	1,9%	0%
Não poluir os rios	0%	1,9%	1,6%
Não queimar lixo	0%	1,9%	0%
Reduzir o consumo de plástico	0%	5,8%	0%
Plantar árvores e mudas/ hortas	0%	9,6%	14,8%
Utilização de moto elétrica	0%	1,9%	0%
Andar menos de carro	0%	1,9%	0%
Praticar os 4R's	0%	0%	1,6%
Evitar desperdício de recursos naturais	0%	0%	4,9%
Produzir alimentos	0%	0%	1,6%
Passar ensinamentos de Educação Ambiental para os filhos	0%	0%	1,6%
Andar de bicicleta	0%	0%	1,6%

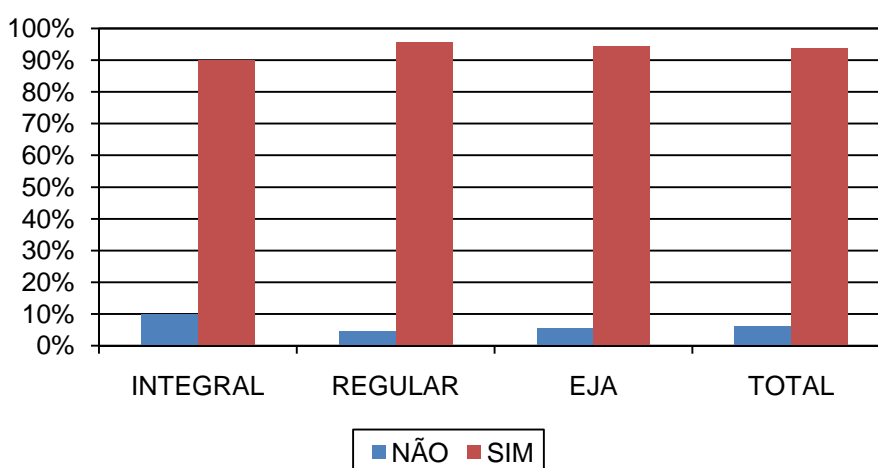
Não usar produtos tóxicos que fazem mal ao meio ambiente	0%	0%	1,6%
--	----	----	------

Fonte: Elaborado pela autora, 2018.

Pode-se perceber que na questão 2.5 houve uma ampla diversidade de ações citadas pelos alunos, além das classificadas nas categorias 1 a 5, contudo com pouca frequência. Algumas ações em especial chamam a atenção, como “passar ensinamentos de educação ambiental para os filhos” e “ajudar/ respeitar o próximo, ser educado”. Do mesmo modo, alguns alunos citaram ações importantíssimas fáceis de serem feitas no dia-a-dia, como o descarte de óleo de cozinha e pilhas em local correto. Vale ressaltar também as poucas e insistentes ações citadas pelos alunos em relação aos ecossistemas do município de Montenegro, como o rio Caí e o Morro são João, respectivamente.

A questão seguinte, 2.6 era objetiva e perguntava aos alunos entrevistados se a escola atual poderia desenvolver melhor a Educação Ambiental. A Figura 11 ilustra os resultados obtidos nesta questão:

Figura 11: Questão 2.6: “Você acha que sua escola atual poderia desenvolver melhor a Educação Ambiental?” – Resultados por modalidades de ensino e geral



Fonte: Elaborada pela autora, 2018.

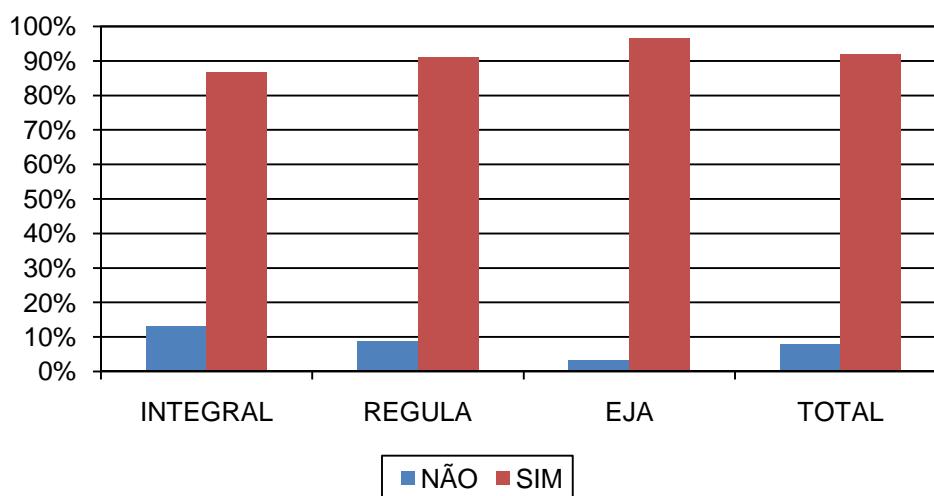
A maioria expressiva dos alunos respondeu sim a esta questão, 93,75%, enquanto apenas 6,25% dos alunos responderam não. Entende-se que esta pequena porcentagem de alunos está de acordo com a Educação Ambiental desenvolvida na escola analisada, ao passo que a maioria dos alunos tem ciência de

que a mesma poderia ser melhor desenvolvida. Como pode-se observar no gráfico, nesta questão não foram encontrados resultados discrepantes entre as modalidades de ensino analisadas.

Seguindo a premissa de que a escola pode melhor desenvolver a Educação Ambiental, a questão 2.7 era objetiva e continha a seguinte interrogação: “Se a sua escola atual desenvolvesse um projeto de Educação Ambiental, você acha que isso te ajudaria a se tornar uma pessoa de hábitos mais sustentáveis?”. Entre o número total de alunos, 92,1% entrevistados afirmaram que o desenvolvimento de um projeto de Educação Ambiental na escola ajudaria na aquisição de hábitos mais sustentáveis. Apenas 7,9% dos entrevistados responderam que tal ação não teria efeito para a aquisição de hábitos mais sustentáveis.

A maior variação de respostas entre as modalidades de ensino analisadas foi de 10% entre o ensino médio em tempo integral e a Educação de Jovens e Adultos. Entre os estudantes do ensino médio em tempo integral, 13,3% acreditam a execução de projetos de Educação Ambiental não os influenciaria na aquisição de hábitos mais sustentáveis, enquanto apenas 3,3% dos estudantes da EJA tiveram a mesma percepção. A Figura 12 ilustra os resultados obtidos nesta questão.

Figura 12: Questão 2.7: “Se a sua escola atual desenvolvesse um projeto de Educação Ambiental, você acha que isso te ajudaria a se tornar uma pessoa de hábitos mais saudáveis?” – Resultados por modalidades de ensino e geral



Fonte: Elaborada pela autora, 2018.

A última questão do questionário semiestruturado aplicado aos alunos das diferentes modalidades de ensino da instituição analisada era dissertativa e pedia para que os mesmos citassem assuntos relacionados à Educação Ambiental que gostariam de trabalhar na escola. Novamente, visando à melhor exposição dos resultados, os mesmos foram organizados em sete categorias:

- a) Categoria 1: Não respondeu, respondeu que não sabe ou que não lembra.
- b) Categoria 2: Respondeu que gostaria de trabalhar aspectos ligados ao lixo e a reciclagem do mesmo;
- c) Categoria 3: Respondeu que gostaria de trabalhar aspectos ligados ao “verde” da escola, como plantar mudas de flores, chás, árvores e cultivar hortas;
- d) Categoria 4: Respondeu que gostaria de trabalhar aspectos ligados a limpeza da escola, como sala de aula, pátio e demais dependências;
- e) Categoria 5: Respondeu que gostaria de trabalhar aspectos ligados ao reaproveitamento e economia de água tanto na escola como de modo geral;
- f) Categoria 6: Respondeu que gostaria de trabalhar aspectos ligados ao reaproveitamento de materiais;
- g) Categoria 7: Respondeu que gostaria de trabalhar outros aspectos específicos.

Neste sentido os alunos poderiam citar assuntos relacionados à Educação Ambiental, os quais gostariam de trabalhar na escola, pertencentes a mais de uma categoria. Mesmo que a grande maioria dos alunos entrevistados tenha afirmado nas questões 2.6 e 2.7, respectivamente, que a escola atual poderia melhor desenvolver a Educação Ambiental e que se a mesma desenvolvesse um projeto de Educação Ambiental isso ajudaria os mesmos a se tornarem pessoas de hábitos mais sustentáveis, 32,2% do total de alunos entrevistados não responderam, responderam que não sabiam ou que não se lembravam de assuntos relacionados à Educação Ambiental que gostariam de trabalhar na escola, fazendo menção a categoria 1.

Tal índice foi relativamente maior entre os alunos do ensino médio em tempo integral, onde 51,7% responderam à questão 2.8 deste modo. Enquanto 34,4% e 32,2% dos alunos do ensino médio em tempo regular e da EJA, também responderam, respectivamente, desta maneira. Esses resultados ilustram a provável

falta de interesse dos alunos em relação à Educação Ambiental, bem como, a falta de conhecimento em relação à mesma. Novamente tal índice reflete uma carência de subsídios dos alunos em relação à Educação Ambiental.

Em contrapartida, a categoria 2, a qual faz menção ao interesse dos alunos em trabalhar na escola aspectos ligados ao lixo e a reciclagem do mesmo, foi a mais citada, totalizando 38,3%. Tal índice foi menor no ensino médio em turno integral, 33,3% e maior no ensino médio regular e na Educação de Jovens e Adultos, onde ambos contabilizaram 40%. Nesta categoria foram citadas atividades como a redução da produção de lixo, separação do mesmo e o envio para a reciclagem e o recolhimento do lixo jogado no chão. Do mesmo modo, muitos alunos inseriam tais atitudes em ambientes do contexto em que estão inseridos, propondo de fato ações práticas de Educação Ambiental para serem desenvolvidas na escola:

“Educação para entender que existe a necessidade de reduzir o lixo” (aluno do ensino médio regular).

“A respeito do lixo e suas separações. Nossos habitats também, não só na escola, mas em casa, no lugar de trabalho, ode você esteja” (aluno da Educação de Jovens e Adultos).

“Grupos de apoio para sair pela cidade catando lixo jogado no chão” (aluno do ensino médio regular).

“Sair para catar lixo e dar nota por participação, se cada escola ajudasse a cidade seria mais limpa” (aluno do ensino médio regular).

Esses resultados ilustram a proximidade percebida por parte dos alunos, de forma correta, entre a Educação Ambiental e as questões relacionadas à geração de resíduos e a destinação correta dos mesmos. Contudo, a Educação Ambiental não pode de maneira alguma ser reduzida somente a estes aspectos.

Na categoria 3 foram relacionada as respostas as quais fazem menção ao interesse do alunos em trabalhar aspectos ligados ao “verde” da escola, como plantar mudas de flores, chás, árvores e cultivar hortas:

“Aprender mais sobre o plantio e cultivo de mudas frutíferas e fazer isso na escola” (aluno da Educação de Jovens e Adultos).

“Plantar e colher aquilo que produzimos na escola” (aluno do ensino médio regular).

“Plantar árvores e mudas na escola” (aluno do ensino médio em turno integral).

“Ter mais verde na escola” (aluno do ensino médio em turno integral).

Destes diferentes modos a categoria 3 foi mencionada por 15,8% do total de alunos entrevistados, não havendo grandes variações entre as modalidades de ensino da escola. Os alunos do ensino médio integral contabilizaram 18,3%, os do ensino médio regular 18,8% enquanto os da EJA apresentaram o menor índice, 11,1%.

Do mesmo modo, ainda ligado ao ambiente escolar, as respostas classificadas na categoria 4 fazem menção ao interesse dos alunos em trabalhar como práticas de Educação Ambiental aspectos ligados a limpeza da escola, como sala de aula, pátio e demais dependências:

“Fazer a higiene ambiental da escola” (aluno do ensino médio em tempo integral).

“Cuidar da escola, com mutirões de limpeza, uma vez por semana” (aluno do ensino médio regular).

“Gostaria que o pessoal tivesse um pouco mais de bom senso e não jogasse restos da merenda no chão e nem poluísse a escola” (aluno do ensino médio em turno integral).

“Manter as salas de aula sempre limpas e organizadas” (aluno do ensino médio em turno integral).

A partir destes variados modos, a categoria 4 foi citada por 14,6% do total de alunos entrevistados. Este índice variou entre as modalidades de ensino, uma vez que foi maior no ensino médio regular, 21,1%, enquanto no ensino médio em tempo integral e na EJA, obteve, respectivamente, 11,7% e 10%.

Na categoria 5 estavam as respostas em que os alunos manifestaram interesse em trabalhar aspectos ligados ao reaproveitamento e economia de água tanto no âmbito escolar como fora dela:

“Cuidar a água nos bebedouros que os alunos deixam ligados” (aluno do ensino médio regular).

“Construir maquetes com aproveitamento de água” (aluno do ensino médio regular).

“Maneiras de reaproveitar a água da escola” (aluno do ensino médio em turno integral).

“Importância da economia de recursos como a água” (aluno da Educação de Jovens e Adultos).

De modo geral, 8,75% dos alunos citaram respostas classificadas na categoria 5, havendo pouca variação entre as modalidades de ensino, uma vez que

forma contabilizados 13,3% no ensino médio em turno integral. 7,7% no ensino médio regular e 6,6% na Educação de Jovens e Adultos.

Por fim, a categoria 6 fez menção as respostas que demonstravam o interesse do aluno em trabalhar aspectos ligados ao reaproveitamento de materiais:

“Transformação de material reciclável em artes” (aluno do ensino médio regular).

“Oficinas de material reciclável e projetos entre os alunos, gincanas de amostras feitas com materiais recicláveis” (aluno do ensino médio regular).

“Reaproveitar materiais, reutilizando folhas, não precisamos de tantos Xerox.” (aluno do ensino médio em turno integral).

“Construir um quiosque de garrafas pets” (aluno da Educação de Jovens e Adultos).

Respostas pertencentes à categoria 6 foram citadas por 7,9% do total de alunos entrevistados. Contabilizando 5,5% na Educação de Jovens e Adultos, 8,3% no ensino médio em tempo integral e 10% no ensino médio em tempo regular, onde obteve o maior índice.

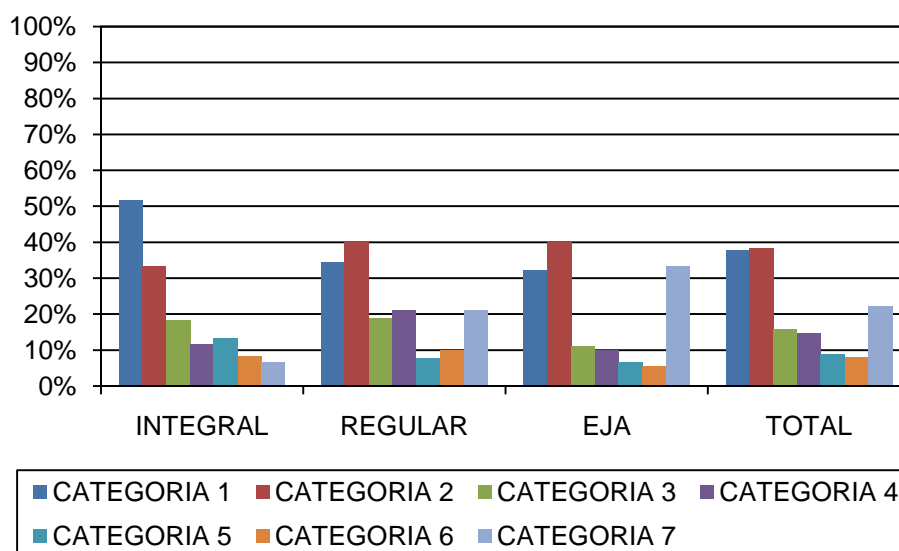
A grande maioria das respostas da questão 2.8 estava relacionada com o desejo dos alunos entrevistados oriundos das diferentes modalidades de ensino da escola em realizar atividades práticas em ambientes de convívio social dos mesmos, como a própria escola. Parte considerável dos alunos não se restringiu em apenas citar conteúdos de Educação Ambiental os quais poderiam ser trabalhados em sala de aula de forma teórica, mas sim propôs atividades práticas, demonstrando a capacidade de contextualização da Educação Ambiental, trazendo a mesma para uma esfera praticável de maneira efetiva, eficaz para uma mudança de paradigma na realidade em que estão inseridos.

É importante ressaltar que as respostas da questão 2.8 foram organizadas nas categorias 1 ao 6 em função de terem sido mencionadas por todas as modalidades de ensino com uma frequência significativamente relevante. No entanto, além destas respostas, outras ações foram citadas com uma menor frequência. Sendo assim, visando a exposição das mesmas, foram organizadas na categoria 7.

Do total de alunos entrevistados, 22,1% citaram outros exemplos de assuntos relacionados à Educação Ambiental que gostariam de trabalhar na escola. Em relação às modalidades de ensino da instituição, houve uma variação significativa,

apenas 7% dos alunos do ensino médio em turno integral citaram outros assuntos além dos classificados nas demais categorias. Enquanto que no ensino médio regular outros assuntos foram citados por 20,9% e na Educação de Jovens e Adultos por 33,1% dos alunos entrevistados, obtendo assim nesta modalidade de ensino o maior percentual de variedade de respostas da questão 2.8. A Figura 13 ilustra os resultados obtidos nesta questão, organizados nas sete categorias de respostas.

Figura 13: Questão 2.8: “Cite assuntos relacionados à Educação Ambiental que você gostaria de trabalhar na escola:” Resultados por modalidades de ensino e geral, divididos por categorias



Fonte: Elaborado pela autora, 2018.

Visando uma melhor exposição das respostas que compõem a categoria 7, as mesmas foram organizadas na Tabela 10, com seus respectivos índices em cada modalidade de ensino da instituição analisada:

Tabela 10: Respostas que compõem a categoria 7 – Assuntos relacionados à Educação Ambiental que os alunos responderam que gostaria de trabalhar na escola, resultados organizados por modalidade de ensino

Assuntos	Integral	Regular	EJA
Preservar florestas/plantas	3,3%	0%	3,3%

Compostagem	1,7%	0%	2,2%
Respeito com o próximo	0%	1,1%	0%
Alimentação Saudável	0%	1,1%	1,1%
Doação de animais	0%	2,2%	3,3%
Projetos e Palestras de Sustentabilidade	0%	5,5%	13,3%
3R'S	0%	1,1%	0%
Redução do plástico	0%	3,3%	1,1%
Conservação do meio ambiente	0%	1,1%	1,1%
Grupos de alunos para ajudar a natureza	0%	4,4%	0%
Fontes de energia	0%	0%	1,1%
Economia de recursos	0%	0%	1,1%
Legislação	0%	0%	1,1%
Plantas na saúde	0%	0%	1,1%
Poluição dos mares	0%	0%	1,1%
Ajudar a despoluir a cidade	0%	0%	1,1%
Como melhorar as condições dos rios	0%	0%	1,1%

Fonte: Elaborado pela autora, 2018.

Percebe-se que houve uma relativa diversidade de respostas na questão 2.8 além das citadas nas categorias 1 a 6, no entanto com pouca frequência. Algumas atividades de Educação Ambiental propostas pelos alunos entrevistados chamam a atenção, como “grupos de alunos para ajudar a natureza”, “respeito com o próximo”, “doação de animais”. Novamente ações relacionadas aos ecossistemas de Montenegro foram pouco exploradas, “ajudar a despoluir a cidade” e “como melhorar as condições dos rios” foram citadas, cada uma, por apenas 1,1% dos alunos entrevistados, restringindo-se aos alunos da Educação de Jovens e Adultos.

Na categoria 7, além das respostas expostas na tabela acima, houveram mais dois exemplos de respostas, uma feita pelo ensino médio em tempo integral e outra pelo ensino médio regular, com frequência de 1,7% e 1,1%, respectivamente:

“Não tenho interesse em Educação Ambiental na escola” (aluno do ensino médio em tempo integral).

“Aquecimento global não existe” (aluno do ensino médio regular).

Ambas as frases são preocupantes, a primeira retrata a falta de interesse de certos alunos em trabalhar aspectos relacionados à Educação Ambiental. Já a segunda frase ilustra a falta de conhecimento dos alunos, a ponto de não acreditar que um fenômeno de tanta relevância em nosso planeta, como o aquecimento global, não exista. Tal postura dos alunos releva a necessidade urgente do desenvolvimento de uma Educação Ambiental de qualidade que supra tais carências e limitações dos educandos.

4.2 EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA PERSPECTIVA DOS PROFESSORES ENTREVISTADOS

Os resultados dos questionários foram tabulados e organizados visando apresentar as principais informações alcançadas. Obviamente os resultados aqui expostos fazem referência aos 53,8% dos docentes da escola analisada que se propuseram a participar do presente trabalho através da devolução do questionário semiestruturado devidamente respondido.

Em um primeiro momento, antes de expor os resultados obtidos, é interessante caracterizar o corpo docente que aceitou participar do presente trabalho. Neste sentido, a Tabela 11 ilustra a primeira parte do questionário semiestruturado direcionado aos professores, com a identificação dos docentes quanto a idade, formação, tempo de experiência docente, disciplina que ministra atualmente e tempo de atividades na escola analisada:

Tabela 11: Identificação dos professores participantes do presente estudo – Primeira parte do questionário semiestruturado

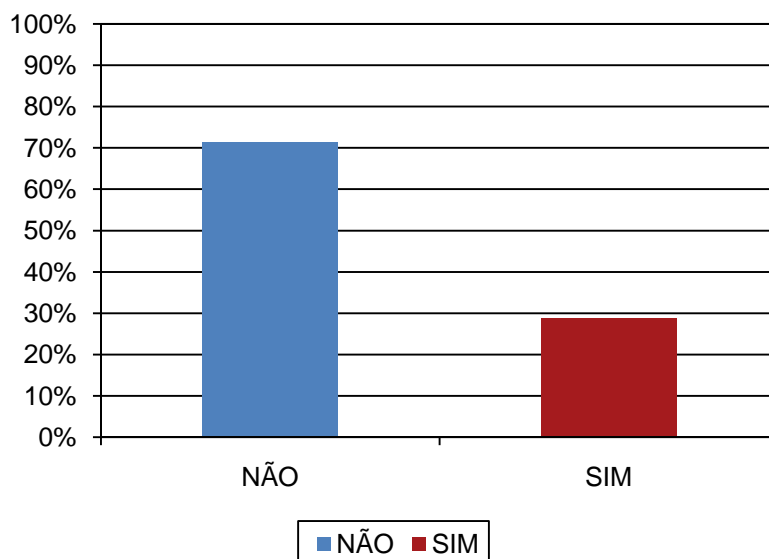
Idade	Formação	Tempo de experiência docente	Disciplina que ministra atualmente	Tempo de atividades na escola analisada
48 anos	Letras Português, Literatura e Licenciatura em Educação Física	24 anos	Português	14 anos
36 anos	Licenciatura em Filosofia	7 anos	Filosofia, Sociologia, Projeto de vida e cultura	7 anos

			religiosa	
36 anos	Letras Português e Literatura	7 anos	Português e Literatura	6 meses
54 anos	Pós-graduação em Arte Educativa	23 anos	Artes, Inglês e Ensino Religioso	Não respondeu
54 anos	Pós-graduação em Gestão Escolar e Licenciatura em Educação Física	26 anos	Educação Física	18 anos
46 anos	Engenharia de Alimentos e Pós-graduação em Metodologia do estudo da Matemática e da Física	18 anos	Física, Projeto de Pesquisa e Estudo Orientado	4 anos e 5 meses
47 anos	Engenharia Química de Alimentos e Pós-graduação em Educação	20 anos	Química	20 anos
39 anos	Letras Inglês	18 anos	Inglês e Literatura	18 anos
46 anos	Licenciatura em Geografia	5 anos	Geografia	4 anos
50 anos	Licenciatura Plena e Especialização	31 anos	Filosofia e Sociologia	16 anos
38 anos	Licenciatura Plena em Matemática e Pós -graduação em Psicopedagogia Institucional	16 anos	Matemática	6 anos
49 anos	Licenciatura em Matemática	10 anos	Matemática e Física	6 meses
36 anos	Letras Português e Espanhol com pós-graduação	5 anos	Língua Portuguesa e Espanhola	5 anos
42 anos	Licenciatura e Bacharel em Química	8 meses	Química	8 meses

Percebe-se que o corpo docente entrevistado é variado, apresentando, de um modo geral, distintas faixas etárias, formações, tempo de experiência docente e tempo de docência na escola analisada. Do mesmo modo, tais professores ministram diferentes disciplinas, com base nas suas formações acadêmicas. Observou-se também que mesmo que nem todos os professores tenham colaborado com o presente estudo, todas as áreas do conhecimento que compõem o ensino médio – ciências da natureza, ciências humanas, linguagens e matemática, acabaram sendo contempladas nesta análise.

Ainda em relação à identificação do professor, na primeira parte do questionário semiestruturado, os mesmos foram questionados se já haviam realizado alguma capacitação ou curso de extensão que lhe dê subsídios para desenvolver a Educação Ambiental em sala de aula, caso os mesmos respondessem que sim, foi solicitada a identificação do curso ou capacitação. A Figura 14 ilustra as respostas dos docentes entrevistados:

Figura 14: Identificação do Professor: “Realizou alguma capacitação ou curso de extensão que lhe dê subsídios para desenvolver a Educação Ambiental em sala de aula?”



Fonte: Elaborado pela autora, 2018.

Do total de professores entrevistados, apenas 28,6% afirmaram possuir alguma capacitação ou curso de extensão que de lhe dê subsídios necessários para

desenvolver a Educação Ambiental em sala de aula. Segundo os mesmos, tais conhecimentos foram adquiridos através de:

- a) Curso Tecnólogo em Gestão Ambiental em andamento;
- b) Curso de formação dos professores do município;
- c) Curso de extensão em assuntos relacionados à Educação Ambiental;
- d) Projetos de pesquisa durante a graduação.

Vale ressaltar que nenhuma das fontes de capacitação citadas pelos professores faz menção a cursos subsidiados diretamente pelo Estado, uma vez que a escola é estadual.

Visto a primeira parte do questionário em relação à identificação do professor, a segunda parte do mesmo foi reservada para as questões relacionadas à Educação Ambiental no currículo escolar. O primeiro item, 2.1, tinha cunho dissertativo e continha a seguinte questão: “O que você entende por Educação Ambiental (EA)?”.

Todos os professores, sem exceção, que se propuseram a responder o questionário definiram a Educação Ambiental de forma correta, ampla e contextualizada com o meio em que estão inseridos, sob a ótica do seu papel de educador, através das mais variadas maneiras. Para evitar a repetição e o prolongamento excessivo do texto, não serão citadas todas as respostas dos professores entrevistados, contudo visando ilustrar as mesmas, algumas respostas foram selecionadas, de modo a contemplar o todo:

“É um processo através do qual são compartilhados conhecimentos sobre a realidade ambiental do local onde se vive e também do restante do planeta, também neste processo são trabalhados valores através dos quais os estudantes podem formar opinião e atuar como protagonistas no processo de conscientização sobre o meio ambiente, formas de protegê-lo e principalmente o uso inteligente dos recursos naturais disponíveis.”

“É um processo de educação responsável por formar indivíduos preocupados com os problemas ambientais e que busquem a conservação e preservação dos recursos naturais e sustentabilidade, ou seja, preservar o nosso planeta”

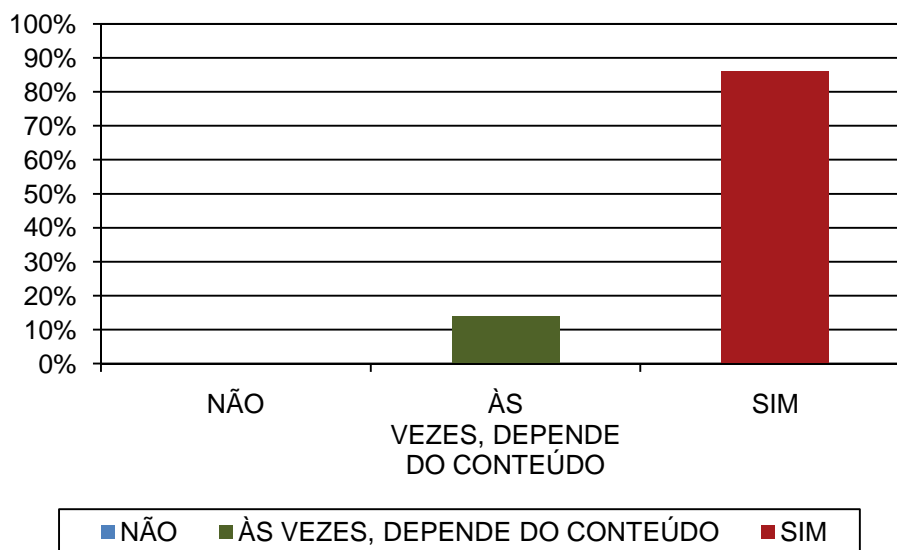
“Despertar a consciência da população sobre os problemas ambientais consequentes das atitudes humanas. Fazer com que as pessoas se preocupem e possam agir de forma diferente”.

“Entendo como um trabalho que desenvolva a conscientização sobre os impactos das nossas ações cotidianas no meio ambiente, como separação do lixo, preservação ambiental e cuidados com um todo em relação à natureza”

Mesmo que a maioria dos professores não possua algum curso específico de capacitação que lhe dê subsídios para desenvolver a Educação Ambiental em sala de aula, foi possível perceber que os docentes que aceitaram participar deste estudo possuem conhecimentos amplos a respeito da Educação Ambiental. De modo a conceituá-la de forma correta, corroborando com a ideia de Educação Ambiental de Dias (2004), no que diz respeito tomada de consciência acerca do meio em que estamos inseridos para a detecção de problemas ambientais e a busca de soluções sustentáveis.

Visto o que os docentes entrevistados entendem por Educação Ambiental, os mesmos foram questionados se trabalham a mesma em suas aulas. A questão 2.2 era objetiva e os professores poderiam assinalar a opção sim ou não. Dos 14 professores entrevistados 12 assinalaram a opção sim, afirmando trabalhar a Educação Ambiental em suas aulas, o que corresponde a 85,7% dos professores. Contudo, os outros dois professores, 14,3%, não assinalaram a opção não, mas sim acrescentaram uma terceira opção no questionário: “às vezes, depende do conteúdo”. A Figura 15 ilustra tais resultados:

Figura 15: Questão 2.2: “Você trabalha a EA em suas aulas?”



Fonte: Elaborado pela autora, 2018.

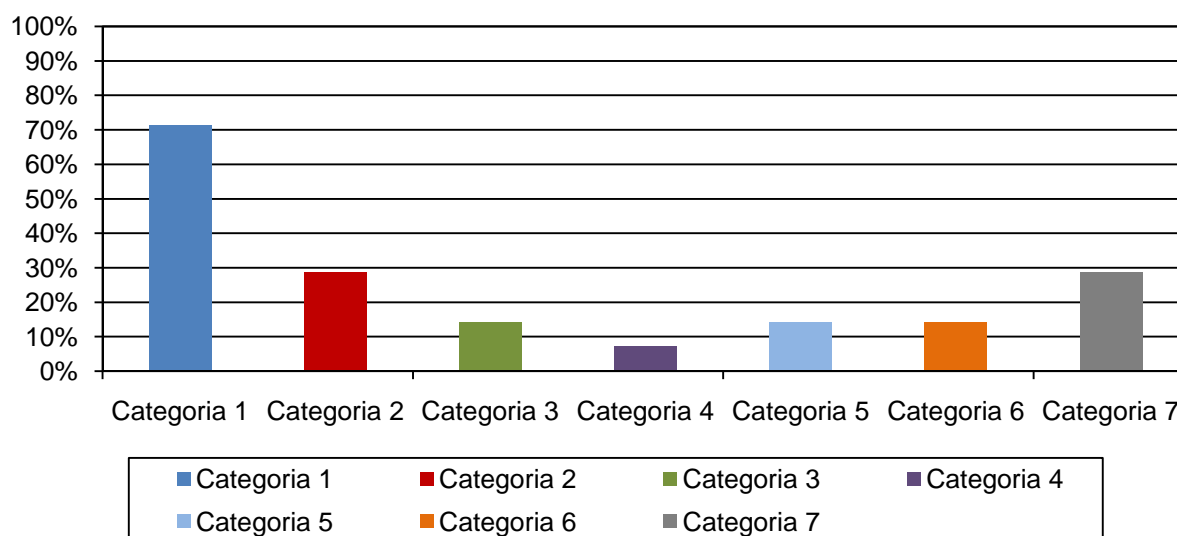
A questão seguinte, 2.3, foi direcionada aos professores que afirmaram trabalhar a Educação Ambiental em suas aulas, contudo todos os professores acabaram respondendo esta questão, inclusive os docentes que assinalaram que

trabalham a Educação Ambiental às vezes, dependendo do conteúdo. Para uma melhor exposição das respostas dos professores, as mesmas foram divididas em 7 categorias:

- a) Categoria 1: Trabalha a Educação Ambiental através de diálogos e debates proporcionando orientações e reflexões aos alunos;
- b) Categoria 2: Trabalha a Educação Ambiental através de textos e ou produções textuais;
- c) Categoria 3: Trabalha a Educação Ambiental através de vídeos como reportagens e documentários;
- d) Categoria 4: Trabalha a Educação Ambiental através da produção de arte com material reciclado;
- e) Categoria 5: Trabalha a Educação Ambiental através de projetos;
- f) Categoria 6: Trabalha a Educação Ambiental sendo exemplo de engajamento e postura sustentável;
- g) Categoria 7: Trabalha a Educação Ambiental através dos próprios conteúdos da disciplina que ministra, quando possível.

Neste sentido as respostas dos professores entrevistados poderiam pertencer a mais de uma categoria. A Figura 16 ilustra os resultados obtidos nesta questão:

Figura 16: Questão 2.3: “Se você respondeu que trabalha a Educação Ambiental em suas aulas, como você faz isso?” - Resultados divididos por categorias



Fonte: Elaborado pela autora, 2018.

A maioria dos professores entrevistados, 71,4%, relatou trabalhar a Educação Ambiental através de diálogos e debates proporcionando orientações e reflexões aos alunos, de acordo com a categoria 1. Do mesmo modo, 28,6% dos professores relataram trabalhar através da categoria 2, com leitura de textos e ou produção textual, enquanto 14,3% afirmaram trabalhar a partir da utilização de recursos audiovisuais, como vídeos de reportagens e documentários, em referência a categoria 3. A categoria 4 fazia menção a produção de arte com material reciclado, esta foi citada por 7,1% dos professores.

Houve também professores que relataram trabalhar a Educação Ambiental através de projetos, 14,3%, de acordo com a categoria 5. Os principais projetos citados por estes docentes foram relacionados à reciclagem e horta escolar. A mesma porcentagem de professores, 14,3%, relatou trabalhar a Educação Ambiental sendo exemplo de engajamento e postura sustentável, a partir da categoria 6:

“Dando o exemplo para os alunos, colocando o lixo no lixo, chamando a atenção do aluno para a importância disso. Mantendo o ambiente limpo, cuidando dos animais e das plantas, apagando as luzes e economizando água”.

Por fim, 28,6% dos professores relataram que trabalha a Educação Ambiental em suas aulas através da categoria 7, a partir dos próprios conteúdos da disciplina que ministra, quando possível:

“Através da interação entre os conteúdos trabalhados e o meio em que vivemos (...)”.

“Na disciplina de física no conteúdo de energia sempre é discutido os impactos do uso de energias renováveis e não renováveis no meio ambiente”

“No trabalho com análise de gráficos que retratam a realidade brasileira e mundial no que diz respeito ao destino dado ao lixo”.

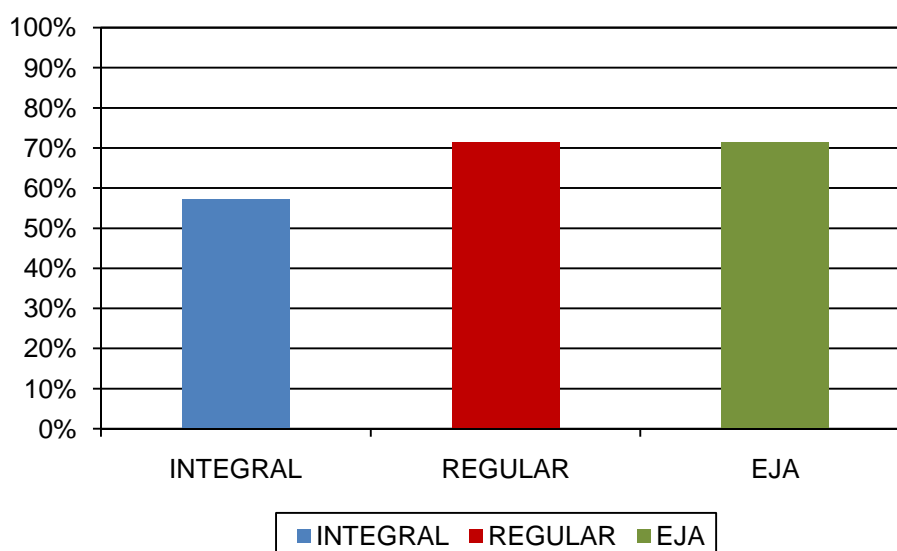
“Propondo conteúdos da minha disciplina que ajudem na reflexão (...)”

A questão 2.4 também era direcionada somente aos professores que responderam na questão 2.2 trabalhar a Educação Ambiental em sala de aula. Contudo, novamente todos os professores responderam esta questão, inclusive os que assinalaram trabalhar às vezes, dependendo do conteúdo. A mesma era de múltipla escolha e pedia para as docentes assinalarem com qual modalidade de

ensino trabalham a Educação Ambiental, entre as opções estavam às modalidades de ensino presentes na escola: ensino médio em tempo integral, ensino médio regular e a Educação de Jovens e Adultos.

Obviamente as demais modalidades de ensino, como o ensino fundamental, não foram colocadas como opção de resposta, uma vez que a escola não oferece outras modalidades de ensino além das de nível médio citadas anteriormente. Os resultados obtidos nesta questão seguem ilustrados. Na Figura 17, para a exposição dos mesmos, as modalidades de ensino formaram abreviadas, sendo chamadas somente de Integral, Regular e EJA:

Figura 17: Questão 2.4: “Se você respondeu que trabalha a Educação Ambiental em suas aulas, você trabalha com:”



Fonte: Elaborado pela autora, 2018.

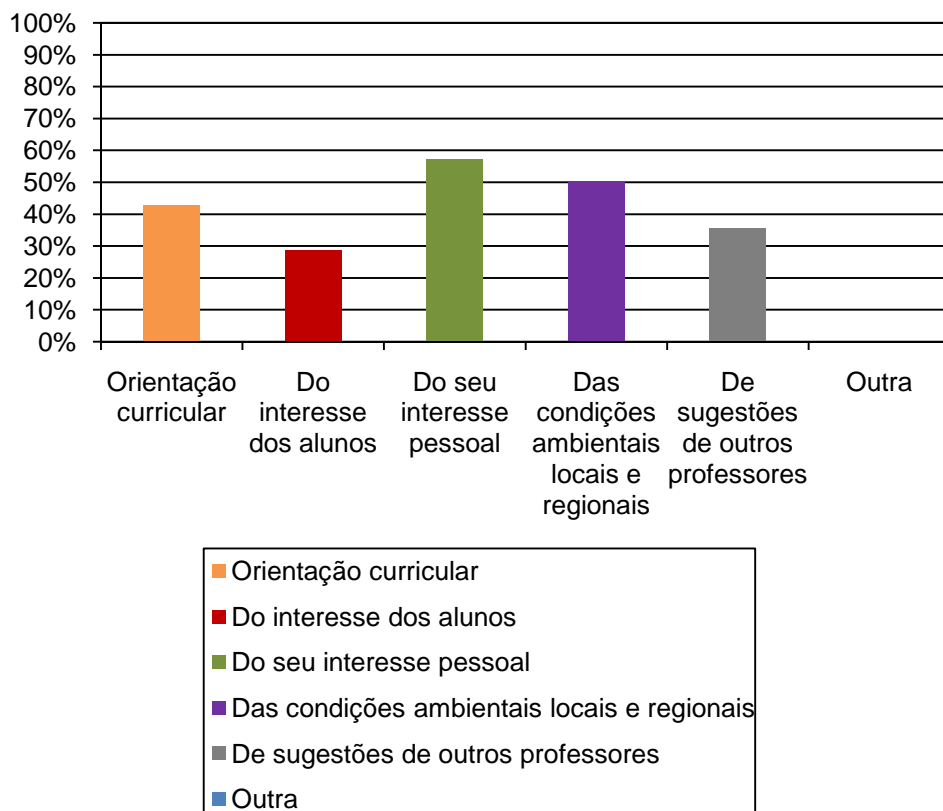
Na elaboração da questão 2.4 uma variável importante não foi levada em consideração: as modalidades de ensino em que o professor leciona. Logo não há subsídios suficientes para determinar se o docente trabalha a Educação Ambiental com todas as modalidades de ensino que atua ou somente com algumas. Contudo, os resultados desta questão apontaram que dentre os professores que participaram do estudo, 57,1% trabalham a Educação Ambiental com o ensino médio em turno integral, enquanto a mesma é trabalhada no ensino médio regular e na Educação de Jovens e Adultos por 71,4% dos professores.

A questão seguinte, 2.5, era de múltipla escolha e tinha como objetivo investigar como é feita a escolha dos assuntos de Educação Ambiental trabalhados em sala de aula: “Se você respondeu que trabalha a Educação Ambiental em suas aulas, a escolha dos assuntos é proveniente de:”. Para responder esta questão havia as seguintes opções, onde os professores poderiam assinalar mais que uma opção se necessário:

- a) Orientação curricular;
- b) Do interesse dos alunos;
- c) Do seu interesse pessoal;
- d) Das condições ambientais locais e regionais;
- e) De sugestões de outros professores;
- f) Outra.

Apenas um professor não respondeu esta questão, os resultados dos demais professores que responderam seguem ilustrados na Figura 18:

Figura 18: Questão 2.5: “Se você respondeu que trabalha a Educação Ambiental em suas aulas, a escolha dos assuntos é proveniente de:”



A maior parte dos professores, 57,1%, relatou que escolhe os assuntos sobre Educação Ambiental para trabalhar em sala de aula a partir do seu interesse pessoal. Já a metade dos professores, 50%, afirmou escolher os assuntos a partir das condições ambientais locais e regionais. Em relação à orientação curricular, apenas 42,8% dos professores entrevistados marcaram esta opção, enquanto 35,7% assinalaram que escolhem os conteúdos de Educação Ambiental através de sugestões de outros professores. Apenas 28,6% dos professores entrevistados levam em consideração para a escolha dos conteúdos de Educação Ambiental o interesse dos alunos. A opção outra não foi marcada por nenhum professor entrevistado.

A questão seguinte, 2.6, era dissertativa e continha a seguinte indagação: “Se você respondeu que trabalha a Educação Ambiental em suas aulas, quais assuntos você já trabalhou?”. Novamente apenas um professor não respondeu esta questão. Para uma melhor abordagem das respostas dos professores, as mesmas foram organizadas na Tabela 12, juntamente com a sua frequência entre os professores entrevistados:

Tabela 12: Questão 2.6: “Se você respondeu que trabalha a Educação Ambiental em suas aulas, quais assuntos você já trabalhou?” – Resultados organizados em assuntos com sua respectiva frequência por professor entrevistado

Assuntos	Frequência entre os professores entrevistados
Questões que envolvem o lixo como separação, destino correto e reciclagem	78,6%
Sustentabilidade	28,6%
Objetivos Globais da ONU – Agenda 2030	7,1%
Poluição dos rios da região	14,3%
Uso da química para proteger o meio ambiente	7,1%
Problemas ambientais causados por lixo e defensivos agrícolas	7,1%
Fontes de energias renováveis	21,4%
Arborização	7,1%

Água	14,3%
Trabalho voluntário	7,1%
Preservação e conservação do meio ambiente	14,3%
Cuidados com os animais que estão no entorno e dentro da escola	7,1%
Economia de recursos naturais	7,1%
Grupos de trabalho para a manutenção da escola	7,1%
Poluição de modo geral	14,3%
Camada de ozônio	7,1%
Efeito estufa	7,1%
Radioatividade	7,1%
Tratamento de água e esgoto	7,1%
Desertificação	7,1%
Alimentação	7,1%
Mudanças Climáticas	7,1%

Fonte: Elaborado pela autora, 2018.

Percebe-se que houve uma significativa variedade de assuntos trabalhados pelos professores na perspectiva da Educação Ambiental, contudo a maioria obteve pouca frequência entre os professores entrevistados. No entanto, assuntos que envolvem o lixo como separação, destino correto e reciclagem, obtiveram uma frequência de 78,9%, sendo o maior índice dentre os assuntos citados pelos professores.

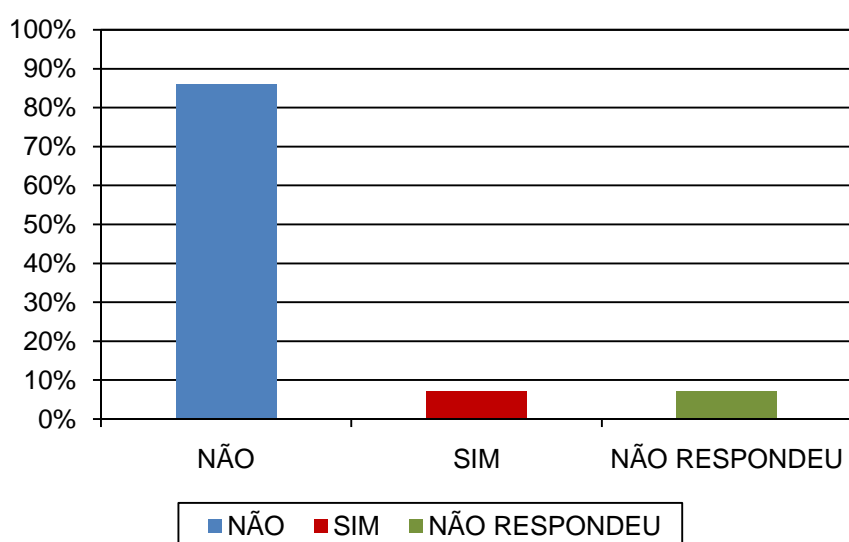
Assuntos relacionados à sustentabilidade foram citados por 28,6% dos professores entrevistados, enquanto fontes de energia sustentáveis por 21,4%. Assuntos como água, preservação e conservação do meio ambiente e poluição de modo geral, foram citados por 14,3% dos professores entrevistados. Do mesmo modo, o assunto poluição dos rios da região, também foi citado por 14,3% dos professores, o que demonstra que uma parcela de professores, mesmo que pequena, está de fato relacionando a Educação Ambiental aos ecossistemas do município de Montenegro. Contudo, nenhum assunto direcionado ao morro São João foi citado pelos docentes.

Os demais assuntos citados pelos professores tiveram uma frequência de apenas 7,1%, sendo citados por apenas um professor dentre os entrevistados. Contudo, alguns assuntos levantados pelos professores merecem destaque como os Objetivos Globais da ONU – Agenda 2030, o qual faz parte de um processo a nível global de mudança de paradigma em prol de um mundo mais sustentável. Frente tamanha importância e engajamento mundial, todos os professores deveriam trabalhar esta temática.

Do mesmo modo, outro assunto abordado pelos professores foi o trabalho voluntário, o qual é um ótimo exemplo de cidadania e uma oportunidade de colocar a Educação Ambiental em prática. Outros dois assuntos ainda chamaram a atenção pela ótima contextualização da Educação Ambiental com o cotidiano da escola: “cuidados com os animais que estão no entorno e dentro da escola” e “grupos de trabalho para a manutenção da escola”.

Visto os assuntos trabalhados pelos professores em suas aulas, a questão 2.7 trouxe o seguinte questionamento: “De forma geral, você considera que a escola trabalha a Educação Ambiental de forma eficaz com os alunos diante dos problemas ambientais atuais? Explique o seu ponto de vista”. Os resultados desta questão seguem expostos na Figura 19:

Figura 19: Questão 2.7: “De forma geral, você considera que a escola trabalha a Educação Ambiental de forma eficaz com os alunos diante dos problemas ambientais atuais? (...)”



Dentre os professores entrevistados, 1 não respondeu a questão 2.7, o que equivale a 7,1% do total. Do mesmo modo, apenas 1 professor, 7,1%, afirmou que considera que a escola trabalha a Educação Ambiental de forma eficaz frente os problemas ambientais atuais:

“Sim, acredito que dentro das condições que possuímos”

Percebe-se que há certo conformismo em relação à opinião deste professor, sua resposta é bem diferente dos outros 85,8% dos professores entrevistados os quais não consideram eficaz a Educação Ambiental desenvolvida na escola frente aos problemas ambientais globais. Para justificar tal posicionamento, os docentes afirmaram, de forma geral, que a escola está no caminho, mas ainda há muita estrada para percorrer:

“Considero que ainda há muito a melhorar neste processo na Escola, mas o tema já está sendo trabalhado e acredito que estamos evoluindo bastante”.

“Ainda há muito o que fazer, os alunos ainda não participam muito e não tem a consciência dos problemas ambientais”.

“Acho que estamos iniciando uma caminhada. Muito ainda terá que ser falado, estudado e executado para que realmente seja possível dizer que é eficaz”.

Alguns professores ainda lembraram-se da necessidade de projetos de Educação Ambiental na escola:

“A abordagem ainda é bastante superficial e faltam projetos concretos de engajamento”.

Lembrando que o ambiente escolar palco para o desenvolvimento da conscientização ambiental:

“Acho que em todos os âmbitos o trabalho de Educação Ambiental pode ser ampliado, pois no ambiente escolar há muitas possibilidades de exploração com alunos de todas as idades”.

Outros professores criticaram a falta de interesse de muitos professores:

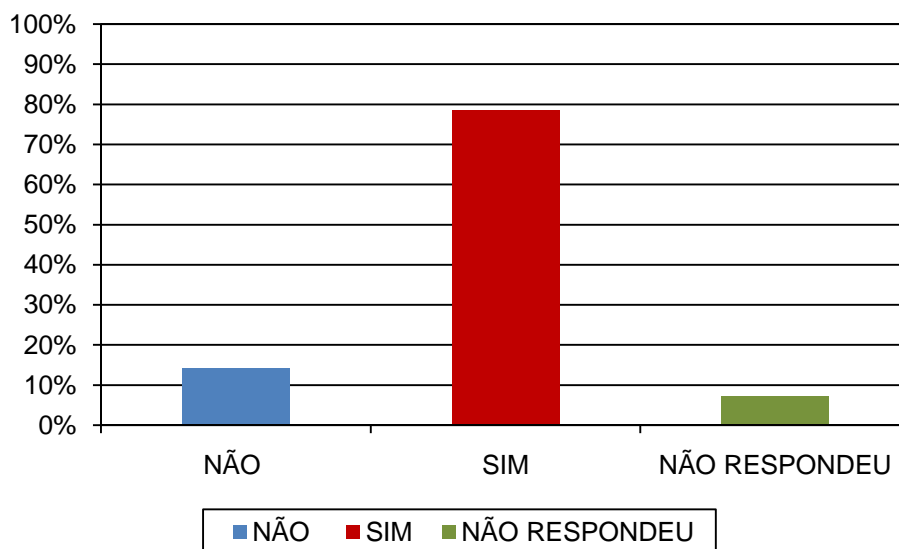
“Não, pois nem todos os professores de interessam em desenvolver a Educação Ambiental”.

Por fim, alguns professores sugeriram que para o desenvolvimento de uma Educação Ambiental realmente eficaz diante dos problemas ambientais atuais é necessária uma disciplina específica para isso:

“Ainda não, penso que deveria haver uma disciplina específica desenvolvendo valores adequados”.

Nesta perspectiva, a última pergunta do questionário semiestruturado direcionado aos professores da escola analisada, questionava os mesmos quanto à necessidade da criação de uma disciplina específica para o ensino de Educação Ambiental. A questão 2.8 era de objetiva, e os professores poderiam escolher entre as opções sim e não. Nesta questão não havia a necessidade da justificativa da resposta, contudo havia um espaço abaixo da mesma para, caso fosse da vontade do professor, deixar alguma observação, o que acabou não acontecendo. Os resultados desta última questão do questionário semiestruturado dos professores segue ilustrado na Figura 20:

Figura 20: Questão 2.8: “Em sua opinião, há a necessidade de se criar uma disciplina específica para o ensino de Educação Ambiental?”



Fonte: Elaborado pela autora, 2018.

Do total de professores entrevistados pelo estudo, 1 não respondeu a questão 2.8, contabilizando 7,1%. Em relação aos docentes que responderam a mesma, 14,3% afirmaram que não há a necessidade da criação de uma disciplina específica

para o desenvolvimento da Educação Ambiental na escola, ao passo que 78,6% dos professores entrevistados creem que há a necessidade da criação da mesma, de modo a corroborar com Projeto de Lei do Senado (PSL) 221 o qual propõe alterar a Lei nº 9.795/99 e instituir a Educação Ambiental como disciplina específica no ensino fundamental e médio.

4.3 ANÁLISE GERAL DOS RESULTADOS OBTIDOS NO PRESENTE ESTUDO

A legislação ambiental brasileira garante como dever do Estado o desenvolvimento da Educação Ambiental, o artigo 2º da PNEA estabelece a mesma como “componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não-formal” (BRASIL, 1999). Corroborando tal ideia o artigo 13º da Política Estadual de Educação Ambiental, do estado do Rio Grande do Sul determina que “a educação ambiental deverá ser desenvolvida como uma prática educativa integrada, contínua e permanente em todos os níveis e modalidades do ensino formal” (RIO GRANDE DO SUL, 2010).

A partir dos resultados obtidos com os questionários semiestruturados foi possível verificar que há um distanciamento em relação às legislações vigentes que amparam o desenvolvimento da Educação Ambiental e a escola. Não é possível afirmar que esse fosso entre a teoria e a prática exista de fato em todas as escolas, espera-se que não, contudo o mesmo está presente na escola analisada e precisa ser superado.

Em um primeiro momento é preciso analisar o professor, pois esse, segundo Moran (2000) é o mediador e orientador da aprendizagem, Freire (1979) ainda completa que a ação docente é a base de uma boa formação escolar, contribuindo para a construção de uma sociedade pensante. Logo, para que haja uma educação de qualidade, em todos os seus aspectos, inclusive no que diz respeito à Educação Ambiental, é preciso capacitar o professor. Neste sentido, antes de analisar a percepção de Educação Ambiental dos alunos, é preciso verificar as orientações de quem o orientou para tal, os seus educadores.

A Lei Federal nº 9.795/99 (PNEA) garante a capacitação dos docentes para o desenvolvimento da Educação Ambiental, consta em seu artigo 11 que:

A dimensão ambiental deve constar nos currículos de formação de professores, em todos os níveis e em todas as disciplinas.
Parágrafo único. Os professores em atividade devem receber formação complementar em suas áreas de atuação, com o propósito de atender adequadamente ao cumprimento dos princípios e objetivos da Política Nacional de Educação Ambiental. (BRASIL, p. 3, 1999)

Os princípios e objetivos que a Lei se reporta são referentes ao pluralismo de ideias e concepções pedagógicas, na perspectiva da inter, multi e transdisciplinaridade de forma contínua e permanente no processo educativo. (BRASIL, 1999). Logo, sob a premissa da legislação vigente, conclui-se que os professores devem receber formação para o desenvolvimento da Educação Ambiental durante o seu curso de formação, bem como, ao longo da sua jornada docente.

Contudo, foi possível perceber que esta formação de fato não ocorre com os professores da escola analisada, uma vez que apenas 28,6% afirmaram possuir alguma capacitação ou curso de extensão que de lhe dê subsídios necessários para desenvolver a Educação Ambiental em sala de aula. Além disso, os professores que afirmaram possuir tal formação, ao descreve - lá, foi possível verificar que nenhuma é oriunda diretamente de cursos de formação inicial de professores ou do Estado, visto que a escola é pública. Tal índice fica ainda mais preocupante quando se leva em consideração a abstenção dos professores em relação à participação neste estudo, a qual foi de 46,2%, o que revela a falta de interesse no assunto e a, conseqüente, falta de formação em Educação Ambiental.

No entanto, todos os professores da escola já passaram por algum curso de formação para exercer a carreira docente, seja este licenciatura ou pós-graduação em educação, logo as instituições de ensino que formam tais profissionais deveriam fornecer a capacitação necessária, conforme determina a legislação. Do mesmo modo, os órgãos responsáveis pela educação, tanto em âmbito federal quanto estadual, deveriam fornecer uma formação complementar aos seus professores, segundo consta na legislação.

Medina (2001) aponta que as características específicas da Educação Ambiental exigem processos específicos de capacitação dos professores para implantar de forma eficaz a EA nas escolas. Pois assim como qualquer outra área do conhecimento a Educação Ambiental possui especificidades conceituais que devem

ser compreendidas com clareza para um correto desempenho do processo de ensino e aprendizagem.

A Educação Ambiental deve ser trabalhada nas escolas de modo a desenvolver nos alunos uma compreensão crítica e global do ambiente em que estão inseridos, permitindo assim a formação de uma postura ética, consciente e participativa visando à melhoria da qualidade de vida, eliminação da pobreza extrema e do consumismo desenfreado. Nesta perspectiva a EA deve ser encarada como processo contínuo, o qual deve educar os cidadãos para o desenvolvimento sustentável, no que diz respeito ao uso dos recursos naturais e sociais. As relações econômicas, políticas, culturais, de gênero devem fazer parte deste processo. (MEDINA, 2001; ADMS, 2012; DIAS, 2004; CARVALHO, 2006; BRASIL, 1999; BRASIL 2012, ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2015).

Equivocam-se quem associa a Educação Ambiental apenas com os conteúdos específicos de biologia. Reigota (1995) atenta o fato da formação do educador ambiental não deve restringir-se as dimensões dos aspectos naturais do meio, caracterizando um reducionismo biológico. A EA é a resposta, no âmbito da educação, aos desafios atuais enfrentados pela sociedade em que estamos inseridos.

A Educação Ambiental visa à construção de relações sociais, econômicas e culturais capazes de respeitar e incorporar as diferenças (minorias étnicas, populações tradicionais), à perspectiva da mulher e à liberdade para decidir caminhos alternativos de desenvolvimento sustentável, respeitando os limites dos ecossistemas, substrato de nossa própria possibilidade de sobrevivência como espécie. (apud MEDINA, 2001, p. 18.)

Neste sentido, ao analisar os dados coletados através dos questionários semiestruturados, principalmente no aplicado aos alunos, percebe-se que o conceito de ensino aprendizagem da Educação Ambiental ainda está muito reduzido aos aspectos naturais do meio, conceituando a EA de forma genérica e sem contextualizar com o meio que os entrevistados estão inseridos. Modelando assim um ensino e aprendizagem com uma precariedade estrutural advinda da base do processo: a precária formação do professor em relação à Educação Ambiental.

Contudo, tal modelo de EA não pode ser considerado como algo totalmente errado, mas sim incompleto no que diz respeito ao eixo social na construção de uma sociedade sustentável. Entende-se que não cabe aqui julgamento aos professores, pois com toda a certeza, na maioria dos casos, fazem o melhor que podem, de

acordo com o que o meio escolar e educacional oferece, com base na formação acadêmica e continuada fornecida pelos órgãos responsáveis.

Todavia, percebe-se que há tanto alunos, como professores que compreendem a EA de forma mais ampla, levantando questões além do aspecto natural do meio, como o trabalho voluntário, ajuda e respeito ao próximo e os objetivos para o desenvolvimento sustentável da ONU. Observa-se que entre os professores que aceitaram participar do estudo há um maior entendimento sobre a Educação Ambiental e um consequente engajamento para a prática da mesma, mesmo não havendo uma organização homogênea e linear por parte de todo o corpo docente da escola.

Verificada esta fragilidade é preciso avaliar o que está sendo desenvolvido neste contexto. De forma majoritária, as ações envolvendo o lixo, separação de resíduos e a reciclagem foram as mais citadas, tanto pelos alunos, como pelos professores, em relação ao desenvolvimento da Educação Ambiental na escola. Sem dúvidas esta temática é muito importante para a construção de uma sociedade sustentável, porém não é a única. A escola deve, com toda a certeza, trabalhar tais questões, contudo, de forma alguma, pode se limitar apenas a esta temática como sinônimo único de EA.

Percebe-se também que parte dos alunos consegue contextualizar ações de Educação Ambiental com o meio em que estão inseridos, como o ambiente escolar, e a cidade onde moram. Contudo, tal percepção ainda está muito ligada às questões que envolvem justamente o lixo, separação de resíduos e a reciclagem. Sendo assim, tal percepção contextualizada sobre EA precisa ser ampliada, em relação ao número de alunos que a possuem, bem como, expandida para outras temáticas as quais também compõem a Educação Ambiental.

Neste sentido, é de extrema importância trabalhar questões como os ecossistemas que formam o município de Montenegro, como o rio Caí e o morro São João. Tais aspectos apresentaram uma frequência baixíssima de menções nos questionários, tanto dos alunos, quanto dos professores entrevistados. Visto a tamanha importância de ambos os ecossistemas, é fundamental que haja um estudo adequado dos mesmos, associado às práticas de Educação Ambiental, visando a consequente preservação e manejo adequado destes importantes ecossistemas que compõem a paisagem do município de Montenegro.

Outro aspecto de importante destaque é que a BNCC elenca a Educação Ambiental como tema contemporâneo, o qual deve ser incorporado nos currículos escolares de forma transversal e integrada, sob uma abordagem crítica (BRASIL, 2016). Do mesmo modo, o Programa Nacional de Educação Ambiental instituiu como diretriz a transversalidade e a interdisciplinaridade do ensino aprendizagem da Educação Ambiental. (BRASIL, 2004).

Neste sentido, segundo Ferreira in Fazenda (1993), interdisciplinaridade pode ser entendida como a troca, reciprocidade entre as diferentes áreas do conhecimento. Já a transversalidade, a qual faz referência aos temas contemporâneos, instituídos pela BNCC, os quais, de acordo com Yus (1998), caracterizam-se por um conjunto de conteúdos educativos e eixos condutores das atividades escolares que, não estando ligados a nenhuma temática particular, pode se considerar que são comuns a todos, de forma que, mais do que criar uma disciplina específica, deve-se ser trabalhado de forma transversal nos currículos escolares.

Logo, para que essas diretrizes instituídas façam parte de forma autêntica do cotidiano escolar é necessário o trabalho em conjunto dos professores, através da organização de “projetos interdisciplinares” a respeito da temática da Educação Ambiental. No entanto, tal ação não foi citada por nenhum dos professores entrevistados, mostrando-se como umas das carências diagnosticadas em relação ao desenvolvimento da EA na escola.

Seguindo esta linha de raciocínio, de baixa troca entre os professores, em relação à organização de projetos interdisciplinares de EA, a maioria dos docentes entrevistados acha que há a necessidade da criação de uma disciplina específica para o desenvolvimento da Educação Ambiental. Nesta situação, é provável que apenas os professores específicos desta disciplina trabalhem a EA, enquanto os demais podem acabar permanecendo estagnados e alienados em relação ao desenvolvimento da EA em suas aulas, uma vez que já iria existir um professor e um momento específico para trabalhar esta temática.

Esta é uma realidade que pode ocorrer se o PLS 221, o qual pretende alterar a Lei nº 9.394/1996, onde são fixadas as diretrizes e bases da educação, e a Lei nº 9.795/99, a qual discorre sobre a EA e institui a PNEA, for aprovada. Pois a mesma pretende tornar a Educação Ambiental uma disciplina específica no ensino fundamental e médio (LIMA, 2015). Logo, a transversalidade a qual deveria existir no

ensino e aprendizagem nas diferentes áreas do ensino em relação à EA, tende a diminuir cada vez mais caso a Educação Ambiental seja estabelecida como uma disciplina específica do currículo escolar.

Contudo, durante a execução deste trabalho, foi verificada que esta realidade já existe na escola municipal de ensino fundamental ao lado da escola analisada, a qual possui uma disciplina específica para o desenvolvimento da Educação Ambiental, nas turmas do 1º ao 5º do ensino fundamental, com professores e sala de aulas específicos para isso. Não há dados suficientes para saber como esta variável influencia no desenvolvimento da EA dentro do contexto desta instituição, em relação à transversalidade.

No entanto, foi nítida a influência desta instituição de ensino nos resultados obtidos neste estudo, uma vez que parte considerável dos alunos é oriunda da mesma. Sendo assim, imagina-se que foi neste contexto que muitos alunos já estudaram a Educação Ambiental no ensino fundamental, de acordo com os resultados obtidos nos questionários.

Do mesmo modo, os questionários apontaram que o índice de alunos o qual relata ter visto a Educação Ambiental no ensino médio, tanto na modalidade de turno integral, como na regular, é baixa em relação ao ensino fundamental. Este índice decai ainda mais em relação à Educação de Jovens e Adultos. Tal realidade, associado ao fato da maior parte dos alunos entrevistados perceber a EA de maneira simplista e ainda muito ligada as questões naturais do meio, de forma desconexa com o contexto em que estão inseridos, caracteriza a necessidade urgente do desenvolvimento de uma Educação Ambiental nas modalidades de ensino de nível médio capaz de ser, de fato, a resposta no âmbito da educação aos desafios atuais enfrentados pela sociedade em que estamos inseridos.

Para que isso ocorra é preciso criar uma ponte que termine com o fosso o qual separa a legislação que rege a Educação Ambiental e a escola. Tal perspectiva só será possível a partir da capacitação do corpo docente das instituições de ensino. Neste sentido, é essencial que os professores tenham subsídios necessários para compreender a importância do desenvolvimento da EA, bem como, incentivo e espaço para a construção e execução de projetos interdisciplinares que despertem a consciência da sustentabilidade local, regional e global sadia para um mundo ambientalmente e socialmente justo.

4.4 PROPOSTA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA A ESCOLA ANALISADA: AÇÃO PRÁTICA DO PROFISSIONAL ESPECIALISTA EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL

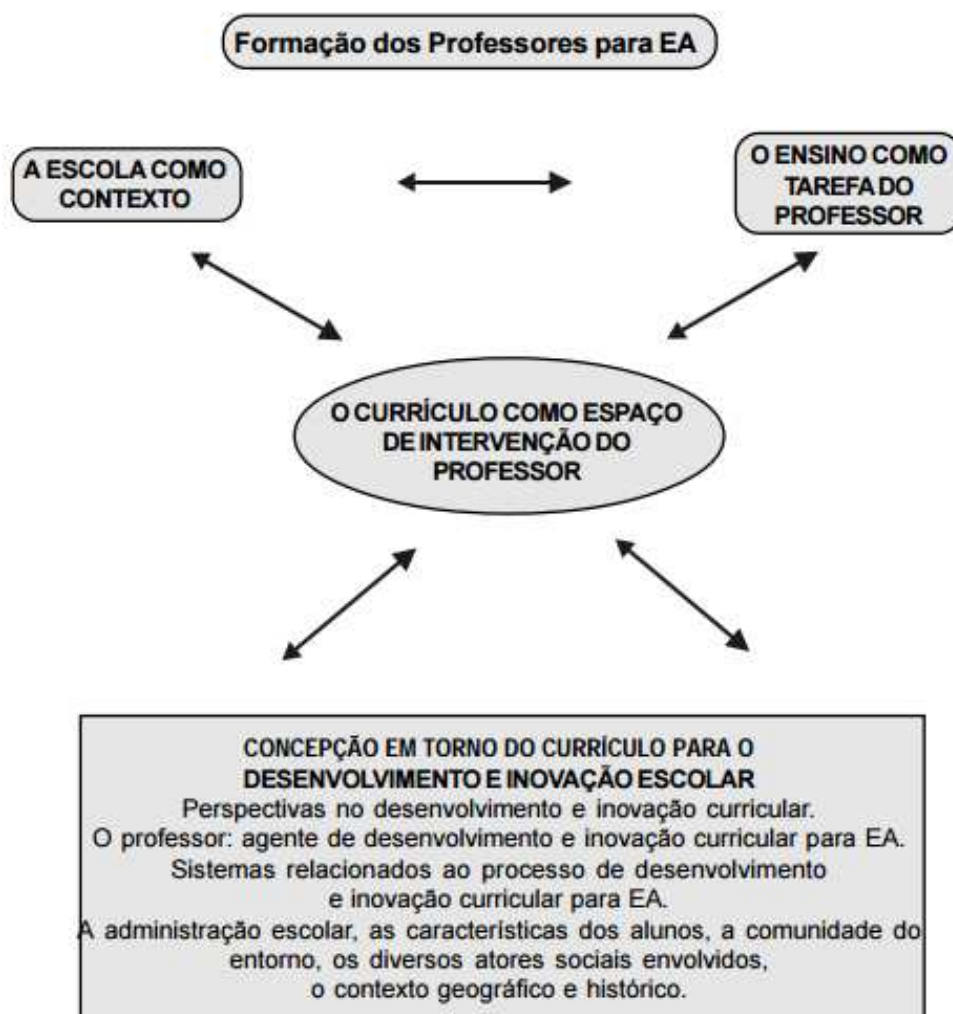
Com base na análise geral dos resultados obtidos no presente estudo, percebe-se que um profissional especialista em Educação Ambiental deve antes de propor qualquer atividade aos alunos, visando suprir as carências e anseios diagnosticados, capacitar o corpo docente para tal, pois como mediadores do conhecimento, estes precisam estar inseridos no contexto da EA. Nesta perspectiva, o profissional especialista em Educação Ambiental, em comum acordo com a equipe diretiva da escola, deve proporcionar e organizar meios necessários para a formação dos professores e demais funcionários da escola.

Visto que a instituição de ensino analisada é pública, de caráter estadual, conclui-se que, provavelmente, a mesma não irá possuir recursos financeiros os quais possibilitem o pagamento desta formação ao profissional habilitado. Contudo, este processo é facilitado quando o próprio profissional já é funcionário do estado. Sendo assim, uma vez planejada tal atividade com os órgãos vigentes, o funcionário especializado em EA pode exercer parte da sua carga horária na atividade de organização e realização da formação continuada dos professores e demais funcionários.

Sugere-se que tal atividade seja feita no período de férias escolares dos estudantes, no momento em que os professores retomam as suas atividades na escola e organizam o novo ano letivo. Do mesmo modo, tal capacitação também pode ocorrer em demais momentos do ano letivo, de acordo com o calendário de atividades da escola, organizado pela equipe diretiva.

Em relação às metodologias utilizadas para a realização desta formação continuada, Carvalho (2001), lembra que na formação e capacitação dos professores para a EA os aspectos relacionados com a natureza do conhecimento científico e com as influências de fatores de ordem econômica, política e social no processo de produção desse conhecimento não podem deixar de ser considerados. Medina (2001) aponta que todo o curso de capacitação de professores em Educação Ambiental deve considerar os elementos abordados na Figura 21:

Figura 21: Elementos a serem abordados em cursos de capacitação de professor



Fonte: MEDINA, p. 22, 2001.

Posterior a esta formação em EA, é fundamental que ocorra na instituição de ensino um movimento, o qual envolva os professores das diferentes áreas curriculares, de elaboração de propostas de ensino relacionadas com a EA, garantindo que projetos interdisciplinares sejam desenvolvidos pela escola. Porém estes não devem ser vistos como atividades extracurriculares, mas sim como atividades que fazem parte do currículo da escola, associadas ao Plano Político Pedagógico (PPP) da instituição. Carvalho (2001) garante que este movimento seria um ganho significativo em termos de uma maior contextualização em relação ao currículo como um todo.

Recomenda-se que a capacitação dos professores e demais funcionários da escola seja feita a partir dos seguintes seguimentos:

- a) Concepção de Educação Ambiental: entendimento da importância da EA na sociedade atual para a construção de uma sociedade sustentável no que diz respeito ao uso de recursos naturais e questões sociais;
- b) Problemas ambientais globais: entendimento a respeito dos problemas ambientais que afetam em nível global a sociedade atual, como aquecimento global, mudanças climáticas, desmatamento e poluição dos diferentes ecossistemas;
- c) Problemas da sociedade moderna: entendimento a respeito dos problemas característicos da sociedade moderna, como consumismo, má distribuição dos recursos alimentícios e uso indiscriminado dos recursos ambientais não renováveis;
- d) Problemas ambientais locais: entendimento a respeito da atual situação do município de Montenegro, no que diz respeito a itens como o lixo, descarte de resíduos perigosos, rio Caí e morro São João;
- e) Problemas sociais: entendimento a respeito dos principais problemas no âmbito social, como saúde pública, preconceitos e pobreza;
- f) Parâmetros que regem o desenvolvimento da Educação Ambiental: conhecimento das principais legislações que norteiam a EA, bem como das plataformas e programas inseridos neste meio, como a Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável, juntamente com os ODS, e o Programa Cidades Sustentáveis, o qual o município de Montenegro faz parte.
- g) Detecção e resolução de problemas no âmbito escolar: entendimentos de como os educadores podem abordar a temática pertinente a EA em sala de aula a fim de promover uma efetiva tomada de consciência e ações críticas sobre a mesma, estimulando o desenvolvimento de projetos interdisciplinares.

Somente deste modo, com a inserção de uma formação continuada e progressiva aos docentes, a percepção de Educação Ambiental dos alunos das diferentes modalidades da escola irá progredir e se alinhar com o que realmente espera-se, uma percepção de EA ambiental ampla, contextualizada e eficaz para a formação de cidadãos conscientes a respeito da sustentabilidade local, regional e global sadia para a construção de um mundo ambientalmente e socialmente justo, de acordo com o que a legislação vigente espera e o planeta necessita.

Contudo, vale lembrar que este processo deve ser contínuo e atualizado sempre que necessário, do mesmo modo, é imprescindível que constantes avaliações da percepção de Educação Ambiental dos alunos das diferentes modalidades de ensino sejam feitas nos próximos anos para certificar que houve uma progressiva melhora, bem como, para saber os aspectos que se deve melhorar.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho diagnosticou que a percepção de Educação Ambiental da maior parte dos alunos das diferentes modalidades de ensino escola analisada ainda é bastante limitada, de uma maneira simplista, muito ligada às questões naturais do meio e não interligada com o contexto em que estão inseridos. De um modo geral, percebe-se que quanto maior a vivência dos alunos, maior a sua concepção em relação à EA.

O estudo também ilustrou a necessidade urgente de um melhor desenvolvimento da Educação Ambiental em todas as modalidades de ensino de nível médio, contudo, para isso de fato ocorra é imprescindível a capacitação do corpo docente da escola em relação à EA. Somente uma escola com um grupo coeso de professores habilitados para o desenvolvimento da Educação Ambiental é capaz de melhorar a percepção dos seus alunos em relação à mesma. Neste sentido, é necessário que haja o desenvolvimento de metodologias que unifiquem e dêem suporte para o desenvolvimento de uma EA eficiente frente aos problemas enfrentados pela sociedade atual.

Sabe-se que o presente trabalho analisou somente a percepção de Educação Ambiental de uma escola específica, inserida em um contexto singular característico, não se sabe qual é a realidade das demais escolas. Contudo, se houver a execução das propostas levantadas por esse trabalho na instituição de ensino analisada, haverá uma mudança de paradigma local na comunidade escolar e a resolução progressiva de problemas que envolvem a carência de consciência ambiental adquirida através da EA.

Neste contexto, a formação de profissionais capacitados especialistas em Educação Ambiental, bem como, divulgação de estudos como este, irão fazer com que ações capazes de educar ambientalmente a sociedade se multipliquem, acarretando na progressiva melhoria de um bem comum a todos os seres vivos: as condições de vida no nosso planeta.

REFERÊNCIAS

ADAMS, Berenice Gehlen. **A Importância da Lei 9.795/99 e das diretrizes curriculares nacionais da Educação Ambiental para docentes.** Revista Monografias Ambientais v. 10, n. 10, 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/index.php/remoa/article/view/6926>. Acesso em agosto de 2018.

BARBIERI, José Carlos. **Educação Ambiental Legal.** EA os problemas ambientais. Brasília, 2002. Brasília, DF: Ministério da Educação Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/educacaoambiental/ealegal.pdf>. Acesso em agosto de 2018

BORTOLON, Brenda; MENDES, Marisa Schmitt Siqueira. **A Importância da Educação Ambiental para o Alcance da Sustentabilidade.** Revista Eletrônica de Iniciação Científica. Itajaí, Centro de Ciências Sociais e Jurídicas da UNIVALI. v. 5, n.1, p. 118-136, 1º Trimestre de 2014. Disponível em: www.univali.br/ricc. Acesso em agosto de 2018.

BRASIL, Ministério da Educação (MEC). **Resolução nº 2, de 15 de junho de 2012.** Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental. Disponível em: <http://conferenciainfante.mec.gov.br/images/pdf/diretrizes.pdf>. Acesso em agosto de 2018.

BRASIL, Ministério da Educação. **Educação Ambiental – Políticas de Melhoria da Qualidade de Educação: Um balanço institucional.** Brasília. [2018?]. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Relat.pdf>. Acesso em agosto de 2018

BRASIL, Ministério da Educação. **Proposta de Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental [2018?]** Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/publicacao13.pdf>. Acesso em agosto de 2018.

BRASIL, Ministério do Meio Ambiente (MMA). **Carta de Belgrado.** Disponível em: http://www.mma.gov.br/port/sdi/ea/deds/pdfs/crt_belgrado.pdf Acesso em agosto de 2018

BRASIL, Ministério do Meio Ambiente (MMA). **Declaração de Estocolmo, 1972.** Disponível em: <https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=0ahUKEwi87YKuwpQQAhUFvJAKHRZPDRYQFggbMAA&url=http%3A%2F%2Fwww.mma.gov.br%2Fpublicacoes%2Feducacao-ambiental%2Fcategory%2F98-pronea%3Fdownload%3D1094%3Aprograma-nacional-de-educacao%25C3%25A7%25C3%25A3o-ambiental-4%25C2%25AAedi%25C3%25A7%25C3%25A3o&usg=AFQjCNG13oqEzcLa5Q3hWrArwSHw0nZPNQ&bvm=bv.138493631,d.Y2I>. Acesso em agosto de 2018.

BRASIL. **Constituição da Republica Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em agosto de 2018

BRASIL. **LEI Nº 13.005, DE 25 DE JUNHO DE 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm>. Acesso em agosto de 2018.

BRASIL. **Lei nº 6.938 de 31 de agosto de 1981**. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6938.htm>. Acesso em agosto de 2018

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em agosto de 2018.

BRASIL. **Lei no 10.172, de 9 de janeiro de 2001**.. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10172.htm>. Acesso em agosto de 2018.

BRASIL. **Lei no 9.795, de 27 de abril de 1999**. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9795.htm>. Acesso em agosto de 2018.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). **Base Nacional Curricular Comum**. Brasília, 2015. Disponível em: <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/#/site/inicio>>. Acesso em agosto de 2018.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). **Base Nacional Curricular Comum**. Brasília, 2016. Disponível em: <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/documentos/bncc-2versao.revista.pdf>> Acesso em agosto de 2018.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). **Base Nacional Curricular Comum**. Brasil, 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em setembro de 2018.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente e Ministério da Educação. **Programa Nacional de Educação Ambiental**. 3ed, 2005. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/educacaoambiental/pronea3.pdf>. Acessado em agosto de 2018.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente e Ministério da Educação. **Programa Nacional de Educação Ambiental** . 4ed, 2014. Disponível em: <https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=0ahUKEwi87YKuwpQQAhUFvJAKHRZPDRYQFggBMAA&url=http%3A%2F%2Fwww.m>

ma.gov.br%2Fpublicacoes%2Feducacao-ambiental%2Fcategory%2F98-prone%3Fdownload%3D1094%3Aprograma-nacional-de-educacao%25C3%25A7%25C3%25A3o-ambiental-4%25C2%25AA-edi%25C3%25A7%25C3%25A3o&usg=AFQjCNG13oqEzcLa5Q3hWrArwSHw0nZPNQ&bvm=bv.138493631,d.Y2I. Acessado em agosto de 2018.

CAPRA. **Alfabetização Ecológica: O Desafio para a Educação do Século 21.** In: TRIGUEIRO, A. (coord.) Meio Ambiente no Século 21: 21 especialistas falam da questão ambiental nas suas áreas de conhecimento. Rio de Janeiro: Sextante, 2003.

CARVALHO, Luiz Marcelo. **A formação dos professores em educação ambiental.** A Educação Ambiental e a formação de professores (Unesp), Rio Claro, São Paulo. 2001. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/educacaoambiental/panorama.pdf#page=55>. Acessado em setembro de 2018.

CARVALHO, Vilson Sérgio. **Educação ambiental & desenvolvimento comunitário.** Wak Editora, 2006.

CASCINO, Fabio. **Educação Ambiental:** princípios, história e formação de professores. 1^o ed São Paulo: SENAC São Paulo, 1999.

CÓRDULA, Eduardo Beltrão de Lucena. **Educação Ambiental: tipologias, concepções e práticas.** 2014. Disponível em: <http://www.educacaopublica.rj.gov.br/biblioteca/meioambiente/0049.html>. Acessado em setembro de 2018.

CZAPSKI, Silva. **A Implantação da Educação Ambiental no Brasil.** 1^o ed. Brasília-DF, 1998. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me001647.pdf>. Acesso em agosto de 2018

DIAS, Genebaldo Freire. **Educação Ambiental:** princípios e práticas. 1^o ed. São Paulo: Gaia, 1992.

DIAS, Genebaldo Freire. **Educação Ambiental:** princípios e práticas. 9^o ed. São Paulo: Gaia, 2004.

FAZENDA, Ivani C. Arantes. **Integração e Interdisciplinaridade no Ensino Brasileiro: Efetividade ou Ideologia?** São Paulo: Cortez, 1979. 2a ed., 1993.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** São Paulo: Paz e Terra, 1979

FUNDAÇÃO ESTADUAL DE PROTEÇÃO AMBIENTAL HENRIQUE LUIZ ROESSLER (FEPAM). **Bacia hidrográfica do Rio Caí.** Disponível em: http://www.fepam.rs.gov.br/qualidade/qualidade_cai/cai.asp. Acesso em setembro de 2018.

GADOTTI, Moacir. Pedagogia da terra e cultura de sustentabilidade. **Revista Lusófona de Educação**, p. 15-29, 2005 Disponível em: <http://recil.grupolusofona.pt/bitstream/handle/10437/1437/Educacao06_Moacir.pdf?sequence=1> . Acesso em setembro de 2018.

GEOLINKS Geólogos Associados (1998) - **Plano de Manejo do Morro São João – Prefeitura Municipal de Montenegro** – Secretaria Municipal de Agricultura Indústria e Comercio - Diretoria de Meio Ambiente, 65p.

GUIMARÃES, Mauro. **A Dimensão Ambiental na Educação Ambiental**. 1º ed Campinhas, São Paulo: Papirus, 1995.

GUIMARÃES, Mauro. **Educação ambiental: no consenso um embate?**. 1º ed Papirus Editora, 2000.
<http://www.al.rs.gov.br/FileRepository/repLegisComp/Lei%20n%C2%BA%2011.730.pdf>. Acesso em agosto de 2018

JACOBI, Pedro Roberto. **Educação ambiental: o desafio da construção de um pensamento crítico, complexo e reflexivo**. Educação e pesquisa, v. 31, n. 2, p. 233-250, 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/%0D/ep/v31n2/a07v31n2.pdf>> Acesso em agosto de 2018.

KUNZLER, Anne. **Rio Caí pode morrer em uma década?** 2015. Disponível em: <http://www.betaredacao.com.br/rio-cai-pode-morrer-em-uma-decada/> Acesso em setembro de 2018.

LIMA, Cássio Cunha. **Projeto de Lei do Senado nº 221, de 2015**. Senado Federal. Brasília. Disponível em: <<http://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/120737>>. Acesso em setembro de 2018.

MARCATTO, Celso. **Educação Ambiental: Conceitos e Princípios**. 1 ed, Belo Horizonte: FEAM, 2002. Disponível em: <http://www.feam.br/images/stories/arquivos/Educacao_Ambiental_Conceitos_Principios.pdf>. Acesso em setembro de 2018.

MAZZOTTI, Tarso B. **Representação social de ‘problema ambiental’ uma contribuição a educação ambiental**. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. Brasília, v. 78, nº188/189/190, jan./dez.1997. Disponível em: <http://www.mazzotti.pro.br/downloads/downloads-7/files/mazzottirsproblambiental.pdf> Acesso em agosto de 2018.

MEDINA, Naná Mininni. **A formação dos professores em educação ambiental**. SEF. Panorama da educação ambiental no ensino fundamental. Brasília: MEC/SEF, p. 17-24, 2001. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/coea/panorama.pdf#page=17>. Acesso em outubro de 2018

MEDINA, Naná Mininni. **Breve Histórico da Educação Ambiental**. 1997. Disponível em: <http://usuarios.upf.br/~clovia/Edambpos/texto01.pdf> . Acesso em agosto de

2018.

MONTENEGRO. **Avaliação Ambiental – Morro São João**. 2011. Disponível em: https://vivaomorro.files.wordpress.com/2012/01/relatorio_morro_sao_joao_23_12_2011.pdf. Acessado em: setembro de 2018.

MONTENEGRO. **Lei nº 4.293 de 20 de outubro de 2005. Institui o código do Meio Ambiente do Município**. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/rs/m/montenegro/lei-ordinaria/2005/430/4293/lei-ordinaria-n-4293-2005-institui-o-codigo-de-meio-ambiente-do-municipio>. Acessado em setembro de 2018 .

MONTENEGRO. **Plano de Metas Plataforma Cidades Sustentáveis**. Disponível em: <https://indicadores.cidadessustentaveis.org.br/br/RS/montenegro>. Acesso em: agosto de 2018.

MONTENEGRO. **Plano de Saneamento**. 2011. Disponível em: https://www.montenegro.rs.gov.br/imgs_textos/PLANO%20DE%20SANEAMENTO%20MONTENEGRO.pdf. Disponível em agosto de 2018

MONTENEGRO. **Prefeitura Municipal de Montenegro**. 2018. Disponível em: http://www.montenegro.rs.gov.br/home/show_page.asp?titulo=Munic%EDpio&categoria=Munic%EDpio&codID_CAT=503&INC=&imgCAT=. Acessado em setembro de 2018.

MONTENEGRO. **Serviços de Educação Ambiental**. 2018. Disponível em: http://www.montenegro.rs.gov.br/home/show_page.asp?titulo=Servi%E7o%20de%20Educa%E7%E3o%20Ambiental&categoria=Secretarias&codID_CAT=344&id_CONTEUDO=2476&INC=includes/show_texto.asp&imgCAT=tema_search.jpg. Acesso em setembro de 2018

MORAN. **A integração das tecnologias na educação**. Artigo publicado na revista Informática na Educação: Teoria & Prática. Porto Alegre, vol. 3, n.1 (set. 2000) UFRGS. Programa de Pós-Graduação em Informática na Educação, pág. 137-144.

NAÇÕES UNIDAS **Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**. 2016. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2015/10/agenda2030-pt-br.pdf>. Acessado em setembro de 2018.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**. 2015. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>. Acessado em setembro de 2018.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Do Rio à Rio +20**. 2012. Disponível em: <http://www.onu.org.br/rio20/tema/desenvolvimento-sustentavel/>. Acessado em setembro de 2018.

PEDRINI, A. G. (org.). **Educação Ambiental: reflexões e práticas contemporâneas**. 3. ed. Petrópolis: Ed. Vozes, 2000.

PEDROLLO, Márcia . **ALERTA HIDROLÓGICO DA BACIA DO RIO CAÍ** concepção e implantação do sistema. 2011. Disponível em: http://www.cprm.gov.br/publique/media/Evento_Alerta_Pedrollo.pdf. Acessado em agosto de 2018.

PROGRAMA CIDADES SUSTENTÁVEIS. **Eixos da Plataforma Cidades Sustentáveis**. 2018. Disponível em: <https://www.cidadessustentaveis.org.br/eixos>. Acesso em agosto de 2018.

REIGOTA, Marcos. **O que é educação ambiental**. 2º ed Brasiliense, 2009.

REVISTA DO PLANO CAÍ: **Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica do Rio Caí**, Porto Alegre, n.2, set., 2009.

RIO GRANDE DO SUL. **DECRETO Nº 53.913, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2018**. Institui Programa de Educação em Tempo Integral no Ensino Médio, nas escolas de ensino médio da rede pública estadual. Disponível em: <http://www.al.rs.gov.br/filerepository/repLegis/arquivos/DEC%2053.913.pdf>. Acesso em outubro de 2018.

RIO GRANDE DO SUL. **Lei nº 13.597 de 30 de dezembro de 2010**. Dispõe sobre a Educação Ambiental, institui a Política Estadual de Educação Ambiental, cria o Programa Estadual de Educação Ambiental, e complementa a Lei Federal nº 9.795, de 27 de abril de 1999, no âmbito do Estado do Rio Grande do Sul. Disponível em: http://www.fzb.rs.gov.br/upload/1366827322_Lei13.597.pdf. Acesso em agosto de 2018.

SANTOS, Edna Maria dos; FARIA, Lia Ciomar Macedo de. O educador e o olhar antropológico. **Fórum Crítico da Educação**: Revista do ISEP/Programa de Mestrado em Ciências Pedagógicas. v. 3, n. 1, out. 2004. Disponível em: <<http://docplayer.com.br/2709823-Issn-on-line-1808-7272-issn-impreso-1677-8375-forum-critico-da-educacao-revista-do-isep.html>> Acesso em agosto de 2018.

SÃO PAULO. **Roteiro para a Elaboração de Projetos em Educação Ambiental**. São PAULO, 2013. Disponível em: <http://www.ambiente.sp.gov.br/cea/files/2014/01/roteiro-proj-ea.pdf>. Acessado em outubro de 2018.

SAUVÉ, Lucie. **Uma cartografia das correntes em educação ambiental**. 2003. Disponível em: http://web.unifoa.edu.br/portal_ensino/mestrado/mecsma/arquivos/sauve-l.pdf. Acessado em agosto de 2018 .

SILVA, Danise Guimarães da. **A importância da Educação Ambiental para a Sustentabilidade**. 2012 11 f Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização (Especialista em Ciências Biológicas com ênfase em Gestão Ambiental). Faculdade Estadual de Educação, Ciências e Letras de Paranavaí – FAFIP. São Joaquim, 2012. Disponível em: <<http://www.uniedu.sed.sc.gov.br/wp-content/uploads/2014/04/DANISE-GUIMARAES-DA-SILVA.pdf>>. Acesso em agosto de 2018.

SORRENTINO, Marcos et al. Educação ambiental como política pública. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 31, n. 2, p. 285-299, 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ep/v31n2/a10v31n2>>. Acesso em outubro de 2018.

SOUZA, Vania Xavier de. **A Educação Ambiental e Sustentabilidade: A Busca Pela Valorização Da Vida**. 2015 . 85 f. Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização (Especialista em Direito Ambiental). Universidade Candido Mendes Pós-Graduação “Lato Sensu” AVM Faculdade Integrada. Rio de Janeiro, 2015 Disponível em: <http://www.avm.edu.br/docpdf/monografias_publicadas/K229395.pdf>. Acesso em agosto de 2018.

YUS, R. **Temas transversais: em busca de uma nova escola**. Porto Alegre: ArtMed, 1998.

ZANARDI, Belisa Neves. **Concepções de Educação Ambiental de Graduandas em Pedagogia**. 2010. 127 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Ciências Biológicas) Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas, Universidade Presbiteriana Mackenzie. São Paulo, 2010. Disponível em: <http://www.mackenzie.br/fileadmin/Graduacao/CCBS/Cursos/Ciencias_Biologicas/1o_2012/Biblioteca_TCC_Lic/2010/1o_2010/BELISA.pdf>. Acesso em agosto de 2018

APÊNDICE A – Questionário aplicado aos alunos

APRESENTAÇÃO

A presente pesquisa faz parte de um trabalho de conclusão de curso de Especialização em Educação Ambiental, pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), o qual tem como objetivo verificar o conhecimento dos alunos desta escola em relação à Educação Ambiental. Assim, por meio deste questionário, pretende-se recolher dados com os alunos de todas as modalidades de ensino da escola.

Sua colaboração é fundamental para essa pesquisa. Solicito que sejam respondidas as questões abaixo e que seja feita a entrega do questionário na maior brevidade possível. Agradecimentos pela atenção e colaboração.

Pós graduanda Talita Renata dos Santos.

I-IDENTIFICAÇÃO DO ALUNO:

Turma:

Idade:

II-SOBRE EDUCAÇÃO AMBIENTAL:

2.1. Você já ouviu falar em Educação Ambiental na sua vida escolar?

() Não () Sim

2.2 Se você respondeu sim na questão anterior, afirmando que já ouviu falar em Educação Ambiental na sua vida escolar, defina em que modalidade de ensino isso já aconteceu (neste item você pode marcar mais de uma opção):

() Ensino fundamental

() Ensino médio

() Educação de jovens e adultos

2.3 Para você, o que é Educação Ambiental?

2.4 Você se considera uma pessoa que pratica a Educação Ambiental na sua vida cotidiana?

() Não

() Sim

2.5 Se você respondeu sim na questão anterior, afirmando praticar a

Educação Ambiental na sua vida cotidiana, cite as suas principais ações:

2.6 Você acha que a sua escola atual poderia desenvolver melhor a Educação Ambiental?

() Não

() Sim

2.7 Se a sua escola atual desenvolvesse um projeto de Educação Ambiental, você acha que isso te ajudaria a se tornar uma pessoa de hábitos mais sustentáveis?

() Não

() Sim

2.8 Cite assuntos relacionados à Educação Ambiental que você gostaria de trabalhar na escola:

APÊNDICE B – Questionário aplicado aos professores

APRESENTAÇÃO

A presente pesquisa faz parte de um trabalho de conclusão do curso de Especialização em Educação Ambiental, pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), o qual tem como objetivo diagnosticar a percepção de Educação Ambiental dos alunos de ensino médio regular, ensino médio em tempo integral e Educação de Jovens de Adultos. Assim, por meio deste questionário, pretende-se recolher dados com os professores da escola.

Sua colaboração é fundamental para essa pesquisa. Solicito que sejam respondidas as questões abaixo e que seja feita a entrega do questionário na maior brevidade possível. Agradecimentos pela atenção e colaboração.

Pós graduanda Talita Renata dos Santos

I-IDENTIFICAÇÃO DO PROFESSOR

Idade:

Formação:

Tempo de experiência docente:

Disciplina que ministra atualmente:

Tempo de atividades nesta escola:

Realizou alguma capacitação ou curso de extensão que lhe dê subsídios para desenvolver a Educação Ambiental em sala de aula?

() Não

() Sim. Qual (is)?

II-EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO CURRÍCULO ESCOLAR

2.1 O que entende por Educação Ambiental (EA)?

2.2. Você trabalha EA em suas aulas?

() Não () Sim

2.3 Se você respondeu que trabalha a Educação Ambiental em suas aulas, como você faz isto?

2.4 Se você respondeu que trabalha a Educação Ambiental em suas aulas, você trabalha com:

() Ensino Médio em Tempo Integral

() Ensino Médio Regular

() Educação de Jovens e Adultos

2.5 Se você respondeu que trabalha a Educação Ambiental em suas aulas, a escolha dos assuntos é proveniente de:

- orientação curricular
- do interesse dos alunos
- do seu interesse pessoal
- das condições ambientais locais e regionais
- de sugestões de outros professores
- Outra: _____

2.6. Se você respondeu que trabalha a Educação Ambiental em suas aulas, quais assuntos você já trabalhou?

2.7. De forma geral, você considera que a escola trabalha a Educação Ambiental de forma eficaz com os alunos diante dos problemas ambientais atuais? Explique o seu ponto de vista.

2.8. Na sua opinião, há a necessidade de se criar uma disciplina específica para o ensino de EA?

- Não Sim

Outras informações relevantes:
